

FERNANDO SEGISMUNDO
ALUNO EMINENTE DO COLÉGIO PEDRO II

GRANDEZAS

DO COLÉGIO PEDRO II



LADAH
Laboratório de Digitalização
do Acervo Histórico

unigraf

unigraf GRANDEZAS DO COLÉGIO PEDRO II Fernando Segismundo

Mais de 150 anos de atividades magistrais no Colégio Pedro II são lembradas neste livro. Retomando antigos estudos e valendo-se da lembrança, o Autor faz reviver os primeiros professores da Casa, logo após a fundação em 1837, e a outros acompanha em suas atividades, contemporâneo que deles foi. Extenso painel se oferece aos curiosos da história, da educação e da cultura. Justiniano José da Rocha, Joaquim Manuel de Macedo, Capistrano de Abreu, João Ribeiro, Sílvio Romero, Pedro Calmon, F. Venâncio Filho, Álvaro Lins são alguns dos mestres pesquisados ou surpreendidos na faina educativa. Concursos, aulas, livros didáticos, metodologias, – de tudo se dá notícia.



GRANDEZAS

DO COLÉGIO PEDRO II



Laboratório de Digitalização
do Acervo Histórico

FERNANDO SEGISMUNDO

Aluno Eminente do Colégio Pedro II

GRANDEZAS

DO COLÉGIO PEDRO II



LADAH
Laboratório de Digitalização
do Acervo Histórico

unigraf

PLANEJAMENTO E PRODUÇÃO GRÁFICA

unigraf

RUA MARECHAL AGUIAR, 72 - SÃO CRISTÓVÃO
20920-280 RIO DE JANEIRO, RJ
FONE (021) 284-0303 FAX (021) 284-9018

ISBN 85-7179-005-1

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Segismundo, Fernando
S457g Grandezas do Colégio Pedro II / Fernando Segismundo
- Rio de Janeiro : Unigraf, 1996


1. Colégio Pedro II - História. 2. Educadores - Brasil.
I. Título.

96-1703

CDD - 373.81531
CDU - 373.5(815.31)

Sumário

9	<i>Professores de História</i>
75	<i>A Filosofia no Colégio</i>
85	<i>Nelson Romero, Apóstolo e Educador</i>
111	<i>Pedro Calmon: Pesquisa e Civismo</i>
117	<i>Melo e Sousa, Preceptor</i>
125	<i>Afonso Arinos e o Colégio</i>
135	<i>Barão do Rio Branco</i>
157	<i>Vicente Tapajós</i>
161	<i>F. Venâncio Filho</i>
169	<i>Perfis</i>
177	<i>Sobre o autor</i>



Julgo arbitrária a exigência de impersonalismo do biógrafo, de ficar ele fora e distante, simples apresentador de personagens. O direito de intervir, interpretar e opinar é um direito do biógrafo e do historiador.

Álvaro Lins, RIO BRANCO, 1945

Laboratório de Digitalização
do Acervo Histórico



Professores de História

Há o Colégio Pedro II; o resto é
paisagem – e, às vezes, ruínas.

O Globo, editorial, 10/01/1991.

Não há no Colégio Pedro II cátedra tão cheia
de tradições gloriosas quanto a de História.

F. A. Raja Gabaglia, 1926.

De 1838 até o presente – mais de século e meio –, terão lecionado a disciplina de História no Colégio Pedro II pouco mais de cem professores. Desde os nomeados por mercê do Império até os que, no período, se submeteram a concursos de provas; dos notáveis como Capistrano de Abreu e João Ribeiro aos desconhecidos que tenham entrado no educandário por influência política ou mediante concurso de títulos e documentos. Professores que cumpriram seus deveres com eficácia e modéstia sem se projetarem no meio educativo, e mestres do conceito de Justiniano da Rocha ou Joaquim Manuel de Macedo. Docentes que a vida inteira se limitaram à leitura ou à exposição oral das aulas e os que inovaram a aprendizagem e redigiram compêndios, e ainda os que em arquivos públicos e instituições particulares se afadigaram à procura de papéis velhos dando-lhes sentido e cooperando para o aprumo da historiografia pátria. Professores com formação profissional e retribuição

financeira diferentes; exaltados uns, obscuros outros, todos porém contribuidores do renome do Colégio, – inicial abrigo de órfãos e desvalidos, escola profissional depois, no grau primário, instituto de humanidades em seguida e, hoje, tudo isso em ligação harmoniosa: educandário de pobres, aos quais serve desde o nível elementar até o bacharelado em ciências e letras, colégio-modelo, senão por lei, por consenso.

De albergue de crianças abandonadas socorridas pela caridade pública a estabelecimento federal, com nove unidades sediadas em cinco bairros, mais de quinze mil educandos, cerca de mil professores, dos quais cinquenta dedicados ao ensino da História. Não me ocuparei de todos e excluídos estão os vivos, por óbvias razões. Talvez se estranhe o relevo de alguns que não legaram nome e obra de fôlego. Muitos desses terão sido os melhores mestres da disciplina. Deduzir-se-á do retrospecto que nem todos os vultos assinalados o foram em decorrência da profissão no Colégio, mas por motivos outros, embora lá ou fora dele continuassem a praticar a matéria, a exemplo de Capistrano, docente sem discípulos e mestre consagrado, acaso o maior da História nacional.

Em verdade, o peso do ensino tem recaído sobre professores cujo nome se apagará em breve, se é que ainda resistem ao enxurro das distorções cotidianas, do egotismo e do geral desinteresse pelas glórias do trabalho cumprido sem foguetório nem registro nas colunas sociais. Só prospera, permanece e manda quem a media apregoa ou está grudado ao poder. De resto, professor é uma coisa, autor de livros didáticos outra, e muito diverso é o historiador. Todos tiveram vez no Colégio, foram e são necessários; mas sem os primeiros – os modestos, os menos rotulados, os indistintos – não teria a Casa chegado à posição que ora a distingue.

Ao longo da existência muito foi alterada a graduação do professor do Colégio. No começo, o mais alto posto cabia ao professor catedrático, seguido do professor suplementar, figura que perdurou por muito tempo. Feito o concurso, aguardava, no exercício da docência, a vez de ser o proprietário da disciplina. Houve o catedrático efetivo e o interino, senhor o primeiro do cargo ou feudo. Desapareceu faz pouco tempo, assinalado pelo autoritarismo da função. Alguns dirigiram seu domínio com soberba, exigindo cega vassalagem dos humildes confrades. Acima, eles; no chão, os outros, – quantas vezes mais capazes e honrados!*

Ao professor suplementar sucedeu o livre-docente. Habilitado em concurso, recebia as sobras do catedrático, – primeiro lugar no concurso, por mérito próprio ou apadrinhamento. Abaixo do catedrático e do livre-docente, vinha o professor assistente. Cabia-lhe ajudar o chefe do grupo, corrigir provas, acomodar os materiais das práticas escolares. Não poucos desses abnegados ultrapassaram os titulares, instruíram com mais propriedade, mas faltou-lhes a chance de ascender ao primeiro plano. Assim também aconteceu com os denominados preparadores. Competentes e esforçados, marcaram passo a vida toda.

Começava a carreira magistral, em certos períodos, pelo monitor, misto de estudante e empregado. Vigia os alunos e assistia às aulas do titular, repetindo-as se necessário. Já houve o professor contratado anualmente, após concurso de títulos ou sem ele. Alguns, à força de reformas na pasta da Educação, se estabilizaram. E os horistas? Repare-se na designação lancinante: professores pagos à hora, pelo tempo exclusivo do serviço. Só se convocava o horista quando mais ninguém acima dele atendia à plethora do alunado, quer por licença médica ou legislativa, quer por moléstia real ou suposta. Horistas ou

“casquinhas” – como os apelidavam, presunçosos, os demais – só percebiam vencimentos durante as aulas. Jejuavam nos meses de julho, dezembro, janeiro e fevereiro. No tempo não havia carteira assinada, nenhuma licença e direito ao 13^o mês. Desamparo total.

Figura também desaparecida é o dirigente de línguas vivas. Em lugar do catedrático de Francês, Inglês ou Alemão, cabia-lhe superintender o ensino dessas matérias. Dois gozaram de fama: Antônio Carneiro Leão, responsável pela disciplina de Francês e líder da Escola Nova, e Tristão da Cunha, que atendia pela cadeira de Alemão e foi pai de Celso Cunha, futuro catedrático de Português na sucessão de José Oiticica, – todos mortos. Com o fim da cátedra, ocuparam a cena o professor titular e o professor de ensino secundário, classificados ora por letras, ora por números, uns e outros concursados, pagos abaixo do que já perceberam e precisam pelo dispêndio com a compra de livros e revistas especializadas, aparelhos de ensino, viagens de estudos etc.

Houve ocasião em que o professor do Pedro II ganhava conforme o oficial superior das Forças Armadas (coronel, no mínimo) ou os ministros do Supremo Tribunal Federal. Na atualidade, fora a remuneração insuficiente, acresceram-lhe as aulas e encurtaram-lhe as férias. Duro sinal da ordem vigorante, quando aos professores se denomina de primeiro e segundo graus e de classe especial, ao galgar este a quinta letra do alfabeto no meio do caminho ou se aposentar estropiado. Escapos à tormenta, salvaram-se os celetistas, que deixam o **emprego** no magistério oficial para serem professores legítimos, no regime único do novo estatuto do funcionalismo.

* Professor de cadeira ou aula suplementar, tendo-a requerido (1860), foi Benjamin Constant Botelho de Magalhães. Figura saliente do regime republicano, reformou o Colégio. Ali ensinava matemática.

(1990)

Justiniano José da Rocha

Fundado em 1837, já no ano seguinte entrava a funcionar o Imperial Colégio de Pedro II. Ministro da Justiça e interino do Império na regência de Araújo Lima, Bernardo Pereira de Vasconcelos, que tudo ordenara desde o projeto da Casa, prescreve aos professores a adoção dos compêndios. Segundo a *Memória Histórica do Colégio Pedro II*, de Escragnolle Doria – que alguns subsídios traz a este bosquejo –, Vasconcelos recomendou que, na cadeira de História, composta de Geografia, História Antiga e Romana, fossem usados os manuais de Poisson e Cayz, quanto à parte antiga, e os de Rezoir e Dumont para a outra. Ambos os livros foram traduzidos por Justiniano José da Rocha, vindos à luz em 1848.

Nomeado em abril de 1838 para a cátedra de História, Justiniano (1811/1862), pouco depois, se dirigia ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado nesse ano, pleiteando a elaboração, pelo cenáculo, de um livro escolar destinado ao ensino da matéria. Não foi atendido aí nem mais tarde, ao insistir no rogo.

Natural de Minas Gerais, Justiniano estudou humanidades no Colégio Henrique IV, em Paris, e formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo. Ao tomar posse do cargo de professor tinha 27 anos e exercia o jornalismo político. Seu ordenado era de 500\$000 anuais, 200\$000 a menos que o do capelão.

Sobre seu ideário educativo, ter-se-á noção atentando-se para o trecho seguinte do relatório por ele apresentado ao Governo: “... um dos cardeais objetivos da educação da mocidade deve ser infundir o culto da pátria, o conhecimento de suas glórias, o amor às suas tradições, o respeito aos seus monumentos artísticos e históricos”.

Por inclinação literária ou por necessidade financeira,

escreveu a *Coleção de fábulas imitadas de Esopo e La Fontaine*, destinadas à leitura nas escolas primárias do Município Neutro, e o *Compêndio de história universal*, I volume (História antiga). Para uso dos alunos do Pedro II elaborou o *Compêndio de geografia elementar* (1838; 2ª edição, 1850), com o beneplácito do Imperador. Lecionou Francês, Latim, Retórica e Direito das Gentes aos cadetes da Escola Militar (1841, já exonerado do Colégio Pedro II). Os principais órgãos da imprensa divulgaram-lhe em folhetins traduções de romances e novelas de Alexandre Dumas, Eugène Sue e Dumas Filho.

Foi censor teatral e membro do Conselho Diretor da Instrução Pública, avoengo do Conselho Federal de Educação. Membro do Instituto Histórico e deputado em várias legislaturas, provem-lhe a celebridade, entretanto, de longa atuação jornalística. Fundou e dirigiu várias folhas, colaborando em outras. Jornalista sempre favorável ao Governo, ou jornalista *ministerial*, como se apresentava, foi dos mais autênticos intérpretes do pensamento conservador.

Ação; Reação; Transação é sua obra prima, clássica em política; produto encomendado para fortalecer o artífice da *conciliação*, – José Honório Hermeto Carneiro de Leão, Marquês de Paraná. Mulato e anti-escravocrata, aceitou um escravo como donativo oficial e deixou-se subornar por Bernardo Pereira de Vasconcelos e Paulino José Soares de Sousa, futuro Visconde do Uruguai. Em assomo de autonomia, revelou intimidades do poder. Aniquilaram-no. Extinguiu-se quase na indigência.

A obra que o notabilizou atesta capacidade histórica, política e literária. Abrange os anos de 1822 a 1856; painel vigoroso da Independência, das insurreições regenciais e do II Reinado, dos efeitos do *bill* Aberdeen e das mudanças econômicas resultantes do emprego de capitais da zona ru-

ral nas áreas urbanas. *Ação; Reação; Transação* procura justificar o conluio dos partidos políticos em prejuízo das baixas e médias camadas da população, – a maioria do povo, incluídos os escravos africanos e os índios, milhões de seres que não integravam a Nação e o Estado; párias, bestas de carga.

Obra reabilitadora de grupos apenas interessados em alcançar proveitos próprios; chegou a influenciar espíritos de escol como Joaquim Nabuco e Tavares Bastos; apologia da *conciliação*, modelo de tantas que se vêm sucedendo ao correr do tempo e ainda se tramam.

Silva Bueno e Planitz

Entre Justiniano e Macedo, lecionaram História os professores Silva Bueno e Carlos Roberto, Barão de Planitz. O primeiro – Marcelino José da Ribeira S.B. – era cônego penitenciário da Capela Imperial. No final de 1840 foi designado para assumir a cadeira de História Geral, Pátria, Geografia e Cronologia. Faleceu em janeiro de 1842.

A indicação de Planitz deu-se no ano seguinte. Atendia então a disciplina pelo nome de Geografia Descritiva e História. À frente da pasta do Império achava-se o conselheiro de Estado Silva Maia, e na reitoria do Colégio o professor Joaquim Caetano da Silva, 29 anos de idade e doutor em Medicina pela Faculdade de Montpellier.

Dentro de alguns anos Caetano escreverá *L'Oyapoc et l'Amazone, questions brésilienne et française* (1861), obra que muito valeu ao Barão do Rio Branco na Questão do Amapá. Fundada a cadeira de Alemão em 1841, Planitz foi nomeado seu titular. Sobre as atividades dos dois lentes há poucos dados. De Planitz ajuizou Escragnole Doria: bom mestre, pelo saber e compostura.

Carlos Roberto Edler von der Planitz (Barão) era natural da Saxônia (1804). Estudou na Universidade de Leipzig e doutorou-se em Filosofia. À época, a disciplina forrava os diplomados em conhecimentos de filosofia, arqueologia, geografia, genealogia e línguas. Planitz desembarcou no Rio de Janeiro em 1831 e nove anos depois obteve a cidadania brasileira. Em 1840, por ordem do Imperador, foi nomeado lente do Colégio. Trabalhou também algum tempo na Biblioteca Nacional (“Planitz, desenhista e erudito no Rio de Janeiro Imperial”, Mário Barata). Suas atividades genealógicas e artísticas marcaram época, sendo D. Pedro II seu admirador. Na revista *Minerva Brasiliense* teve a seu cargo as seções de filosofia, arqueologia e belas-artes. Faleceu em 1847, aos 43 anos. Espantoso é que o Barão não tenha sido professor de Desenho no Colégio; tudo indicava que o fosse.

Joaquim Manuel de Macedo

A respeito do professor Joaquim Manuel de Macedo (1820/1882) já me pronunciei no livro *Colégio Pedro II: tradição e modernidade*. Não há acréscimos a fazer. O que expus resultou de boas fontes e pesquisa pessoal.

Devoto simpatia a Macedo, talvez como forma de amenizar as restrições desairosas de Capistrano de Abreu – maldizente habitual – e continuadas por Eugênio de Barros Raja Gabaglia, amigo íntimo do cearense e diretor do Colégio. Subsiste má-vontade contra ele, que, além do magistério, praticou o jornalismo, escreveu romances e peças teatrais e representou sua Província na Câmara dos Deputados. Américo Jacobina Lacombe ignora-o na *Introdução ao estudo da História do Brasil* (1974). Valham os elogios que lhe dispensou Carlos de Laet. Contudo, ele é um grande

memoralista do Colégio, cujo passado levantou com escrupúlo (*Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, 1862/3).

Doze anos após a fundação do educandário, foi Macedo nomeado pelo Imperador lente de Geografia e História Antiga, com o ordenado anual de 800\$000. Mais tarde, a disciplina chamar-se-ia História do Brasil. Inexistindo manuais de ensino próprios da matéria, compôs as *Lições de História do Brasil* para os alunos do Colégio e das escolas da Corte (1861). À vista do sucesso, preparou compêndios da disciplina destinados às escolas primárias, – o que João Ribeiro repisaria no princípio deste século, também com êxito. Assentou aquela obra nas pegadas de Varnhagen, conforme pública e cortês confissão do Autor.

Capistrano, exaltador do Visconde e cuja *História* anotou durante anos, atirou-se contra o discípulo quando, talvez, visasse o patrono. Competia-lhe elaborar o livro significativo da história pátria em nível estudantil, tanto mais que, no decurso de quinze anos, lecionou aos alunos do Colégio como catedrático da disciplina. Não o fez e atacou Macedo, já morto, e escarneceu de João Ribeiro, professor da matéria em igual categoria. Traço de seu feitio era a atitude hostil com que julgava cultores de nossa História que publicassem livros sem o seu aval. De Pereira da Silva a Rio Branco, de Oliveira Lima a Joaquim Nabuco.

Macedo consumiu a existência no Pedro II, após 33 anos de trabalho. Seus compêndios, como os dos mestres de outras matérias, sepultou-os o tempo. Foram suplantados por novas conquistas do conhecimento e da pedagogia. Igual sorte tiveram os sucessores, e a nenhum deles se pode negar préstimo. Quantos anos vão durar os manuais de Hélio Viana e Yedda Linhares? Serão substituídos por alguns sequer ainda aparecidos. Assim tem sido e assim há de ser, sem menoscabo de ninguém. Mas que não vinguem os rebentos de Capistrano.

Gonçalves Dias e Calógeras

Em abril de 1849 recebeu a reitoria do Colégio notícia que, por decisão do Imperador, o ensino da História do Brasil fora desligado da 1ª cadeira de História e Geografia. Em caráter provisório a disciplina autônoma ficava a cargo do professor da 2ª cadeira de Latim, poeta Gonçalves Dias. Por duas horas de aulas semanais, perceberia o novo lente 200\$000 ao ano, somados à remuneração pelo ensino de Latim na 2ª e 3ª séries (800\$000).

Ficou desta forma distribuída a instrução da História e Geografia: 1ª cadeira – Geografia, História Média e Moderna, professor João Batista Calógeras; 2ª cadeira – História Antiga, professor Macedo; 3ª cadeira – História do Brasil, professor Gonçalves Dias. Não seriam cordiais as relações entre o poeta e Calógeras. Desejoso de consultar a obra de Robert Southey, soube Gonçalves Dias, através de consulta à Biblioteca Pública da Corte, encontrar-se o livro em poder de Calógeras. Como este demorasse a restituí-lo, pediu o Imperador providências ao Ministro dos Negócios do Império. E o Visconde de Monte Alegre assim o fez.

Do incidente saltam duas observações: não havia compêndios de História pátria em número suficiente, e D. Pedro II via-se obrigado a cuidar de ninharias. Não sobraram informes sobre os méritos de Gonçalves Dias como professor do Imperial Colégio. O poeta afastou-se das funções a pretexto de verificar *in loco*, em atendendo a decisão superior, o estado da instrução pública nas províncias do Norte.

Não lhe bastavam os proventos do ensino e saía em busca de haveres mais compensadores. O Imperador, que muito o admirava, comissionou-o para pesquisar na Europa documentos úteis ao passado nacional. No fim do ano de 1852 já ele se tinha exonerado das cadeiras de Latim e História.

Quanto a Calógeras, recorde-se que, nos primeiros nove anos de funcionamento do Colégio, o ingresso do corpo docente ocorria mediante livre nomeação do Governo. Em 1847 começa o provimento pela via do concurso de títulos. À cadeira de História inscreveram-se vários candidatos e o Ministro do Império, Senador Alves Branco, mandou que o reitor Joaquim Caetano informasse os pedidos. Dos cinco disputantes, saiu escolhido o grego naturalizado João Batista Calógeras.

Segundo o parecer do reitor, o requerente dominava as línguas e literaturas grega, latina, francesa, inglesa e italiana. “Dotado de raro talento, de uma cabeça filosófica e grande facilidade de elocução e tem sido aplicado com muito mérito e proveito ao estudo de História”. Vivera dois anos em Bolonha e nove em Paris. Veio a ser avô de João Pandiá Calógeras, político, Ministro de Estado e autor de livros de História e Economia.

Camilo de Monserrate

Filho natural do Duque de Berry, Camille Cléon saiu da França para o Brasil à procura de paz e esquecimento. Faltava-lhe ambiente na corte de Paris. Segundo João Ribeiro, ao analisar a biografia inspirada pelo francês a Benjamin Franklin Ramiz Galvão – ex-aluno e mestre do Imperial Colégio Pedro II –, Cléon, aos 15 anos, já era sábio helenista e arqueólogo.

Indicou-o Pedro II para lecionar História no Colégio. Então usava o nome de Camilo de Monserrate. (Tornara-se monge beneditino). Do seu magistério não há notícia especial, louvados, sim, os conhecimentos humanísticos. Ainda consoante João Ribeiro, seguindo ao Barão Ramiz, Camilo revelou-se “monge desobediente, embora austero, quase

ateu”. Converteu-se em “homem peço, estéril, inútil. Sol de fotosfera interna que só alumia para dentro”.

Hélio Viana (*Estudos de história colonial*, 1948) atribui a primeira proposta da criação do ensino de História da América, entre nós, a Frei Camilo de Monserrate, ao qual ainda aponta como “verdadeiro precursor do incentivo aos estudos americanistas”. Monserrate deixou notícia escrita destas preocupações em 1856, segundo o documento intitulado “O ensino da História do Brasil”, redigido em francês e anexado à biografia que dele escreveu Ramiz Galvão.

A *Biografia de Fr. Camilo de Monserrate*, do Barão, com os escritos do sacerdote, está publicada no volume XII dos Anais da Biblioteca Nacional. Escragnolle Doria, ob. cit., ocupa-se dele com simpatia. Mas seus ensinamentos rápido se esfumaram.

Gonçalves, Malheiros e Homem de Melo

A Frei Camilo de Monserrate, nomeado diretor da Biblioteca Nacional, substituiu na cadeira de História – João Antônio Gonçalves da Silva, graduado em letras pelo Colégio em 1845. Tendo ingressado no magistério da Casa com 30 anos de idade, logo se impôs como disciplinador e mestre eficiente. Além de História, lecionou Geografia e Matemática. Morreu um ano depois. Em nossos fastos é conhecido como Bacharel Gonçalves.

Em 1858 passou a professor efetivo outro bacharel: Joaquim Mendes Malheiros, da turma de 1847, da qual saiu o poeta Álvares de Azevedo. Formado em Direito pela Faculdade de São Paulo, Malheiros lecionou História Geral. Foi substituído por Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo (1837/1918), que se tornaria Barão em 1877.

Homem de Melo é figura apreciável do Colégio e da vida pública. Submeteu-se a concurso para a cátedra de História Antiga e Idade Média, entrando a lecionar em 1862. O certame – escreve Doria – “teve data nos fastos intelectuais do país, sobrepujando para isso a circunstância de ter como contendor o talento brilhante de Cortines Laxe; foi professor ainda aos 80 anos, trôpego e cego” (*Memória*, 108).

Geógrafo, historiador e político, pouco se demorou Homem de Melo no Colégio. Dois anos depois de nele ingressar, foi chamado ao governo de São Paulo; presidiu a seguir as províncias do Ceará, do R.G. do Sul e da Bahia. E desempenhou o alto posto de Ministro dos Negócios do Império.

À frente do Ministério coube-lhe apreciar o projeto de reforma do Colégio apresentado pelo reitor do Externato, José Joaquim do Carmo, ouvido o reitor do Internato (desde 1880), Antonio Henriques Leal, maranhense, médico formado pela Faculdade do Rio de Janeiro, clínico em São Luís, diretor do *Diário Oficial* e autor de livros notáveis – *Panteon Maranhense*, quatro volumes, e *Notícia acerca da vida e da obra de João Francisco Lisboa*.

A reforma instituída pelo Barão em 1881 separou a História Geral, propiciada na 5ª e 6ª séries, da Corografia do Brasil e da Geografia Geral. Deve-se a Homem de Melo a conversão do Conselho Colegial, que funcionara de 1880 a 1881, em Congregação do Colégio, tal como chegou até nossos dias com as alterações do tempo.

Retornando ao magistério, distinguiu-se o Barão como professor de História Universal e Geografia do Colégio Militar. Admitido no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e na Academia Brasileira de Letras. Dentre seus trabalhos impressos salientam-se *Estudos históricos brasileiros*, *Esboços biográficos brasileiros* e *Atlas do Império do Brasil*.

Moreira de Azevedo

Nascido em Itaboraí, tal como Joaquim Manuel de Macedo e Salvador de Mendonça, foi Manuel Duarte Moreira de Azevedo (1832), a exemplo dos conterrâneos, notório professor de História. Médico, jornalista, teatrólogo e romancista, nomearam-no, de início, para lecionar no Externato (1863) a disciplina de História Antiga e Moderna. Bacharel da Casa, deixara fama de estudioso. Deu-se bem no magistério, a ponto de triunfar no concurso a que se submeteu para lente de História Universal no Internato.

Dentre as funções públicas que exerceu avulta a de membro do Conselho Diretor da Instrução Primária e Secundária do Município Neutro. Também se distinguiu como sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em 1864, deu à estampa o *Compêndio de História Antiga* para uso no Colégio e nas escolas da Corte. A 5ª edição veio a lume em 1883, – sinal de sua utilidade.

Além de obras de Medicina e do romance histórico *Os franceses* (1870), Moreira de Azevedo produziu numerosos ensaios biográficos e os livros *Rio da Prata e Paraguai*, *Homens do passado* (crônicas dos séculos XVIII e XIX), *História Pátria – O Brasil de 1831 a 1840*, *Origem e desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro*. Seu trabalho mais conhecido é o *Rio de Janeiro*, em dois volumes, 1877. Trata da história, dos monumentos, dos homens notáveis, dos usos e costumes da cidade. O Colégio vem estudado aí com proficiência.

Salvador de Mendonça

Depois do Barão, serviu à cátedra de História e Corografia do Brasil, em caráter transitório e no impedimento

de Joaquim Manuel de Macedo, o itaboraiense Salvador de Menezes Drummond Furtado de Mendonça (1841/1913), célebre, mais tarde, nas letras e na carreira diplomática.

Estudou em colégios particulares e prestou os últimos exames preparatórios no Pedro II, conseguindo distinção em todas as matérias. Exerceu a advocacia e o jornalismo, este em São Paulo, no Rio de Janeiro, nos Estados Unidos e em Portugal. Na imprensa teve como companheiros Saldanha Marinho, Machado de Assis e Quintino Bocaiuva. Em 1865, ao ensinar no Pedro II, foi professor de Joaquim Nabuco, Rodrigues Alves e Vieira Fazenda. Também lecionava a particulares as disciplinas de História, Geografia, Retórica e Poética.

Nos Estados Unidos desempenhou as funções de cônsul geral em Nova Iorque e de ministro plenipotenciário em especial. São de sua autoria estudos político-sociais divulgados em português e inglês, livros sobre a campanha do Uruguai e Paraguai; e a obra *Trabalhadores asiáticos*, análise da vinda de imigrantes chineses para o Brasil (1879), em substituição ao braço escravo. Traduziu para o vernáculo Teóphile Gautier, Alfred Musset, Victor Hugo e Júlio Verne. Inéditos, deixou prontos para o prelo diversos estudos históricos, principalmente sobre a Regência, *Anais do Império* (1808/1870) e *Arqueologia americana* (1884). O último posto diplomático de Mendonça foi em Lisboa. Era membro da Academia Brasileira de Letras.

Silva Paranhos

José Maria da Silva Paranhos Jr. (1845/1912), futuro Barão do Rio Branco, também foi professor de Corografia e História do Brasil no Colégio. Tendo estudado na Casa, principiou sua vida independente substituindo o catedrático

Joaquim Manuel de Macedo num de seus impedimentos. Já concluía o curso de Direito e se aprestava para vôos altos, graças à ascendência ilustre e ao próprio merecimento.

Na idade de 21 anos publicou os *Episódios da Guerra do Prata*, obra inicial de uma série valorosa, v. g. *A Guerra da Tríplice Aliança*, *Efemérides brasileiras*, *História da Guerra do Paraguai* e *Questões de limites* (10 volumes). No exercício das funções oficiais, acumulou conhecimentos de Geografia e História, sobretudo de história militar.

Não só se ocupou do passado como gerou a história contemporânea. Atente-se para seu desempenho nas Questões do Prata e do Acre, no caso da Guiana Holandesa, da Colômbia e do Peru. Precisando divulgar a pátria no estrangeiro, em razão de seu posto, compôs em duas semanas *Esquisse de l'Histoire du Brésil* (1889), esboço que, “na sua brevidade – escreveu João Ribeiro em 1930 –, saiu admirável e prodigiosa condensação de fatos”.

A posteriori, um sobrinho do chanceler e o historiador Max Fleiuss traduziram e editaram a obra em português, acrescentando-lhe o período republicano e transformando-o em livro didático. João Ribeiro recomendava sua adoção nas escolas.

Domingos Melo e Gama Berquó

Em 1869 entra para o Colégio, por concurso, o professor de História Média e Moderna, Domingos Ramos Melo, que lecionou por muitos anos. Ao jubilar-se publicou um depoimento sobre sua atividade pedagógica: *Lições de História Universal, Antiguidade, Vinte e um anos de magistério no tempo do Imperador* (1923). Escragnolle Doria proclamou-lhe a erudição e os dotes de pensador.

Com João Capistrano de Abreu concorrera à cátedra João Maria da Gama Berquó que, no impedimento do titular, regeu a disciplina de História do Brasil no Externato (1889). Antes, Berquó substituíra Macedo nas aulas de História e Corografia do Brasil.

Capistrano retratou-o como estudioso e ilustrado, mas sem contribuições pessoais. A tese por ele apresentada ao concurso – remata – parecia antes o feito de bom estudante, não de professor.

Escragnolle Doria

Concluídas as humanidades, Luís Gastão d'Escragnolle Doria (1869-1948), ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, bacharelando-se em ciências jurídicas e sociais. Pela mesma época iniciou a carreira jornalística em Santos (*Folha da Tarde*, 1891). Retornando ao Rio de Janeiro passou a colaborar n'*A Semana*, de Valentim Magalhães e Max Fleiuss. Escreveu a vida inteira para jornais e revistas: *O País*, *Gazeta de Notícias*, *Eu Sei Tudo*, *Jornal do Comércio* etc.

Começou por exercer o magistério em estabelecimentos particulares; depois lecionou na Faculdade Livre de Direito, da capital da República. Admitido no Colégio Pedro II, ensinou História Geral no antigo Internato e Inglês no Externato, – em caráter suplementar nas duas disciplinas. Após concurso de títulos e provas, conquistou a cátedra de História (1906). Com ele competiram Osório Duque Estrada, antigo aluno e titular interino, Rocha Pombo e José Veríssimo.

Achava-se Escragnolle na regência provisória da Cadeira de Lógica do Externato ao se processar o concurso para seu preenchimento efetivo. Preterido Farias Brito, classificado em primeiro lugar, nomeou o Governo a Euclides

da Cunha, segundo colocado. Escragnolle apresentou-o à turma em 21 de julho de 1909. A derradeira aula ocorreu no dia 15 de agosto seguinte. Euclides morreu numa troca de tiros.

Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde 1912, Escragnolle integrou uma comissão incumbida de examinar em arquivos europeus documentos úteis à história do Brasil. De 1917 a 1922, licenciou-se do Colégio para dirigir o Arquivo Nacional. Substituiu-o Pedro do Couto. Prosseguiu a escrever para a imprensa, não estando coligidas suas colaborações. João Ribeiro conheceu-o bem e afirmou dever-se a Escragnolle um rol de monografias literárias, de artistas, estadistas, militares e pessoas reais. Ressalta-lhe o mérito de pesquisador, mas não lhe aprecia o estilo. Em 1918 prognosticou-lhe o temperamento de memorialista.

Nesta especialidade tornou-se acaso conhecido, pelo menos dos estudiosos do Colégio Pedro II. Data de 1938 a publicação oficial da obra por ele consagrada ao instituto, por motivo do centenário. Os menos avisados crêem que a *Memória* foi escrita pouco antes daquela comemoração. Em verdade, o Autor vinha consultando papéis e fazendo anotações desde 30 anos antes. Não é trabalho de improviso, o que o credencia à nossa admiração.

A par da exuberância de nomes e datas, há omissões e juízos superficiais. Escragnolle registra bagatelas e desdenha grandezas. Estão ausentes ou na sombra ex-alunos do porte de Washington Luís, Nilo Peçanha e Joaquim Nabuco; quase nada há sobre Capistrano, pouco a respeito de Tautphoeus e o mínimo quanto a João Ribeiro. Em diversos pontos transparecem aversões anti-republicanas. Brasil para Doria só se for com z; com s não existe. Dá-se a transgressão em estabelecimento e publicação oficiais. Freqüente é o Autor ocupar-se de ninharias na terceira pessoa.

Todavia, já em 1907, ao lecionar História pátria no 6º ano do curso ginásial, inaugurava a prática de visitar sítios e instituições para aprendizagem da disciplina ao vivo. Seus alunos estiveram no morro do Castelo, na Biblioteca Nacional, no Arquivo Público, no IHGB etc. Modesto e de espírito humanitário, Escragnolle jubilou-se em 1937. Foi homenageado por seus pares com o título de professor emérito.

Capistrano de Abreu

Na historiografia nacional, João Capistrano de Abreu irmana-se a Francisco Adolfo Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. Ambos se notabilizaram pelo fruto de suas pesquisas, um atuando no Brasil e no Velho Mundo; outro com exclusividade na pátria, quase só no Rio de Janeiro. Varnhagen, oriundo de família distinguida pelo Imperador, que o fez diplomata e lhe possibilitou meios de trabalho na Europa; Capistrano, estudante rebelde no Ceará, não chegou a concluir o curso de humanidades e veio empregar-se na Corte, sob a proteção de José de Alencar.

Ganhou a vida como jornalista e empregado de livraria. Sem prática do magistério, lecionou em casa afamada – o Externato Aquino. E mergulhou no estudo até a morte, sem cansaço, antes com dedicação absorvente. Talvez tenha sido o brasileiro que mais conheceu a Biblioteca Nacional, descobrindo os documentos com que, tenaz e perito, redigiu nossa história dos primeiros séculos. Decorridos mais de 50 anos de sua morte, surgiram valiosas contribuições ao período, mas os *Capítulos de história colonial* não foram superados.

Capistrano surpreende pelos desvios de rota. Dos ofícios modestos passa a funcionário graduado na Biblioteca.

Submetendo-se a concurso de provas, classifica-se em primeiro lugar e ganha um cargo que lhe servirá de arrimo até o fim da vida. Favorito do diretor do estabelecimento, Ramiz Galvão, – ex-aluno do Pedro II, praticante do Grego e benemérito da cultura brasileira. Para obter a função, teve de demonstrar conhecimentos de Iconografia, História, Literatura, Filosofia, Geografia, Bibliografia, Paleografia, Inglês, Francês e Latim. Dez matérias! Era 1879 e atingira 26 anos de idade.

Continuava a escrever para jornais e produzia artigos de crítica. Se não se tornou mestre do ofício, não o deslustrou. Resultaram os trabalhos num dos volumes das quatro séries dos *Ensaio e estudos*. Análises, ora breves, ora extensas, de Literatura, História, Etnografia e Lingüística. Escassas concordâncias, elogios raros. Seco de vocábulos, Capistrano ainda o era mais de adjetivos. Bastará recordar a recepção das *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de seu amigo Machado de Assis. Começa por omitir-lhe o nome. Resume o livro e deixa de opinar. Bom? mau? Instiga, deprime? Que o leitor decida por si próprio. Tem dúvida sobre a qualificação da obra. “Serão as *Memórias* um romance?”

Por morte de Joaquim Manuel de Macedo, assume Capistrano, pela via do concurso, a cátedra de Corografia e História do Brasil do Colégio Pedro II (1883). Defendeu a tese *Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI*, demonstrando com erudição e inteligência a intencionalidade da descoberta, quando à época era comum a crença do achado casual. Capistrano tinha 30 anos. A conquista da cátedra sagrou-o historiador, embora seus trabalhos de fôlego só viessem a surgir mais tarde, a exemplo dos *Capítulos*, publicados em 1907, estando ele com 54 anos.

A propósito das monografias apresentadas ao concurso, depôs, em 1907, José Veríssimo, educador, crítico literário e

diretor do Pedro II. O melhor trabalho – afirma – era o de Capistrano, apoiado na investigação. O vitorioso não era um lente – alguém apto a ler em aula a matéria a ensinar –, mas um professor “capaz de fazer ele mesmo a sua ciência e de transmitir aos discípulos o gosto e a capacidade de a fazerem”.

Não foi o que sucedeu. A Capistrano, seguro pesquisador e historiador insigne, minguavam os dons do magistério. Reconheceram-no em vida até os amigos. E um dos mais fervorosos admiradores seus, Hélio Viana, di-lo com delicadeza: faltavam-lhe “algumas qualidades” para ser professor perfeito. O próprio Capistrano admitiu-o: “nunca tive discípulos e nem os cobicei”. Sombrio desabafo de quem lecionou por três lustros no Colégio. Ali não restam vestígios ou ecos de sua passagem. Famoso cá fora, deixou de enraizar-se na instituição, nem redigiu o esperado compêndio, – ele que tanto criticava o de Macedo.

Depois de a República ter mudado o nome do Colégio para Ginásio Nacional, foi também extinta a cadeira de História do Brasil (1899). Criada em 1849, tinham-na ocupado Antônio Gonçalves Dias – que a lecionou de graça – e Macedo, que para os alunos da Casa escreveu um livro especial. No *Relatório* do Ministro Epitácio Pessoa (1900) procurou-se justificar a incorporação do ensino da história pátria ao da História Universal. Negou-se Capistrano a exercitar a última: nem a conhecia bastante nem para ela fizera concurso. Desceu para a classe dos “extintos”: puseram-no em disponibilidade.

Dez anos após (1909) vagou no Externato do Colégio a cadeira de História, então denominada, por extenso, História Universal, da América e do Brasil. João Ribeiro, seu titular, transferira-se para igual cátedra no Internato, em São Cristóvão. Convidado a regê-la, escusou-se Capistrano. A disciplina continuava a desagradar-lhe: era universal e da

América... Morreria o grande historiador em 1927, ainda em disponibilidade.

Para a historiografia foi uma dádiva que o professor Capistrano tenha deixado o campo livre ao investigador agudo que ele sempre se mostrara. Pôde dedicar-se às fontes documentais; pôde anotar a *História Geral* de Varnhagen e redigir seus próprios trabalhos, dentre os quais sobressaem os *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, – “contribuição inestimável”, segundo José Honório Rodrigues.

Oscilante é a trajetória intelectual de Capistrano. Principiou por endeusar Bukle; aderiu a Comte e Spencer, aos quais virá a repudiar; tornou-se ateu. Apreciador de Taine e Agassiz, detestava Saint-Hilaire e Martius, o bávaro que recomendou ao Instituto Histórico a maneira ideal de se registrarem nossos fastos. Louvado como historiador, também é geógrafo, filólogo e indianista.

Na juventude imaginou escrever uma História do Brasil. Ambicionava “quebrar os quadros de ferro de Varnhagen que, introduzidos por Macedo no Colégio Pedro II, ainda hoje são a base do nosso ensino”. Na maturidade, sente-se capaz de redigir o compêndio, chegando a anunciar o propósito aos amigos. Morreu sem o fazer. Não se habituava a trabalhar em obra extensa, postas à margem as pequenas solicitações dispersivas.

Teve como revisor das provas tipográficas o colega de magistério Manuel Said Ali Ida, sumidade em Lingüística. Em certa época proclamou Robert Southey superior a Varnhagen; mudou depois, apontando no Visconde “o mestre, o guia, o senhor”. Com João Ribeiro nem sempre foram cordiais as relações. Amigos a princípio (Capistrano recomendou Ribeiro a Machado de Assis), terminaram distantes, mal se vendo e falando. Ciúmes profissionais? Professores da mesma disciplina, João Ribeiro acabou por

redigir o compêndio sonhado a vida inteira por Capistrano. Salvo engano, este, que tantos comentários de livros de História fez na imprensa, não se ocupou de público sobre o manual do confrade.

Juízo expresso por Capistrano a respeito do compêndio acha-se em carta endereçada ao historiador João Lúcio de Azevedo, em 1920. A *História do Brasil*, escreve, “possui qualidades incontestáveis, embora não sejam poucos os erros, dúvidas, a indiferença ou relaxamento”. Em carta anterior (1917), proclamava o “grande talento” do colega e voltará a fazê-lo, mas como colaborador de jornais... “Seus artigos são sempre bons quando se dá ao trabalho de ler o livro que critica e por cuidado ao que escreve. Em geral deixa-se levar pelo tédio e pela indiferença”. “Tédio ou desânimo deplorável”, tornará a escrever.*

Mordaz, Capistrano descerra na intimidade a vida particular das pessoas. Informando a Lúcio de Azevedo quem era João Ribeiro, começa por mostrá-lo obscuro professor em Vassouras e no Rio de Janeiro, logo após sair de Sergipe. Estudando em biblioteca particular, pronto divulga um livro sobre questões de linguagem. Ao deixar Capistrano o cargo de servidor da Biblioteca Nacional, é substituído por João Ribeiro. Submete-se depois a concurso para a cadeira de Português do Colégio Pedro II, onde Capistrano já ocupava a cátedra de História. “Era o mais habilitado”, declara, porém classificam-no em quarto lugar. Entre os examinadores estavam Carlos de Laet e Fausto Barreto. Afinal, por influência de Benjamin Constant – conclui –, obteve a cadeira de História Geral do Pedro II.

Não é difícil entender-se o motivo da parcimônia, ia escrever: do facciosismo com que o cearense costumava atingir o sergipano. Cioso das pesquisas e dos cuidados em afirmar o que quer que fosse com relação à História, a

ninguém Capistrano conferia o direito de se proclamar historiógrafo ou professor da matéria. Seu haveria de permanecer o domínio com exclusividade. Em João Ribeiro reconhecia o bom jornalista e o crítico literário; talvez o mestre aceitável da língua vernácula. Daí a ser historiador, a comparar-se-lhe...

João Ribeiro também transmitiu um retrato forte de Capistrano. Foi pela imprensa e após a morte do confrade. Em vida, creio, dele não se ocupou. Retrato de cores acentuadas, perfeito. Tenho sob os olhos diversos pronunciamentos seus, de 1927 a 1933. Capistrano é apontado como “o maior historiador brasileiro”, “grande sábio”, “o mais afamado mestre da nossa história”; com “produções magistrais”, “fragmentos soberbos”; “capacidade inexcedível de intérprete autorizado”; “honesto e incorruptível na vida privada” etc.

Produziu reparos coincidentes com opiniões do vulgo. Capistrano “não sabia acabar e de fato não acabou nunca o que havia magistralmente começado”; “versátil, volúvel em tudo quanto empreendia”; “julgava com mais paixão que justiça, mostrando-se por vezes ferino, malévolos e até ingrato”; “inatual, indiferente e ultra-humano, fazia a crítica de todas as coisas como um dito, uma frase, em geral terrível, na sua quintessência venenosa”, “de lapidar malignidade”; “suas cartas, inconvenientes e medíocres, formam completo inventário de seus ódios, paixões e malquerenças”. “Confesso que sempre o admirei, mas não o amei nunca”.

Imagine-se o que João Ribeiro escreveria sobre o outro se tivesse conhecimento da carta por ele dirigida a Lúcio de Azevedo. Além de expor a incompetência juvenil do sergipano com *mulatinhas*, Capistrano revela a opinião de José Veríssimo sobre o caráter de Ribeiro (“desprezível”) e a do missivista a F. A. Raja Gabaglia (“desleal”). Ao lado de um

“fundo bom”, Ribeiro demonstrava “amoralidade”. Daí, as relações entre ambos andarem suspensas – conclui Capistrano. “Agora (1920) nem nos fugimos nem nos procuramos”.

* Vezo de Capistrano era desancar desafetos e até amigos. De Escragnoille Doria disse que ele tinha o talento de escrever asneiras, *escranelar* a história.

Matoso Maia

Matoso Maia serviu ao País como médico na Guerra do Paraguai. Depois foi ser professor de História e Corografia no Colégio, onde gozou de estima. Capistrano não lhe tinha afeição. Em artigo de jornal (1880), ao examinar um livro dele, até que principiou inclinado ao elogio. “Se não apresenta investigações novas, se não põe os fatos de modo original, é certo que leva vantagem a muitos compêndios do Imperial Colégio”. Porém – acrescenta –, o Autor exhibe dois graves defeitos: não mostra estudos das fontes e não conhece trabalhos críticos. Censura-o por apoiar-se em Varnhagen e Macedo. Devia orientar-se por Cândido Mendes, cujas *Notas sobre a História pátria* são “o que de mais importante se tem publicado ultimamente sobre os nossos anais”. Finaliza: “Macedo não é fonte”, copia o Visconde de Porto Seguro.

Respondeu-lhe Matoso Maia reiterando seus pontos de vista. Capistrano, ao replicar, manteve as restrições com azedume. Não admitia cotejo, ameaçando com um corretivo o interlocutor. Textual: dar-lhe-ia “quinaus”, “frente a frente”. Capaz e idôneo no trato dos documentos, era Capistrano arrogante e provocador com os confrades. Não obstante, Matoso Maia tratou-o com polidez ao examiná-lo no concurso do Pedro II.

Raul Pederneiras, aluno do Colégio, e depois professor de Direito, caricaturista célebre e presidente da Associação

Brasileira de Imprensa (ABI), qualificou Matoso Maia de jovial, comunicativo e amigo dos estudantes. Escragnolle Doria ajuizou: “dos mais estimados professores do Colégio”.

João Ribeiro

O sergipano João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes (1860/1934), ou João Ribeiro, como sempre foi conhecido, veio a revelar-se filólogo, crítico literário e historiador no Rio de Janeiro. Entrou no Colégio Pedro II em 1890 e dele só saiu após 34 anos de magistério alternado da língua e da história. No seu tempo, a disciplina chamava-se História Universal e do Brasil e ele foi lecioná-la no Internato em São Cristóvão.

Pouco antes do fim do século viajou em caráter oficial à Alemanha, a fim de se familiarizar com a pedagogia em voga. Sina, parece, dos intelectuais sergipanos: a atração do germanismo. Tobias Barreto e Sílvio Romero tinham-no precedido. Não só os daquela província voltavam-se para a pátria de Goethe. Capistrano de Abreu, antes de conquistar a Corte, já lia e ensaiava traduzir o alemão na terra natal, vindo a dominar a linguagem falada no Rio.

João Ribeiro dispunha em casa, para edificar uma obra, a base sólida levantada por Adolfo de Varnhagen e as contribuições anteriores de Abreu e Lima, Norberto de Sousa Silva, João Francisco Lisboa, Mendes de Almeida e Joaquim Caetano da Silva. Havia ainda os livros de Ferdinand Denis, Paul Gaffarel, Joaquim Nabuco e Paranhos (o Barão), além de Gottfried Henrich Handelmann, de contínua influência.

Acima deles, quanto ao método (o que mais absorvia João Ribeiro), pairava Karl Friedrich Philipp von Martius, autor da memória *Como se deve escrever a história do Brasil*

(1843). Andaria João Ribeiro à procura de um elemento até ali desconhecido ou descuro pelos jesuítas, pelos cronistas oficiais e pelos estrangeiros que, em diferentes épocas, escreveram a respeito do Brasil. Seu filho, Joaquim, também historiógrafo e mestre do Colégio Pedro II, localizou o fator no povo – palavra de significação ambígua no transcurso dos séculos.

Que se há de entender pelo vocábulo? Sua carga política circunscreve-se, parece, à massa anônima, às categorias sociais de baixo nível, compreendidos os escravos africanos e indígenas, a clientela dos engenhos, os sem-trabalho fixo nos centros urbanos, os camponeses livres mas sem terra, – indivíduos prontos sempre a lutar por causas que lhes transmitam a ilusão de pesarem nos confrontos sociais.

Donos de glebas, produtores de açúcar e algodão, negociantes de gado e ouro, funcionários públicos, militares de peso, hierarquias da Igreja não se confundem com o povo, os de baixo, a ralé, os que não votam nem são votados, e não decidem nada. Ou será o povo o conjunto de habitantes de certo espaço físico, interessados na exploração agro-pastoril e mineradora, e mais a burocracia, o contingente armado, o sacerdócio, o poeta, o juiz? Que se deverá entender, então, por elite, por classes?

Houve estudiosos na Europa, em especial na França, que centraram a história no povo, a despeito do significado incerto do conceito. A admissão da massa anônima no interior dos sucessos não constitui exclusividade alemã; era um sentimento da nova escola.* De volta, e forrado do atrativo método, João Ribeiro virou a centúria publicando a *História do Brasil*, em cujas páginas algumas gerações se iniciaram na aprendizagem do nosso passado de maneira objetiva, ampla e agradável. Sepultava o Autor nas escolas seus antecessores, incluído o inaugural Joaquim Manuel de Macedo.

No prefácio da 4ª edição da *História* e no ensaio “A posição doutrinária de João Ribeiro na historiografia nacional” (1953 e 1964), apenso à 18ª edição da obra, Joaquim Ribeiro enfatiza a contribuição do espírito germânico à “objetividade científica” de nossa historiografia. Começa a demonstração pelos anglo-saxões Southey e Armitage; segue-se Martius, inspirador de Handelman na redação de sua *História do Brasil*; e conclui com Varnhagen, de origem teutônica e autor da *História geral do Brasil*. Aos historiadores luso-brasileiros até o século XIX, pondera, faltou aquele senso de objetividade; outros não passaram de meros cronistas e historiadores parciais.

A verdadeira historiografia nasceu sob os auspícios alemães. João Ribeiro – conclui Joaquim – “refletiu apenas, entre nós, um movimento renovador, cujo centro de eclosão foi a Alemanha”. Coube-lhe divulgar a mudança da *Weltgeschichte* (história universal) para a *Kulturgeschichte*, abrangência de todas as formas de cultura no campo histórico, antes reduzido aos fatos político-administrativos. Dentre os impulsionadores do culturalismo, acha-se Jacob Burckhardt. “O povo deixa a posição de fundo decorativo para ser o elemento principal do quadro”. Tal será o eixo doutrinário da *História* de João Ribeiro.

Dispensável fora ao sergipano abalançar-se a demorada e incômoda viagem à Alemanha para se assenhorear do novo ideal filosófico ou histórico se, em verdade, o incitara esse propósito. Os autores de que se vale no preparo da *História* estavam todos à mão aqui, em fácil consulta. A recomendação de Martius datava de meio século. Burckhardt era acessível em traduções. Deslocar-se até a Alemanha só para conhecer os ensinamentos de Riehl e Gustav Freytag? Colheita sóbria, tanto mais que o Autor – já o mostrara Araripe Júnior em 1900 – seguira à risca as indicações de Martius. Não omite

Joaquim a influência ou o alicerce, na obra paterna, de outros anglo-saxões e alemães, na dianteira Leopold von Ranke, como chefe de escola (a história gravitando em torno da noção do Estado). Com exceção daqueles três (R., G.F. e J.B.), a mais ninguém cita.

No século XIX a historiografia germânica era muito rica. Bastará mencionar Johann Gustav Droysen, Heinrich von Sybel, Theodor Mommsen e até Karl Ritter, fundador da história aparentada com a geografia, a geopolítica. Desta derivou o pangermanismo, o “espaço vital” (*Lebensraum*), bandeira do nazismo. Apontadas para o papel do povo nos eventos não são desprezíveis as reflexões de Fichte, Hegel e Marx. E, Wildelband, Rickert, Simmel e Dilthey, responsáveis por vigoroso movimento do estudo filosófico da história?

Estranhável é que tanto João como Joaquim Ribeiro se tenham sentido honrados com a crítica do padre Carlos Teschauer à *História do Brasil*, reproduzida em várias edições. Crítica fria, desnecessária e pouco abonadora. Agrada a Teschauer a “justiça” promovida aos jesuítas pelo Autor; louva-lhe a independência de julgamento em relação ao próprio povo brasileiro. “Vistas em conjunto – escreve o padre na esteira de João Ribeiro –, as raças mistas, tal como no-las apresenta a América Latina, não possuem capacidade para um *self-government*; faltam-lhes qualidades e virtudes morais...”; raças fraudadoras que depreciam o trabalho e têm no governo “um órgão do comunismo e um agente da redistribuição da fortuna”. Etc.

Teschauer (1851/1930), nascido na Alemanha, chegou ao Brasil em 1888, vindo instalar-se no Rio Grande do Sul. Exerceu o sacerdócio e o magistério em vários pontos da Província. Entregue aos estudos históricos, também praticou a etnografia, o folclore e a lingüística americana. José Honório Rodrigues, responsável pela publicação da *Correspondência*

(3 vols.) de Capistrano, divulga algumas cartas por este dirigidas ao sacerdote, – cartas respeitosas e amigáveis. Ainda de Rodrigues é a bibliografia do Pe. inserida naquela obra.

Acomodado em Porto Alegre, Teschauer entrou a publicar pequenas monografias sobre temas gaúchos. Entre os anos de 1919 e 1922 deu à estampa três volumes da *História do Rio Grande do Sul dos dois primeiros séculos*. Foi em carta a Teschauer (1904) que, pela primeira vez, Capistrano anunciou a impossibilidade de escrever-se a história do Brasil sem elaborar-se a história dos jesuítas. “Quando chegará o dia para a história dos Jesuítas no Brasil? Com os documentos aqui existentes [Biblioteca Nacional, é de crer-se] nada se pode tentar, e enquanto não estiver levantada esta coluna, não vejo meio do edifício ficar de pé” [a história pátria].

Tanto Capistrano quanto João Ribeiro não se ocuparam na imprensa dos trabalhos do Pe. Teschauer. Se o fizeram, não lhes recolheram os pronunciamentos em livro J. H. Rodrigues e Múcio Leão, coletores da obra jornalística de um e de outro. Quanto valeria o Pe. para que João Ribeiro lhe acolhesse a crítica anódina à *História*? E, por muito tempo, em alemão, confundindo os leitores (alunos e mestres) não rendidos à germanofilia. Só mais tarde lhe foi juntada a tradução, podendo verificar-se a falta de solidez e a parcialidade da incensada criatura.**

Araripe Júnior, sem as insígnias de historiador, logo apreendeu os fundamentos didáticos dos processos vigorantes na Alemanha. Convicto de sua aplicação entre nós, a partir de João Ribeiro, assim os resumiu: manuseio pelos discentes de álbuns geográficos e históricos, excursões por ambientes de interesse cultural, gabinetes de atividades apropriadas (salas-ambiente, diz-se hoje), uso de manuais de ensino, abolição dos processos expositivos de uso exagerado e também

das lições de moral e de exaltação patriótica. Aos mestres cumpria conceber a aprendizagem da História em colaboração estreita com a Geografia, além de ensinarem despidos do “espírito de pura burocracia pedagógica”.

Pretendia Araripe que o livro de João Ribeiro fosse encarado, não como exclusiva chave do ensino, mas de iniciação dos professores, – tamanho era o mérito que lhe atribuía. À conjugação do conteúdo atraente da *História do Brasil* com o novo sistema didático ficou-se a dever o êxito do manual, de uso dilatado nas escolas do País. Não há dúvida: mais pesquisador do que professor era Capistrano; João Ribeiro, fora o magistério a que sempre se devotou, foi autor vitorioso de livros escolares. As diferenças separavam-nos...

Curiosidade: João Ribeiro não declara expressamente o povo como dínamo de sua *História*. Afastando-se da “pompa e do grande estilo da história européia”, promete ocupar-se do Brasil interno, do que lhe é próprio e original: o colono, o jesuíta, o mameluco, a ação dos índios e dos escravos negros, a seu ver temas superiores aos holandeses e espanhóis que nos subjugaram sem deixar influências. Não dará importância à ação dos governadores e à administração, nem às guerras. Conforme a nova síntese alemã, tratará dos focos irradiantes da cultura e civilização. Do seu suporte econômico não cuida manifestamente, ficando-nos a impressão de que admite um destino cego, a providência, a resolver nosso evoluir, alijado o ser humano da livre participação.

O exame minucioso da *História*, desigual, conservadora e, às vezes, lúcida e avançada, deixa-se para ocasião oportuna. Necessário será fazê-lo, sobretudo em homenagem ao rumo desbravador de João Ribeiro, sábio em algumas oportunidades e espírito limitado em outras, graças aos preconceitos pessoais e do tempo. Entretanto, a *História do Brasil* é uma das grandezas da historiografia nacional.***

* Remeteria os leitores inclinados à primazia do povo na decisão do processo histórico aos estudos de João Francisco Lisboa (**Jornal de Timon**), Capistrano e José Veríssimo. Este, em 1890, no Pará, afirmava: “A história é feita com um elemento, o povo; é, pois, o povo e não o governo quem em definitivo pode radicalmente mudar as condições de uma nação” (**A educação nacional**). V. ainda Caio Prado Júnior (**Brasil contemporâneo**) e Nelson Werneck Sodr e (**Introdução à revolução brasileira**). Deste último é a sentença de que “o conceito de **povo** evolui, muda conforme a sociedade muda”. Mais ainda: “Povo é o conjunto das classes, camadas e grupos sociais empenhados na soluço objetiva das tarefas do desenvolvimento progressista e revolucionário na área em que vive”. Recomenda-se a leitura do discurso de José de Alencar na Câmara dos Deputados (1861) sobre o povo como autor da Independência. No final da Idade Média designava-se povo   classe média ativa. (V. a “Revolta dos Ciompi, 1378, na **História de Florença**, de Nicolau Maquiavel).

** Prefácio estranho, também, é o de Meyer L bke ao **Dicionário etimológico da língua portuguesa** (1932), de Antenor Nascentes, divulgado em alemão. L bke discorre sobre etimologia, do latim às línguas dele derivadas, – francês, espanhol, português etc. Em nenhum instante se refere ao **Dicionário**, nem ao nome do Autor. E o meu saudoso Mestre dava-lhe uma importância! Era com orgulho e un o que mencionava as distantes, comuns sentenças do jubilado professor de Bonn.

*** De José Ribeiro, a largueza e profundidade dos conhecimentos históricos podem ser avaliadas pelos numerosos trabalhos por ele publicados na imprensa ao longo de meio século, a partir de 1887 (**Crítica**, vol. VI, “Historiadores”, R. de J., 1961, 436 págs.).

Duque Estrada

Joaquim Osório Duque Estrada (1870/1927) foi jornalista, diplomata e membro da Academia Brasileira de Letras. Lecionou na Escola Normal e no Colégio Pedro II. Em 1906 perdeu o lugar de catedrático interino de História para Escragnolle Doria, que vinha ensinando Inglês na Casa. Livros de sua autoria sobre a Aboli o e a Guerra do Paraguai não foram bem recebidos pela crítica especializada. Contudo, José Ribeiro louvou-lhe a *História do Brasil*, publicada em 1918. Conhecido pela autoria da letra do Hino Nacional.

Delgado de Carvalho

Carlos Miguel Delgado de Carvalho (1884/1980), ou simplesmente Delgado de Carvalho, entra neste relato não por ter ensinado História no Colégio, mas por ser autor de bons compêndios da disciplina e por ter-se ocupado da matéria no estabelecimento onde lecionou Inglês, Geografia e Sociologia, fora dirigir o Externato.

Delgado é caso atípico. Nascido na França, iniciou a vida intelectual ensinando História Moderna, em 1904, na Suíça. Viajou ao Brasil para conhecer a pátria de seus pais e sua também, já que fora registrado em nossa Embaixada. Depressa elaborou uma tese sobre o Estado de Minas como centro econômico, indo defendê-la no exterior. De volta, casou-se e se estabeleceu no Rio de Janeiro. Para subsistir, escrevia sobre política internacional na imprensa.

Interessado no estudo da natureza redige *Le Brésil Méridional* (1910) e, já senhor do idioma, escreve a *Geografia do Brasil* (1913), com prefácio de Oliveira Lima. Livro utilizado nas escolas do País, obteve numerosas edições. Acreditava-se que Delgado concorreria à cátedra de Geografia, o que não fez. Obteve-a F. A. Raja Gabaglia, após concurso brilhante. Presta Delgado, então, provas de Inglês que lhe conferem o título de catedrático. Apresentou a tese – *Esboço histórico, origem e formação da língua inglesa*. Anos depois, tornou-se responsável pela cadeira de Sociologia, recém-criada (1927), e não mais quis ensinar Inglês, – matéria que, no Externato, desse ano em diante, andou cuidada por Álvaro Espinheira, velho e doente, incomunicável com os alunos. Exercera a chefia de Disciplina, tal como Quintino do Vale. Ambos alcançaram a cátedra.

Delgado acumulava as funções de professor do Colégio com as de titular de Geografia na Escola Normal. Dos livros

didáticos que preparou a maioria versa a Geografia e a História, disciplinas que no Pedro II lecionou fortuitamente. Além da *Metodologia do ensino geográfico* – novidade para a época – e da *Geografia do Distrito Federal*, elaborou a *História da Cidade do Rio de Janeiro* (1926), igual título da obra precedente, e também destinada aos escolares, de Max Fleiuss, superior e mais bem ilustrada (Cia. Melhoramentos, S. Paulo). Delgado teve o livro reeditado em 1990, pela Secretaria Municipal de Cultura, com péssimas gravuras.

A partir dos anos 50, já professor universitário, dá início a uma coleção de quatro grossos volumes de História Geral para uso em escolas de nível médio e superior. Nelas enlaçou as disciplinas que, de fato, hão de caminhar juntas, uma não sendo bem compreendida sem o auxílio da outra (“espaço histórico”, “geografia da história”, de Marcel Reinhard).

Merece realce o empreendimento. Aos 90 anos de idade, Delgado ainda procurava melhorar as edições. Pesam nos livros o fatalismo, a projeção das grandes figuras (ou tidas como tais), o exagero da onomástica e o predomínio da ordem social estabelecida. Observador das mutações políticas, Delgado encurtou a ênfase das guerras e das notabilidades, passando a tratar, ainda que de leve, dos aspectos econômicos e, com vigor, da parte cultural. Limpos dos deslizes tipográficos e podados em determinadas passagens, poderiam os livros prestar serviços ao ensino por largo tempo.

Conservador em princípio, abria-se Delgado para o novo, mais do que a maioria dos seus colegas de ofício. Lembre-se que renovou a administração do Pedro II (Externato) a ponto de ter que deixá-la. Insuportável era a pressão dos colegas retrógrados. Líder da Escola Nova, que tanto agitou o ambiente educativo a partir de 1930; criador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão de suprema valia pública.

Livro seu que diz de perto com a disciplina de História: *Introdução metodológica aos estudos sociais*. Jovens professores muito lucrarão aprendendo nele sobre métodos de ensino, currículos e programas, estudo dirigido, trabalhos práticos, salas-ambiente e a inter-relação dos estudos sociais. Obras indispensáveis ao nosso *métier* são a *História documental (Moderna e Contemporânea)* e a *História diplomática do Brasil*. A propósito do ensino da História, Delgado faz, na *Introdução metodológica*, um resumo dos programas oficiais do Colégio no século XIX. Convém conhecê-lo.

Pedro do Couto

Pedro do Couto (1872-1953) era figura das mais respeitadas e queridas no Colégio. Fisionomia austera, bondade imensa, rígidos princípios republicanos; orador arrebatado. Sentia desprezo pelos discursos lidos; só admitia a oratória de improviso. Vinha dos comícios dos últimos anos do século em favor da Abolição e do novo regime político. A fisionomia, o porte, o andar e o agir diferenciavam-no dos confrades. Inconfundível Rosto-máscara, sem tecido móvel. Igual, sólido, leonino. Ainda vestia fraque nos anos 30, e o que em outrem pudesse raiar o ridículo, nele assentava com naturalidade. Fino, atencioso, paternal. Foi este o Pedro do Couto – que ele recomendava se grafasse com dois *tt* – conhecido e admirado por mim ao longo dos anos.

Quando nostálgico, evocava sua atividade literária. Exercera a crítica* e defendera a República pela imprensa. Foi dos poucos intelectuais do tempo a propender para a doutrina socialista. Aos portugueses elegeu para adversários políticos e deles falava mal sempre. Isso para efeitos de salão; no íntimo apreciava-os, mantendo amizades duradouras no

seio da colônia lusa. Jamais proferiu aulas conforme o costume: discursava-as, entre fatos e anedotas. No relativo silêncio das salas e corredores, a voz potente retumbava convocando a combates e vitórias...

Bom, ativo e generoso Couto, que tanta dignidade emprestou ao educandário. Fora das aulas, dirigiu o Internato. Ali viveu a maior parte do tempo e, em 1925, passou a reger a cátedra de História. Dois filhos, Danton e Pedro, também foram professores no Colégio, mas sem o seu brilho e simpatia. O velho Couto ofuscou a prole.

* Publicou *Páginas de crítica* (1906), fazendo restrições severas a José Veríssimo e Machado de Assis.

Jônatas Serrano

Como aluno e professor, Jônatas Arcanjo da Silveira Serrano (1885/1944) foi um dos expoentes do Pedro II. Formado em Direito, escreveu trabalhos filosóficos, dedicou-se à poesia e acumulou as funções de mestre no Colégio e na antiga Escola Normal. Pupilo de Escragnolle Doria, atingiu a cátedra em 1926, após concurso de títulos e provas. João Batista de Melo e Sousa, também vitorioso, foi destinado ao Internato. Do concurso ainda saíram seis livre-docentes.

Para muitos dos seus alunos, Serrano simboliza o educador ideal, consideradas a época e a condição do estabelecimento, de fundo humanístico e conservador. Pude analisá-lo bem ao tê-lo como professor e, depois, na convivência do magistério. Trajava-se com apuro, entrava e saía da sala de aula sem atraso nem antecipação. Preenchia o quadro-negro com nomes, datas e mapas, desenhados na hora. Severo na aparência, mas receptível e equânime. As notas que nos atribuía correspondiam ao nosso real merecimento. Conversava com os estudantes fora de aula,

oferecia-lhes publicações e orientava-os em assuntos particulares. Tudo com finura e sem intimidade. Percebia-se que, sob o exterior contido, nele palpitava um coração suave.

Cultor do Grego e do Latim, falava um francês impecável e lecionava nossa língua em substituição a José Oiticica e Antenor Nascentes. Fui seu aluno em Português, também. Arredio a intrigas e corporativismo, movia-se com independência, acatado pelos colegas. Apesar de católico praticante, aderiu à Escola Nova.

A mudança (ou revolta) sofreu a oposição da Igreja. Em geral, os professores do Colégio combateram a novidade, uns por ignorância, outros em obediência aos bispos. Em meio aos debates exaltados, Serrano publicou um livro ponderado, mostrando os aspectos positivos da questão e como adaptá-los à doutrina cristã. A par das convicções que tanto o assinalavam, havia nele um progressista moderado.

Em 1927, Serrano e Delgado de Carvalho – outro espírito avançado – entregavam-se ao preparo da sala de História Universal no segundo pavimento do Colégio (onde funciona hoje o Museu). Em toda a extensão, receberam as paredes, a fresco, mapas de diversas épocas e retratos de grandes vultos do continente americano. Coberto por comprido guarda-pó e manejando a vareta o mestre materializava episódios, mantendo-nos satisfeitos e aplicados. Ao seu influxo, alunos fundaram nos anos 30 a Academia de História. Funcionava aos sábados, no Colégio, assistida por Serrano, paciente e vanguardista.

De sua experiência na Escola Normal e no Pedro II originaram-se compêndios que tiveram boa aceitação. Deles, o *Epítome de História Universal*, cuja primeira edição é de 1913, estava em uso no meu tempo de aluno. Obra ilustrada, referta de mapas, abonada por autores estrangeiros.

Produção de cunho religioso, redigida em exata linguagem didática.

Livro pioneiro, destinado ao magistério primário, é a *Metodologia da História* (1913), chegado à publicidade, por coincidência, no mesmo ano em que foi conhecida a obra de Ernest Lavisse – *L'enseignement de l'histoire à l'École primaire*. Seguiram-se a *História do Brasil* e *Cinema e educação*, este em 1930, colaboração de Francisco Venâncio Filho, pioneiro da Escola Nova, professor do Pedro II e da Escola Normal. Serrano e Venâncio, ao lado de Roquete Pinto, são os precursores da cinematografia aplicada ao ensino. A *Escola Nova* data de 1932.

Obra ainda atual, embora composta há mais de meio século: *Como se ensina História* (1935). Fruto de experiência pessoal, destinou-a a combater a rotina e a memorização. Contrária aos compêndios recheados de datas e nomes, ao abuso das preleções e ao descaso pela iniciativa do próprio aluno. Serrano recomendou e insistiu em “aplicar ao ensino da História as conquistas reais da psico-pedagogia e da didática renovada”.

Uma palavra ainda sobre a *História do Brasil*, cuja 1ª edição é de 1929 (a 2ª saiu em 1968, pela Editora Briguier). Pretendeu o Autor fornecer de nossa pátria “uma visão precisa, serena e documentada”. Não copiou modelos nacionais, avisa, acaso atento às censuras acrimoniosas do tipo das que João Capistrano de Abreu costumava fazer a trabalhos semelhantes. Adotou o seguinte plano: vista geral de cada capítulo, texto propriamente dito, sinopse cronológica, anedota apropriada, leitura histórica, bibliografia correspondente. Colaboraram na elaboração do compêndio as professoras Maria Junqueira Schmidt, Helena Saboia de Medeiros e Heloisa Alberto Torres. Serrano teve o auxílio de Escragnolle Doria, Roquete Pinto e Vilhena

de Moraes, – o primeiro e o último diretores do Arquivo Nacional, o do meio diretor do Museu Nacional.

Serrano participou da maior reforma do ensino verificada no Distrito Federal, como sub-diretor técnico da Diretoria de Instrução Pública (atual Secretaria de Educação), de que foi titular Fernando de Azevedo (1927-1930). Professor catedrático de História da Escola Normal (hoje Instituto de Educação), dela foi também diretor.

Nosso mestre morreu cedo, na tribuna, ao proferir uma conferência. Fulminou-o um aneurisma cerebral. Não teve seguidores. Alunos que preparava para substituí-lo traíram-lhe a confiança. Sequer é recordado pelos que mais afinavam com as suas idéias. Segundo Escragnolle, Serrano aspirava a que o ensino da História fosse “a mais alta, a mais educativa, a mais genuinamente cristã das homenagens porventura prestadas à Verdade”. A História não deve servir como “arma de partido, privilégio de escola, pseudo-demonstração de teses” (*Memória*, cit., 273).

Reverenciam-no os que nele sempre aplaudiram o educador atento à evolução pedagógica.

Melo e Sousa

João Batista de Melo e Sousa (1888/1969) expressa o que de melhor já produziu o magistério do Colégio Pedro II. Filho e irmão de educadores, singularizou-se como catedrático de História Universal e do Brasil em duas das maiores casas de ensino do Rio de Janeiro: o Colégio Pedro II e a Escola Normal (hoje, Instituto de Educação). Vindo de São Paulo na juventude, principiou a lecionar no estabelecimento fundado por sua mãe e que em pouco tempo obteve boa reputação. Daí passou para o Instituto, após concurso de provas, e a seguir para o Pedro II, nos anos 20. Então,

servia no Gabinete do Ministro da Justiça, Viana do Castelo, que o teria ajudado a superar Jaime Coelho na classificação final do concurso. Era esta a queixa do velho professor, a quem o quisesse ouvir dentro e fora do Colégio. Findas as provas e conhecido o resultado, não se falaram mais. Jaime obteve a docência-livre. Nunca se conformou.

João Batista e mais três irmãos foram alunos internos do educandário, onde deixaram nome. Exceto um, os demais – todos bacharéis em ciências e letras – se tornaram professores da Casa. Júlio César (ou Malba Tahan) lecionou Matemática. Durante dez anos foi o catedrático interino da disciplina, cargo que veio a perder para Haroldo Lisboa da Cunha, em 1935. Tinha este 25 anos ao chegar ao posto mais alto da carreira. Também se inimizaram e Júlio César foi ensinar na Escola Nacional de Arquitetura, atingindo a cátedra por concurso. José Carlos, tão capaz quanto Malba Tahan, era de índole arredia. Não disputava postos, largou-se na planície. Entretanto, sobressaiu como professor da Universidade de Santa Úrsula e da Pontifícia Universidade Católica.

Malba Tahan brilhou na literatura; João Batista distinguiu-se como professor e também cultivou as letras. Dos seus livros, dois serão sempre de leitura agradável: *Os meninos de Queluz*, romance auto-biográfico, e *Os estudantes do meu tempo*, memórias da vida escolar no Pedro II. Pertenceu à Academia Carioca de Letras e praticou o jornalismo. Escreveu compêndios e bateu-se pelo ensino autônomo da História da América. Viajava aos Estados Unidos a fim de participar de congressos de escotismo e de esperanto, – especialidades que muito o atraíam. Sabia Grego e se exercitava traduzindo autores clássicos em versos.

Saudável e entusiasta da educação física, Melo e Sousa era muito ativo nas aulas. Não me recordo de vê-lo sentado;

mantinha-se de pé, vestindo o avental branco, giz e ponteira à mão, perto do quadro negro, a falar com suavidade e escrever nomes e datas. Contava anedotas históricas, examinava cadernos, cobrava as lições e atribuía notas sem favor. Paternal e justo. Convidava alunos para sua casa, oferecendo-lhes lições extras e lanches. Bem humorado, irônico, piadista. Esforçávamo-nos para não rir quando aparecia no Colégio muito vistoso, fardado de escoteiro, chapelão à cabeça e calças curtas, acima dos joelhos, mostrando grossas pernas cabeludas.

Melhor fora chamá-lo de instrutor; além de ensinamentos, passava-nos bons hábitos. Suas aulas excediam; delas extraía regras de conduta, com ênfase na ética. Limpo de intelecto e coração, queria-nos íntegros e úteis. À distância, parece-me que o ensino da História era para ele o pretexto de habilitar-nos ao convívio social. Ele nos desejava aplicados ao desempenho da cidadania. A História, a pátria e a humanidade se confundiam em sua pregação. Por isso, recordamo-lo saudosos e reconhecidos.

Jaime Coelho

Conheci Jaime Coelho ao se encaminhar para a velhice. De São Cristóvão chegavam à rua Larga ecos do seu sacerdócio. Gozava de fama insólita: era o homem dos hititas! Por alto, sabíamos desse povo. Até a vinda de Jaime para o Externato, a ignorância a respeito do assunto parecia geral.

Os hititas! Transmissores do legado mesopotâmico aos indo-europeus da Anatólia... Gente de escrita mais complicada que a dos egípcios e babilônicos... Povo de civilização original e misteriosa... E o esperto rei Hatusil III que apaziguou Ramsés pondo-lhe uma filha no leito?... Somente Jaime, com

a autoridade de uma tese escrita, era capaz de explicar a estranha matéria.

Havia no Colégio pessoas adornadas com a aura sapiente de assuntos esquisitos. Um conhecia os etruscos, e como o admiravam! Outro especializara-se nas guerras napoleônicas. Um terceiro lia Mommsen no original. Isto soava fantástico aos neófitos. Tão poucos os sabedores de coisas transcendentais! Nós os tínhamos em alto conceito, tanto mais quanto maior era nosso despreparo. Hititas, etruscos...

Aproximei-me de Jaime nos anos 50. Reprovador famoso, ríspido em sala de aula, brigão – rumores que circulavam a seu respeito. Jaime afetava sisudez, talvez fosse impaciente; em rigor, sentia-se fatigado e desiludido. Baixo de estatura, encorpado e fumante. Voz forte, atravessada de pigarros e acessos de tosse. Curvado e sem elegância. Mas como sabia História! Qualquer uma – antiga, medieval, moderna, contemporânea.

Lia muito e escreveu compêndios, sozinho ou com o auxílio de confrades; compêndios adotados na Escola Normal e no Pedro II.* De franqueza rude, temiam-lhe a proximidade. Chamado a discorrer sobre um tema, fazia-o na hora, com precisão e abono de especialistas. Colegas da disciplina passavam ao largo com receio de se embaraçarem no debate. Os que lhe aceitavam a superioridade, conseqüente do estudo e da experiência, eram brindados com lições singelas nos intervalos da lide escolar ou nos cafés das redondezas.

Jaime sabia tudo. Demonstrava um fraco pelas civilizações orientais. Provocassem-no e lá vinham hicsos, fenícios, persas, assírios e os queridos hititas. Falava de reinados antigos, das batalhas de Kadesh ganhas pelos egípcios, da monarquia instalada em Hatusa, da religião etc.

Se lhe formulavam perguntas, jorravam novas informações, e nomes, datas e locais. Jaime não se cansava, embora o rosto perdesse a cor e as rugas mais o vincassem. Cultura e modéstia!

Homem desses não era para lecionar crianças. Deviam tê-lo posto a serviço dos professores jovens, em início de carreira, para aconselhá-los. Esgotou-se a ensinar indivíduos avessos ao saber e à História em particular. Percebendo-lhe a falta de energia e a natural bondade, os estudantes dividiam a sala de aula em recantos de conversa, de jogos, de namoro e até de leituras eróticas.

Jaime procurava atraí-los à matéria do programa. Então, os brincalhões arrastavam as carteiras até perto da cátedra, tentando abarcá-la. Ao se aperceber da manobra, Jaime corria até a porta e punha-se a gritar pelo inspetor. – “Acudam! os bárbaros estão chegando”. Ex-aluno da Casa e com tinturas da matéria, o inspetor gracejava: – “Saxões ou godos, professor?” – “Todos: francos, alamanos, hunos...”.

Abandonando a praça de guerra, Jaime dirigia-se nervoso até a janela para chupar o seu cigarro.

* Valiosa foi a colaboração dada a Basílio de Magalhães na feitura da *História do Brasil*, curso clássico e científico, 2ª e 3ª séries, Livª Francisco Alves, 1952 e 1957.

Mecenas Dourado

Mecenas Dourado exibia cultura e independência: daí não ter subido à cátedra do Colégio. Perseguiu-a por duas vezes, sem êxito. Demasiado rebelde para os conformistas do tempo. Liberal e agnóstico, chegou ao Rio de Janeiro cheio de planos que se esgarçaram nos embates dos conventículos. Contrário ao Estado Novo, prejudicou-se de vez. Tinham-no como comunista, ao não discernirem entre o socialismo

utópico, que Mecenas supunha cultivar, e a ditadura do proletariado imposta na antiga Rússia. No juízo das lideranças do educandário, quem discrepasse do governo fascistóide era adepto da subversão e, pois, desprezível.

Com a passagem dos anos, Mecenas foi desprendendo os espinhos. De convívio agradável, era dos poucos que estudavam fora da especialidade. Continuou crítico social e, quando em vez, tesourava um fetiche intramuros. Alimentaria o ardil de obter a cátedra pela continência verbal. Porém, atirou-se a outra fortaleza e voltou a encolher. Jamais lhe perdoaram a ousadia de arrasar com a catequese no Brasil. Morreu como docente livre. Temerário no início, crédulo depois, perdeu sempre. Desditoso Colégio que não o quis como ornamento superior, mercê de estudos e engenho.

Mecenas só era perigoso de boca. Em verdade, nunca chegou a pensar para o País um sistema que não fosse o republicanismo, a despeito de sua incapacidade de resolver os problemas da miséria, do desemprego, da falta de moradia, escolas e hospitais, além da inexistência de justiça social. O regime parecia-lhe bom: não prestavam os magistrados. Tudo sob a atmosfera da democracia insossa. Tão magras aspirações alarmaram os próceres do Colégio. Julgavam-no perigoso à fruição da cátedra vitalícia.

Atuou Mecenas no Internato, merecendo a estima dos alunos. Deixou obras de mérito. Estreou em Belém, divulgando opúsculos de Filosofia (1920). No Rio, apresentou ao concurso do Pedro II a tese – *Idéia da Independência na América* (1926). Em 1933 e 1935 deu à estampa livros de Direito. *Erasmus e a revolução humanista* é de 1939; *Mecenas ou o suborno da inteligência*, de 1947. A segunda edição deste ensaio sofreu mudanças que lhe afetaram a respeitabilidade. Procedeu o Autor de modo que se enxergasse no ministro de Augusto o chefe da Casa Civil de Getúlio, – jornalista Lourival

Fontes, responsável pelo controle dos veículos de comunicação. Getúlio seria Augusto. E o que o Autor não lhe podia dizer de cara transferiu para Mecenas... Frouxa paródia.

O grande livro de Mecenas é *O diálogo da conversão do gentio* (1950), que não obteve a consagração merecida. Serviu-lhe de tese na última tentativa de conquistar a cátedra, afinal alcançada por Pedro Calmon. Apóia-se a obra em excelente bibliografia e lógica cerrada. Mecenas não quer negar o valor moral da tarefa a que se lançaram os padres. O desiderato deles é que fracassou. A *conversão* reafirma a proposta do Pe. Manuel da Nóbrega, um dos promotores da atividade catequista. Valeu-se o Autor do *Diálogo sobre a conversão do gentio*, de Nóbrega, divulgado no século XVI.

Versa o *Diálogo* a inconvertibilidade do índio à fé católica. Ao revés do que alardeiam os historiadores da Igreja, a sujeição do indígena não o foi à doutrina; era física, corporal, – “sojigação como os próprios jesuítas se expressavam, sanção da força para obrigá-los ao aldeamento onde lhes era ministrado o ensino cristão”. Jesuítas portugueses e espanhóis pregavam o uso da força para a catequese do ameríndio. Obedeciam à doutrina do papa Clemente VII (bula *Inter Arcana*, 1529): “as nações bárbaras [os indígenas] venham ao conhecimento de Deus não só por meio de editos e admonições como também pela força e pelas armas se necessário”. Santo Agostinho responde pela filosofia da força para cristianizar os pagãos. O índio – conclui Mecenas – não foi incorporado à civilização portuguesa pela religião; foi domesticado de modo imperfeito.

Hipólito da Costa e o “Correio Brasiliense”, dois volumes, 1957, é a última contribuição de Mecenas à cultura nacional. A respeito de seus méritos e equívocos já me pronunciei no livro *Imprensa brasileira: vultos e problemas*

(1962). Escuso-me de revolver argumentos, desejando apenas salientar o maior paradoxo do Autor: as fontes do trabalho são boas, o fatalismo perfeito, mas as conclusões descambam para o imaginário. Mecenas cumula Hipólito de gabos; seus atos, porém, apontam-lhe defeitos de caráter incompatíveis com a rígida figura delineada. Em suma: premissas corretas, conclusões fantasiosas. Sem dúvida, caracterizam a obra esmerada investigação e escrita elegante. Deve ser lida com cuidado.

Oscar Przewodowski

Oscar Przewodowski, Pchê na intimidade, submeteu-se por três vezes a concursos no Colégio. Primeiro, para a cátedra de Inglês, classificando-se; depois, para a disciplina de História, obtendo a livre-docência (1926). Nesse concurso alcançaram a titularidade Jônatas Serrano e Melo e Sousa. Junto com Pchê habilitaram-se Mozart Monteiro, Jaime Coelho, Mecenas Dourado, Mário Guedes Naylor, Figueira de Almeida e Milton Pires Barbosa. Na terceira tentativa obteve a cadeira. Foi em 1940 e destinou-se ao Internato.

Do último concurso, observei duas provas, uma de longe, outra de perto, sentado no salão nobre. Pchê compareceu de *smoking* à prova oral, de cujo assunto não me lembro. Recordo bem que se portou com naturalidade, dono de si e da banca examinadora. Falava a sorrir, como em reunião íntima; falava e orava, pois tinha a prática do Foro. De estatura meã, gorducho, rosto avermelhado, olhos miúdos e marotos; transpirava simpatia. Alegre e afável, apreciado por todos. Sua prova agradou, como se esperava.

A outra, que de longe assisti, passou-se em sala do segundo andar do Externato. Escrita, com quatro horas de duração. Isolado o local, nele só permaneceram elementos

da banca examinadora, os candidatos e, a um canto, solene funcionário para atendê-los. A intervalos de 30 minutos, o empregado recebia autorização para trazer o chá medicinal do candidato Pchê, que o sorvia em êxtase, a goles lentos, os olhos cerrados, suando. A cena repetiu-se algumas vezes, observado rigoroso ritual. Na salva de prata, a chávena finíssima e o guardanapo de linho. O servidor aproximava-se, fazia uma curvatura e Pchê entrava em novo enlevo. E suave, passando e repassando no rosto o lenço de cambraia.

Os que sabíamos de seu estado de saúde ríamos do chá e do ambiente austero engendrado pela banca examinadora. O conteúdo da xícara nada mais era que especial bebida guardada na portaria pelo Rizeiro (Humberto Mauro), querido serventuário da Casa, dono de todos os seus segredos. Pchê não conseguia escrever ou travar debates sem o arrimo de algumas doses de álcool. E sempre sóbrio, educado. Mais alegre, naturalmente.

Outro hábito seu era a dança, que satisfazia em que lugar fosse: no Colégio, no lar, em clubes. Sobre ser professor amável e advogado competente, deixou uma legenda folclórica. Anedotas e prodígios seus eram tantos que o indivíduo prevaleceu sobre o mestre e o causídico. Saudoso Pchê.

Sílvio Júlio

Sílvio Júlio de Albuquerque Lima, natural de Pernambuco (1895), foi cadete do Colégio Militar do Rio de Janeiro e bacharel da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do antigo Distrito Federal. No Rio Grande do Sul, para onde se dirigiu na juventude, dedicou-se aos estudos folclóricos, dos quais resultou o livro *Pampa* (1919). Depois de exercer o jornalismo e o magistério no Estado, viajou para o Ceará, prosseguindo nessa última atividade no Colégio Militar de

Fortaleza. *Terra e povo do Ceará* (1936) é um dos seus melhores trabalhos. Entre essas obras publicou *Estudos hispano-americanos* (1924), iniciando a carreira de o mais completo americanista brasileiro, demonstrada, ao longo de meio século, por meio de publicações, conferências, cursos e visitas aos países da América Latina.

Após lecionar Português e Literatura no Liceu Nilo Peçanha, em Niterói, foi ser professor de História Universal no Colégio Pedro II (1937). Desfrutando de boa reputação, culto e aplicado, dispunha de condições para se enraizar na Casa e pretender a cátedra. Pequenas contrariedades num meio que lhe pareceu desfavorável,* somadas ao seu gênio tempestuoso (embora fosse de convívio agradável), levaram a administração Raja Gabaglia a dispensar-lhe os serviços no fim do ano letivo. Indignado, Sílvio escreveu um folheto contra o Colégio e o diretor.

Nos anos 50 foi ensinar na Universidade de São Marcos, no Peru, grangeando fama de mestre e pesquisador americanista. De fato, desde a adolescência iniciara no Rio de Janeiro uma campanha hispanista, sendo o responsável pela vinda ao Brasil do poeta andaluz Salvador Rueda e do escritor argentino Manuel Ugarte. Em 1957 deu sua biblioteca – a maior no gênero do Brasil – àquela Universidade, repetindo o gesto de Oliveira Lima, que doou seus livros a uma universidade norte-americana.

Catedrático honorário da secular instituição, viu-se, poucos anos depois, privado dos seus livros e do País que adotara para segunda pátria. Divergências políticas obrigaram-no a tornar ao Brasil. Submete-se a concurso para a cátedra de História da América da Faculdade Nacional de Filosofia (Universidade do Brasil) e obtém o cargo, passando a gozar de prestígio entre os alunos e da consideração do meio cultural. Dessa época é o livro *Ensaio sobre a história*

dos povos americanos (1961), de exaltação aos primitivos habitantes do Continente e restrições ao escravo negro, ao monroísmo e aos portugueses. Livro erudito, mas desigual na apreciação dos fatos; apaixonado e de louvores excessivos a Simão Bolívar, – uma de suas admirações, autor premiado que fora pela Venezuela, ainda na mocidade, por uma obra sobre o Libertador.

Sílvio Júlio faleceu no Rio de Janeiro, em 1984. Apesar da idade, vinha lecionando no Colégio Werneck, em Petrópolis.

* Sílvio tentara nos anos 20 ingressar no Colégio mediante concurso, desistindo das provas ao ser informado que a cátedra de História Geral destinava-se a J. B. de Melo Sousa, conforme ocorreu.

Joaquim Ribeiro

Educador meritório (classificado com brilho no concurso para Técnico de Educação nos anos 30), estudioso do folclore, praticante da lingüística, autor de numerosos livros, espírito voltado para o moderno e instigador da juventude – assim era Joaquim Brás Ribeiro (1907/1966), professor de História.

De convívio ameno, irônico e destro argumentador, só desfrutou de admirações e amizades onde tenha trabalhado. Impossível alguém não se render à sua simpatia e competência. Apreciava *potins*, procurando, porém, amaciar desavenças e recriar ambientes aprazíveis.

Na disciplina, obra duradoura não deixou, nem teve o propósito. Múltiplo e displicente como o pai, ou melhor: cético. A imortalidade não foi seu alvo, sim o gosto da vida, certo epicurismo resumido no charuto sempre aceso, no vinho que consumia e lhe fazia mal e, acima de tudo, na conversa inesgotável. Gostava de sentar-se à mesa de um bar, sem horários nem obrigações, ensinando de tudo a todos.

Prazia assistir-lhe as aulas. Estimado pelos alunos, tinha nas meninas fãs impetuosas. Beijavam-no, desarrumavam-lhe o cabelo, ditavam-lhe as notas desejadas, era, enfim, irmão mais velho, pai compassivo. Os olhos reluziam, o jeito era beatífico. Bondoso como o progenitor, tinham-no por santo os colegiais. São Joaquim. De fato, era-o pela sabedoria e pela simplicidade.

Particularismo: quando desconhecia um assunto, inventava. Delicioso vê-lo a construir hipóteses, invocar teorias que provassem o absurdo e o nada. Ou então, criar um teorema e pôr-se à cata de argumentos que o demonstrassem. Ouvintes menos versados nos temas acabavam por anuir às suas ilações. Outros não se rendiam para desespero do prestidigitador.

Nos anos 50 Joaquim apresentou-se ao concurso para a cadeira de História Geral e do Brasil do Colégio com a tese *As cartas chilenas e a Inconfidência Mineira*. Também concorria Pedro Calmon, professor universitário, ex-deputado, ex-reitor e ex-ministro da Educação, além de autor de livros de História pátria. Previa-se que pelo prestígio político e pelos títulos, o triunfo caberia a Calmon.

Negou-se Joaquim a atender às reflexões dos amigos: o resultado estava definido; iria perder tempo e desgastar-se. Inútil. Redigiu à pressa a monografia e foi cumprindo o calendário das provas: defesa de tese, escrita e didática. Saiu-se bem. Surpreendendo a muitos, Calmon elaborou uma tese escorregadia, não conclusiva sobre as minas de prata. Não se mostrou à altura do renome; a banca examinadora, entretanto, premiou-o com o primeiro lugar.

Joaquim não brilhou na defesa de tese. Desejoso de criar impactos, como era de seu feitio, expôs e sustentou cogitações sem apoio na bibliografia especializada ou no bom senso. Jogos de palavras, raciocínios tortuosos. Ao desprezar

anteriores estudos de Afonso Pena Jr., Caio e Afonso Arinos de Melo Franco, Rodrigues Lapa, Luís de Oliveira Neto e Celso Cunha, negou a autoria das *Cartas* a Tomás Antonio Gonzaga ou a qualquer poeta coevo.

Compostas muito depois da *devassa* – afirma –, foram as *Cartas* inspiradas no poema satírico *Hissope*, de Antonio Diniz da Cruz e Silva, cuja primeira edição é de 1802. E mais: quem as escreveu ignorava a realidade histórica no tempo do Governador Cunha Meneses, o “Fanfarrão Minézio”. Como suporte da tese recorreu à novidade da época: o critério estatístico do matemático inglês Udny Yule, vulgarizado entre nós por Arlindo Chaves.* A pesquisa nova sobre a autenticidade e a cronologia daquele documento histórico-literário resultou nula. Joaquim não declinou o autor das *Cartas* nem a data de sua composição.

Escreveu livros de valor, a exemplo da *Estética da língua portuguesa*, premiado pela Academia Brasileira de Letras. Endereçou a obra aos seus alunos da Escola Dramática Municipal. Em 1959, teve editada pelo Ministério da Educação a *História da romanização da América*. Misto de literatura e história é o *Folclore dos bandeirantes*.

Prestativo ao extremo, Joaquim estimulava e assessorava a quantos buscassem aprimorar-se pelo estudo. Não raro, compunha teses de concurso, livros de versos e peças teatrais para aspirantes ao magistério ou noviços em literatura. Socialista a seu modo, escreveu *Democracia libertária* (S. Paulo, 1946) sobre um curandeiro político do momento (Sócrates Diniz).

Na área da História, iniciou-se publicando em parceria com José Honório Rodrigues *A Civilização holandesa no Brasil*. Terminou redigindo a *Administração do Brasil-Holandês*, cuja nova edição (1983) foi revista e anotada pelo professor Vicente Tapajós na série que vem coordenando para

o antigo DASP e a Universidade de Brasília – *História Administrativa do Brasil*, projetada para 40 volumes, dez dos quais já vieram à luz.

* V., a propósito, “A pesquisa de Yule” em *Teoria e Hermenêutica Literária*, de Joaquim Ribeiro, – J. Ozon Editor, R. de J., 1969.

Libânio Guedes

João Alfredo Libânio Guedes (1919/1967) pode servir de paradigma do bom professor. Não tanto pela ciência, que a tinha comum, nem pelos dotes pessoais. Era pobre, alvoroçado e provinha de família modesta. De imponente, só o prenome evocativo do Conselheiro e Ministro imperial. Atencioso, ligadíssimo aos alunos, – essa a marca de sua personalidade. Para usar de pública imagem: suava a camisa em sala de aula.

Fichas à mão, enchia a lousa de esquemas, datas, nomes e mapas. A um canto, ia afixando ilustrações para a perfeita inteligência da explanação. Motivada a turma de contínuo, ia aferindo a aprendizagem sem deixar de expor o ponto em sua amplitude. Comportava-se dessa forma nas muitas aulas que lhe cumpria dar três vezes por semana. Assim também procedia na Faculdade de Filosofia da Universidade do Estado da Guanabara – disciplina de Didática de História – e num colégio particular de alunos pobres e magra remuneração, a Fundação Osório.

Espichado, rosto abatido, magreza permanente. Não havia como engordar, desconhecia pausas no procedimento. Que fazia durante as férias? Restaurava energias? Visitava os familiares? Qual! Ia ministrar aulas a professores necessitados de regularizar sua situação no Ministério da Educação. Conheceu algumas cidades nessa pedagogia ambulante, mas enamorou-se de São Carlos, visitada a cada ano. Terá funcionado como Shangri-Lá; paixão e mistério da sua vida.

Muito valeu a Libânio a amizade de Joaquim Ribeiro, culto e brilhante descortinador de rumos. Foi quem lhe reforçou a índole profissional, indicando leituras, discutindo textos e refletindo com espírito crítico. Sem a cooperação de Joaquim, Libânio teria sido menor, mas sem os préstimos dele, mormente o zelo pela sua saúde, Joaquim desapareceria antes. Boêmio, glutão e descuidado, teve no colega um ponto de apoio, a segurança para se lançar a pesquisas e improvisações curiosas.

Partiu do plano inicial de Libânio a edição, pelo MEC, do *Atlas Histórico Escolar* em uso há mais de 30 anos. Na seara rarefeita da Didática, redigiu um livro que está a merecer reedição. Fica-se a dever-lhe ainda dois volumes da série *História Administrativa do Brasil*: “A união ibérica” e “Da restauração a D. João V”. Com Joaquim Ribeiro elaborou o compêndio *História do Brasil* para o ensino de 1^o e 2^o graus.

Esgotou-se a ensinar o prestante Libânio. Recordemo-lo em homenagem à sua compulsão educativa.

Pedro Calmon

Pedro Calmon Moniz de Bittencourt (1902/1985) entrou para o Colégio em 1955, já professor afamado de Direito Constitucional na antiga Faculdade do Catete. Começou a vida como jornalista em Salvador, integrou a bancada baiana no Parlamento federal, escreveu livros de História e Direito, foi reitor da Universidade do Brasil, com bons serviços prestados ao ensino e aos estudantes em particular. Era membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia Brasileira de Letras e ex-Ministro da Educação ao pleitear a cátedra de História. Pelos títulos exibidos e pela grandeza do nome, fácil lhe seria obtê-la, como sucedeu.

Estranhou-se que, àquela altura da vida, com tantos triunfos contabilizados, se tenha inclinado para o Pedro II. Era biógrafo de D. João VI, de Pedro I, de Pedro II e da Princesa Isabel. E publicara obras de História, versando a administração, a sociedade e fatos políticos marcantes, – obras mais tarde reunidas e ampliadas nos sete volumes da *História do Brasil*.

Porém, Calmon jamais deu aulas no Colégio. Obtido o lugar, satisfez-se em comparecer à Congregação ainda surpresa e honrada com a presença de sua figura distinta. É mais um dos nomes do magistério invocados pela Casa na exibição de seus talentos fartos. Mas não cresceram com ela; talvez dela se tenham valido à procura de mais *status* ou por motivos outros. Ao Colégio propriamente não serviram.

Roberto Macedo

Roberto da Mota Macedo (1904/1978) foi a vida inteira jornalista e professor. Escrevia no influente *Correio da Manhã* e lecionava em estabelecimentos particulares. Juntos, lidamos na Deutsch Schule zu Rio de Janeiro, onde, no final dos anos trinta, entramos após a prestação de provas.

Sustentada pela colônia alemã, a Escola exibia opulência de recursos. O corpo docente era recrutado mediante alvitre do Ministério da Educação e concurso entre os candidatos. Fomos lecionar as disciplinas de Português, Geografia e História do Brasil. O ensino das outras matérias dava-se no idioma alemão, graças a especialistas vindos d'além-mar e que não se esforçavam por aprender nossa língua. O nazismo estava a atingir o zênite...

Ao retornar ao Colégio (década de 50), encontrei Roberto em pleno labor. Fora aliciado na minha ausência. Excelente mestre. Dominava a História e sabia como transmiti-la. O gosto e o traquejo do ofício fizeram-no

acumular expedientes capazes de gerar a mais ampla aprendizagem. Motivador singular, as aulas saíam-lhe fáceis e ao gosto dos alunos, que para ele tinham atenções espontâneas, como só as sabe ter a juventude ainda não contaminada pela vida competitiva.

Especializara-se no período republicano, cujas minúcias prodigalizava. Florianista de ameaçar com bengaladas a quem não admirasse o segundo presidente, e houve quem as recebesse por críticas ao ídolo. Também conhecia a História local, tendo publicado as *Efemérides cariocas*, *Apontamentos para uma bibliografia carioca* e *A história no Distrito Federal*.

Gostava de andar a pé e tomar chope. A urbe, com suas transformações arquitetônicas, não guardava segredos para um estudioso de sua capacidade. A excitação cívica e os deveres profissionais acabaram por atingir-lhe o sistema circulatório. Licenciou-se e recolheu-se ao lar, não mais retornando ao Colégio. Quando em vez, telefonava para se atualizar com a Casa e sempre transmitia algo dos seus conhecimentos. Roberto praticava o espiritismo. Ter-se-á conformado?

Em 1983 saiu do prelo o livro de sua autoria "Brasil sede da monarquia – Brasil-Reino" (1ª parte) na coleção *História Administrativa do Brasil. A Administração de Floriano* foi editada pelo Ministério da Educação e Saúde. Obra de consulta indispensável.

Hélio Avelar

Hélio de Alcântara Avelar era bacharel duas vezes: em Direito e em Geografia e História, por escolas da antiga Universidade do Brasil. Irônico e brincalhão com os colegas, mostrava-se sisudo com os alunos. Puro artifício para manter a disciplina e transmitir conhecimentos seguros, que os tinha.

Estudou ao Marquês de Pombal e suas iniciativas para o Brasil. A propósito escreveu páginas duradouras (*Administração pombalina*, 2ª edição, 1983). Em 1976 teve publicada pelo Ministério de Educação e Cultura a *História Administrativa e Econômica do Brasil*, ao tempo em que era moda atribuir ao nosso País a qualificação de “Grande Pátria” e “Brasil Ascendente”. Assim o fez no prefácio da obra o diretor da Fundação Nacional de Material Escolar, Humberto Grande, – de resto boa criatura, mas porejando a patriotada do período ditatorial.

Amável e de correta formação profissional, deixou-se Hélio arrebatado pelo absolutismo fardado e foi aos Estados Unidos obter dólares para que o Ministério da Educação se enquadrasse na estratégia pedagógica mais conveniente ao colosso do Norte para a América Latina.

Acabou por integrar a Comissão Nacional de Moral e Civismo; daí resvalou para o reacionarismo atuante. Morreu em 1987 e posso garantir – pois estive presente ao seu enterro – que foi pranteado apenas por três professores do Colégio. Nenhum aluno compareceu ao cemitério. Jaz absolutamente olvidado.

Para a coleção *História Administrativa do Brasil* escreveu as “Preliminares européias” (1956), cuja 3ª edição saiu em 1984. De qualquer modo, Hélio cumpriu seu magistério com zelo e eficiência.

Mário Pedrosa

Surpreendi-me ao saber Mário Pedrosa professor do Pedro II. Trotskista e perseguido, – quem o imaginaria a lecionar adolescentes no tradicional Colégio? Conheci-o por alto. Dele dava-me notícias um amigo comum – Edmundo Moniz –, contemporâneo da Faculdade e oponente de

doutrina. A diferença ideológica nunca obstou nossa fraternidade, até mesmo quando o celebrado artigo 13 do Estatuto do PCB proibiu a comunicação com os “inimigos” do marxismo-leninismo-stalinismo...

Edmundo, além dos seus méritos pessoais, agia como intermediário dessa alta figura do trotskismo brasileiro. Bom que assim fosse. Edmundo aprazia, Pedrosa repelia. Pelos modos, pelo ar conspirativo, embora outra faceta sua agradasse em cheio: a de crítico de artes plásticas. Pedrosa comparecia a congressos internacionais e era recepcionado pela elite paulistana.

Ignoro a razão que o levou a trabalhar num Colégio para ele certamente retrógrado, em nada favorável à mudança de rumos porque viveu pelejando. Fato é que lecionou em São Cristóvão, um tanto misterioso e apagado. A partir de 64, sua situação e a de outros professores da Casa entrou a degradar-se. Disponibilidades, perda de cargos e de direitos civis, perseguições e exílios aviltam o período.

De Mário Pedrosa conheço pouco. Lotado nos anos 70 na Diretoria-Geral (antigo Internato), revelou-me o diretor do Colégio, Vandick L. da Nóbrega, achar-se Pedrosa confiado à sua guarda e recebendo os proventos do cargo. Vandick mantinha-o à disposição do seu gabinete, – comportamento estranho de quem desfrutava da confiança dos militares.

Que estaria por detrás disso? Nunca procurei saber. Vandick mo diria, se eu lhe perguntasse. Preferi ignorar. Pedrosa, sumido de circulação e adversário da ditadura, encontrara proteção junto a um dos mais inflamados coadjuvantes da subversão constitucional. De sua passagem pelo estabelecimento, creio, não ficou vestígio, como também é ignorado na Faculdade de Humanidades Pedro II (Fahupe), cuja cadeira de História da Arte lhe foi confiada por Vandick, amigo de longa data, por cima das diferenças ideológicas que os separavam.

Rodolfo Coutinho

A Rodolfo Coutinho conheci mal. De retorno ao Colégio (1952), logo me falaram de um professor marxista na Casa.* As aulas principiavam às sete horas; 30 minutos antes já ele estava na portaria, de guarda-pó branco, a observar a chegada dos colegas e alunos. Era de estatura média, encorpado, rosto severo e arredio. Passava a impressão de pessoa amarga, problemática.

De conversa difícil, comigo animou-se um pouco: eu era amigo de dois irmãos seus, médicos, – um psiquiatra, outro cirurgião e ex-deputado. Percebi-o bastante lido na disciplina, inclusive na língua alemã.** Estivera na União Soviética e atravessava fase de dúvida quanto à viabilidade do comunismo.

Coutinho integrou, como suplente, a primeira Comissão Central Executiva (CCE) do Partido Comunista do Brasil (PCB), eleita em 1922. Nesse ano havia apenas 73 comunistas no País.

Não o assisti em sala de aula nem soube do seu conceito entre os estudantes. Nossos horários não coincidiam; daí faltar-nos ocasião de proximidade, – coisa que lhe parecia indiferente. Gostava mesmo era de se isolar a um canto, sem freqüentar a sala dos professores.

Foi por pouco tempo. Dei por sua falta um dia. Tinha se suicidado sob as rodas de um trem (agosto de 1955).

* Ao lado de Cristiano Cordeiro, Coutinho, ainda estudante (nascera em 1901), organizou círculos de estudos marxistas no Recife, ativos de 1919 a 1920 (V. *Partido Comunista Brasileiro*, de Ronald Chilcote, e *Anarquistas e comunistas*, de John W. Foster Dulles). Bastante influente na Juventude Comunista, Coutinho foi enviado à União Soviética em 1924 como representante do PCB. De volta, demitiu-se do Partido (1928). Deixara-se influenciar pela doutrina trotskista e “opusera-se ao estabelecimento de uma ligação política com a Coluna Prestes” (Foster Dulles, ob. cit.). Não pertenceu aos quadros do anarquismo.

** Bem recebida foi a tradução feita do original alemão da obra de B. Brandt – *Geografia cultural do Brasil*, editada pelo Conselho Nacional de Geografia, em 1945. A edição alemã é de 1926. Coutinho traduziu também a *História do açúcar*, de Edmundo O. von Lippermann, 2 volumes, 1941/1942.

Alfredo Taunay

Alfredo d'Escragnolle Taunay, professor de História do Colégio, tinha como antepassado Alfredo Maria Adriano d'Escragnolle Taunay – Visconde de Taunay –, filho do Comendador Félix Emílio Taunay, diretor da Academia de Belas-Artes e neto do pintor da Escola Francesa e membro do Instituto de França Nicolau Antoine Taunay, integrante da missão artística organizada por Joachin Lebreton para dar início à Escola de Belas-Artes do Rio de Janeiro em 1816. O Visconde foi aluno do Pedro II e, além de outras obras, é autor, como se sabe, da *Retirada da Laguna* e de um livro de memórias contendo páginas de sua vida escolar naquele educandário.

Nosso estimado confrade dedicou-se ao ensino particular e oficial, – este no Pedro II e por muitos anos. Chegou a dirigir a Seção Sul, hoje Unidade Humaitá. Modesto, não sobressaiu mais por não querer. De seu natural, procurava a sombra. Sabia História acima do preceito. Autor de compêndios, só ou associado.

Fora os manuais para o exame de admissão e as séries ginasiais, redigiu em co-autoria a *Sinopse da História da Civilização Geral e do Brasil* (1979), com “um sentido intermédio desenvolvido em dois volumes distintos, intitulados *História Geral da Civilização* e *História Geral da Civilização Brasileira*”, composição “a servir simplesmente o leitor comum, e a atender supletivamente ao ensino”.

O verdadeiro historiador que ele foi, honrando o nome dos ancestrais, pode encontrar-se na *Administração*

manuelina, que escreveu só e cuja edição data de 1956. A 3ª é de 1984, graças à diligência de seu amigo, professor Vicente Tapajós. Cultura, didática e boa escrita emolduram a obra.

J. G. de Araújo Jorge

Acreano, José Guilherme de Araújo Jorge veio internar-se no Colégio Pedro II, de onde saiu bacharel em 1932, já com um livro de poesia pronto: *Amo!*, publicado aos 18 anos. Na Faculdade de Direito continuará a versejar e fazer política. Propagava em sonetos e discursos um vago socialismo que encantava as moças. Inteligente e simpático, fácil disseminação tinham seus produtos. Terá sido até os anos 50 o poeta preferido das mulheres, que lhe consumiam os poemas retóricos e suspiravam pela sua figura atraente.

Ganhava a vida como jornalista e publicitário. Vendia ao microfone versos, loções e beberagens com apreciável tino comercial. Em política foi versátil. De volta da Alemanha, onde, universitário, fora a convite de um tio embaixador, mostrou-se atraído pelo nazismo. Aderiu depois ao getulismo, favorecido por Alzira Vargas, que o fez Inspetor de Ensino e Técnico de Educação, sucessivamente, servindo em Friburgo – ao curar-se da tuberculose – e no Rio de Janeiro.

Rompeu com o populismo de forma rumorosa nos estertores do Estado Novo, atacando Getúlio pela Rádio Nacional. Colou-se à Esquerda Democrática, preliminar da União Democrática Nacional (UDN), fazendo-se admirar pelo todo-poderoso Brigadeiro Eduardo Gomes. Foi seu período áureo. Ao abrigo da UDN, em cujos comícios discursava inflamado, teve à sua disposição o influente *Correio da Manhã*, onde divulgou farta prosa e poesia.

À sombra do Brigadeiro, pulou para o Colégio Pedro II, como catedrático interino de Literatura, – matéria outrora

leccionada por José Veríssimo. Suas aulas atraíam os estudantes, em especial as moças. J. G. tinha a palavra fácil e recitava com voz sedutora.

Acreditando-se eterno, não se cuidou, isto é: pôs de lado a Literatura, enquanto, cá fora, aspirantes ao cargo se preparavam com aferro para o concurso. Quando lhe perguntavam como ia de estudos e se já aprontara a tese, respondia vagamente que tudo corria bem. Conclusão: ao se encerrar o prazo das inscrições, foi o único dos concorrentes a não apresentar a monografia exigida. Não tivera tempo de ultimá-la – desculpou-se – e perdeu o lugar, conquistado por Álvaro Lins, intelectual de porte e futuro embaixador no governo de Juscelino Kubitschek.

Arrasado, mas ainda com algum fôlego, foi nomeado professor suplementar de História, sem o trato da disciplina. Pôs-se a estudá-la, e como falava com facilidade, compunha versos e discutia política, deu conta do recado. Recebendo salário inferior ao do antigo posto, retornou à publicidade com êxito.

Ocorreu-lhe então a artimanha que nos deliciava. Fez-se passar por enfermo e obteve longos períodos de licença remunerada. – “Que tem você que se afastou de nós?” – perguntávamos-lhe. E ele, meio sério, meio gozador: – “Sofro de amnésia. Em sala de aula não me lembro do que devo ensinar. Faltam-me nomes, datas...” Com a desculpa da perda de memória, entregou-se aos seus afazeres particulares, ganhando por todos os lados.

Afinal, após muito perseguir os eleitores, conseguiu eleger-se deputado, – aspiração suprema. Em Brasília, borboleteando entre partidos, exerceu o mandato com eficiência e dignidade. Combateu a ditadura militar e pugnou pela restauração democrática. Basta para absolvê-lo das fraquezas anteriores. Araújo Jorge honrou o título de bacharel do Colégio Pedro II.

Faculdade de Letras

Concluindo este sumário, que espero seja um dia por alguém ampliado, quero assinalar a extinção da cadeira de História do Brasil em 1901, conseqüente ao novo regulamento baixado para o Ginásio Nacional pelo Ministro da Justiça do governo Campos Sales, – Epitácio Pessoa, futuro Presidente da República.

Em substituição à disciplina, criou-se a cadeira de História Universal, com ênfase na História nacional. O fato – como já se estranhou – ocorreu ao se comemorar o IV Centenário do Descobrimento. A História do Brasil como disciplina autônoma ressurgiria em 1925, graças à Reforma Rocha Vaz.

Catedráticos do Colégio apresentaram ao Governo, em 1923, parecer sobre projetada reforma do ensino secundário. Valeram-se da oportunidade para propor a criação de uma Faculdade de Letras no estabelecimento. Visavam à habilitação de professores de grau médio. Concorreria a Faculdade “para o desenvolvimento da cultura das humanidades, da História e da Filosofia”. (*Memória*, E. D.)

A idéia não medrou. O magistério da Casa continuou a ser recrutado entre notabilidades sem preparo especializado. Em geral, a improvisação deu certo. Macedo e Capistrano, Oiticica e Nascentes, Ruch e Delpech, Potsch e Lafaiete, Dodsworth e Venâncio, Filadelfo e Agliberto, Hahnemann e Nelson não se aparelharam para o ensino em escolas apropriadas e foram grandes mestres.

Nem todos os professores saídos de faculdades e selecionados em concursos se recomendam pelo domínio das disciplinas, da didática e até da ética. Por si só, o diploma não faz o bom professor. Muitos fatores intervêm para que ele demonstre ou venha a atingir a série de requisitos indispensáveis à educação em qualquer grau.


Se adequadas, são as faculdades o passo inicial da estrênuo caminhada rumo à instrução ampla e prestada. Quase meio século após a proposta referida, instituiu-se no educandário a Faculdade de Humanidades Pedro II, com o objetivo formulado. Incumbia-lhe modelar os mestres do Colégio e de outros estabelecimentos.

Poucos anos manteve caráter oficial. Passou a escola particular e, em seguida, a cooperativa de professores, com funcionamento inseguro, devido em parte à precariedade financeira da população.

Em vez da Faculdade, funcionam classes de alfabetização e segmentos do 1º grau (antigo primário). O propósito é dotar a Casa com alunos de alta qualidade.



Laboratório de Digitalização
do Acervo Histórico



A Filosofia no Colégio

“Não há domínio algum da atividade intelectual em que o espírito brasileiro se mostre tão acanhado, tão frívolo e infecundo como no domínio filosófico.” Tobias Barreto

O primeiro professor de Filosofia do Colégio Pedro II foi Silvestre Pinheiro Ferreira (1769/1846), sacerdote, lente da Universidade de Coimbra e diplomata. Na ocasião o educandário ainda não recebera o nome do segundo Imperador. Chamava-se Colégio dos Órfãos de São Joaquim,

em substituição ao Seminário dos Órfãos de São Pedro, fundado em 1739, à maneira de convento. Em terras doadas por Manoel de Campos Dias, o Pe. Reitor Jacinto Pereira da Costa e o Cônego Antonio Lopes Xavier construíram na atual Rua Camerino (Valongo) o Colégio ou Seminário de São Joaquim – estabelecimento transformado em Imperial Colégio Pedro II na Regência de Araújo Lima pelo Ministro Bernardo Pereira de Vasconcelos (1837). O atual prédio da Unidade Centro, antigo Externato, edificado há perto de 100 anos, aproveitou parte do imóvel primitivo, sob orientação do engenheiro-arquiteto Francisco Bethencourt da Silva, discípulo de Grandjean de Montigny.

Ainda em atmosfera colonial, mas já próximo da Independência, o Seminário de São Joaquim ofereceu ao público um curso de preleções filosóficas, a cargo de Silvestre Pinheiro Ferreira. Era o ano de 1813. A Corte portuguesa, tendo D. João à frente do governo, achava-se havia um lustro no Rio de Janeiro. O curso abrangia princípios de lógica, gramática geral e retórica; o tratado das paixões, as regras da estética e do direito natural, a ontologia, a cosmologia e a teologia. Noticiaram o acontecimento a imprensa do Rio e a de Londres. Dele resultou a obra *Preleções filosóficas*, editada naquele ano. Mais tarde, Silvestre publicaria *Noções elementares de filosofia geral e aplicada às ciências morais e políticas* (Paris, 1839). Segundo Antonio Paim, o Autor imaginava conceber um sistema que permitisse à cultura luso-brasileira integrar-se na época moderna, “sem interromper o diálogo com o passado”.

Professor de Filosofia com alguma nomeada foi Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811/1882), não tanto por seu magistério, mas por ter sido o introdutor do Romantismo entre nós, além de poeta e ter, com outros,

fundado e dirigido periódicos de fins culturais. Como Secretário do Barão de Caxias, esteve no cenário da Balaiada e da Farroupilha, ausentando-se da cátedra. Magalhães, que sofreu a influência do ontologismo italiano de Rosmini e Gioberti, é dado por alguns como inspirador de Bergson (o elã vital). De sua autoria é o livro *Fatos do espírito humano* (1858), composto na linha espiritualista e traduzido para o francês. Substituíram-no sacerdotes de São Bento, – freis José de Santa Maria Amaral e Saturnino Antunes de Abreu.

Pode-se imaginar como a Filosofia estaria confinada à teologia cristã com exclusividade, na categoria conservadora do Império escravocrata governado pelo catolicismo colonizador. O maior nome da Filosofia brasileira de então era frei Francisco de Mont'Alverne (1784/1855), sermonista famoso, influenciado pelo ecletismo de Victor Cousin. Escreveu um *Compêndio de filosofia*.

No final dos anos 80 a disciplina estava entregue ao professor-substituto André Gustavo Paulo de Frontin, ex-aluno da Casa e futuro engenheiro com relevantes serviços prestados à capital da República (administração Pereira Passos, governo de Rodrigues Alves). Na matéria, Frontin não se distinguiu, nem precisava. Mais tarde, revelou-se eficiente professor de Mecânica e Astronomia do Colégio.

Titular de Lógica em 1903, no Externato, foi Vicente Ferreira de Sousa, figura original e esquecida na Casa. Baiano (1852), faleceu no Rio de Janeiro em 1909. Médico, tentou aos 27 anos obter a cátedra de Filosofia, – sem êxito. Ingressou no jornalismo e tomou parte na campanha abolicionista. Aderiu às idéias socialistas, que procurou pôr em prática. Participou do movimento operário no Rio e em São Paulo. Em 1884 logrou aprovação no concurso para professor substituto de Latim no Colégio, e em 1900 para Filosofia na mesma condição. O titular era Sílvio Romero.

Com o falecimento deste, abrem-se as inscrições ao concurso de Lógica. Lançaram-se candidatos Euclides da Cunha e Farias Brito. Vicente de Sousa é o pioneiro, entre nós, da campanha em favor da pronúncia reconstituída ou restaurada do Latim. Foi quem despertou o gosto dos estudos filológicos a Antenor Nascentes, que à sua memória dedica o *Dicionário etimológico da língua portuguesa* (1932).

Quem se destacou na cátedra de Filosofia foi Sílvio Romero (1851/1914), sociólogo, crítico, historiador literário e polemista. Saiu vitorioso no concurso aos 29 anos (1880), com a tese *Interpretação filosófica dos fatos históricos*. Discípulo de Tobias Barreto. De sua extensa bibliografia constam os livros *A filosofia no Brasil* (1878) e *Ensaio de filosofia do direito* (1895). Há quem lhe resuma a trajetória intelectual em três etapas: monismo, kantismo, historicismo. O parecer da banca examinadora do concurso para o Colégio Pedro II concluiu por enquadrá-lo na categoria dos contistas. E há quem o reduza à condição de materialista convicto, embora o filho Nelson afirme que o pai, no recesso do lar, rezava à noite com a família.

Conforme confissão do próprio Sílvio, ele passou do espiritualismo de Jouffroy para o positivismo; deste arribou para o transformismo darwiniano (Büchner, Vogt, Haeckel); e daqui para o evolucionismo geral de Herbert Spencer. Mas escreveu também que o positivismo “é a verdadeira filosofia. Suas leis da História são imorredouras”. Sectário convicto do positivismo na “ramificação capitaneada por Emile Littré – aduz –, depois que travei conhecimento com o transformismo de Darwin, procuro harmonizar os dois sistemas num criticismo amplo e profundo”.

Antônio Paim (*A Filosofia da Escola do Recife*) entende que o sentido básico da atividade intelectual de Sílvio poderia denominar-se de *culturalismo sociológico*. Dispensadas as

filigranas, importa saber a que progressos levariam tais doutrinas. Sublinhe-se que Sílvio era anti-socialista, escravocrata e “demasiado preso aos princípios racistas e até reacionário do evolucionismo spenceriano...” (*O Socialismo brasileiro*, seleção e introdução de Evaristo de Moraes Filho, 43).

Sílvio Romero precisa ser reexaminado com menos paixão do que até aqui. Preponderam, de um lado, os juízos negativos de Lafaiete Rodrigues Pereira, Leonel Franca e Sílvio Rabelo; de outro, grassam os entusiastas incondicionais do sergipano, como se fora o mais alto cimo da inteligência brasileira. Nem uma coisa nem outra. Sílvio há de ser visto como figura destacada dentre os seguidores de Tobias Barreto (1839/1889), cerne da chamada Escola de Recife, movimento que balançou o marasmo cultural dos últimos anos do Império. Quis abarcar domínios variados e como que perdeu-se. Não se pode ser advogado, político, professor, folclorista, filósofo, crítico, historiador e brigão simultaneamente.

Em 1885 patrocinou a substituição da cadeira de Filosofia no curso secundário pelo ensino da Lógica. Sobre a aprendizagem da disciplina, escreveu o opúsculo *A filosofia e o ensino secundário* (1897).

Tipo demasiado emotivo para o estudo sereno e o convívio social. Que o digam Machado de Assis e José Veríssimo. Tobias e Sílvio ventilam entre nós as meditações de Comte, Haeckel, Voght, Büchner, Darwin e Spencer, ou seja: o positivismo, o materialismo, o evolucionismo e o monismo. Afrontaram o pensamento oficial do Império. Nem lhes era possível ir além. Muito fizeram pelo progresso das idéias.

Com Sílvio concorreu à cátedra Gregório de Paroni, sacerdote e tomista. Segundo o ideário de Antônio Rosmini objetivava conciliar a fé com a ciência. Foi contratado para lecionar Italiano. Em 1909 deu-se o concurso de Lógica, disciplina tornada autônoma em 1903, na administração do

diretor José Gil Castelo Branco. Sobressaíram os candidatos Euclides da Cunha (1866/1909), cuja publicação de *Os sertões* lhe granjeara súbita notoriedade, e Farias Brito (1862/1917), estudioso permanente da Filosofia.

Ultimadas as provas saiu vitorioso este, obtendo Euclides o segundo lugar. Foi muito. Antes, não se dedicara à especialidade. Militar, engenheiro, jornalista e escritor, procurava emprego que lhe garantisse vida estável. Meteu-se em assunto que até ali não o atraía. Assimilado o que pôde, saiu-se bem.

O resto coube ao Barão do Rio Branco, seu protetor. Sem que a lei fosse ferida, Euclides saiu nomeado para o Pedro II.* Introduziu-o em sala de aula o professor interino da matéria – Escragnolle Doria. Em menos de um mês de atividade magistral, Euclides morreu numa troca de tiros. Assumiu a cátedra Farias Brito. Seu propósito era a recuperação do espírito como realidade distinta da matéria. Combateu positivistas, evolucionistas e monistas. Publicou *A finalidade do mundo*, 3 volumes (1895/1905), e o *Ensaio sobre a filosofia de espírito*, 3 volumes (1905/1914), entre outras obras.

Hélio Jaguaribe (*A filosofia no Brasil*, 1957) é de parecer que a “filosofia de Farias resolveu-se em um monismo psíquico-idealista, igualmente inconsciente e inexpressivo”. Jônatas Serrano, colega de Farias no Pedro II e ele próprio autor de uma *História da filosofia* (1944), não lhe achava novidade no pensamento.

Professor da matéria no Colégio, Antonio Xavier Teles, autor de uma bem-sucedida *Introdução ao estudo da filosofia*, em assinalando a falta de originalidade da filosofia no Brasil, só abre exceção para Farias Brito. Ao se debater a contribuição do Colégio Pedro II à filosofia entre nós, lembre-se que Xavier Teles sequer menciona a instituição no seu compêndio. Estará

certo? Sem dúvida. Em conjunto, os mestres da Casa nada acrescentaram ao progresso da matéria que vêm lecionando nos apertados moldes oficiais, com exceção talvez de Sílvio Romero e Agliberto Xavier.

Estes serviram como fermento de idéias novas, não importando o grau do seu valor. Agliberto (1869/1952), ex-aluno de Benjamin Constant, substituiu Farias Brito. Fui seu discípulo quando ele tinha 63 anos (para os estudantes já era "Velhinho"). Autor de livros, um deles intitulado *Em defesa da mentalidade brasileira* (1925). Tinha fama de bom matemático e escrevia pequenas monografias em francês. Desde 1910 lecionava Lógica no Internato; passou ao Externato em 1917.

Suas lições, concorridas, acenavam com um mundo diferente do perfilhado por outros professores; era voz dissonante, contra o conformismo e a sistemática oficial. Havia no casarão da Rua Larga quem lhe torcesse o nariz: resíduos da escolástica, presença de um catolicismo afinado com o regime onde a ordem impera sobre o desequilíbrio social.

Nos anos 20 ocupou a cátedra de Psicologia, Lógica e História da Filosofia no Externato o bacharel José Filadelfo de Barros e Azevedo, ou simplesmente Filadelfo de Azevedo (1894/1951), professor da Faculdade Nacional de Direito, prefeito do antigo Distrito Federal, Ministro do Supremo Tribunal Federal e Juiz da Corte Internacional de Justiça em Haia, onde faleceu.**

Um parêntese na seqüência cronológica. A disciplina de Filosofia teve seu nome alterado várias vezes, e também sua essência. No Ginásio Nacional, substitutivo do Imperial Colégio, a matéria restringiu-se à História da Filosofia (1898); passou-se depois ao ensino da Lógica, sem o complemento

daquela. A partir de 1910, a cátedra de Lógica foi substituída pela de Psicologia e Lógica. De 1911 a 1915 o estudo da Filosofia foi subtraído ao currículo escolar. Em 1925 reintroduziu-se a cadeira no 5^o ano ginasial. A partir de 1930 (ditadura de Getúlio Vargas) e sobretudo no período estadonovista, voltou a matéria a sofrer mudanças em seu curso acidentado. Suprimiram-na e a outras disciplinas: podiam concorrer para a ilustração dos cérebros... Assim verificou-se de novo durante a ditadura militar iniciada em 1964 e concluída 20 anos depois.

Tasso da Silveira entrou a lecionar História da Filosofia no Colégio em 1932. Natural do Paraná, terminara o curso secundário no Externato. Poeta místico, antítese de Agliberto nas idéias. Compôs os quadros iniciais do integralismo, braço caboclo do nazi-fascismo. Provinha do Centro D. Vital, criação de Jackson de Figueiredo (1891/1928), censor da produção intelectual no governo de Artur Bernardes. Jackson atuava ao influxo do cardeal Sebastião Leme, atento às diretivas dos papas Pio X e Leão XIII. Aquele atribuía a culpa dos males sociais ao ateísmo. D. Leme tinha como programa a sacralização da sociedade. Caudatários os cardeais dos pensadores direitistas Joseph de Maistre, Charles Maurras e Leroy Beaulieu.

Tal era o nacionalismo de conotações moralistas pregado por Jackson, que logrou influenciar o Pe. Leonel Franca, o escritor Alceu Amoroso Lima (vindouro líder católico Tristão de Ataíde), o senador Hamilton Nogueira, o advogado Sobral Pinto, os professores Jônatas Serrano, Nelson Romero e outros.

Jackson é considerado fundador da Escola Católica de Filosofia. Faúlha dessa fornalha, Tasso, em vez de aula, pregava a primazia do cristianismo. Seu magistério murchou ao cabo de poucos dias. Quem ouvira Agliberto, frustrava-se

ao escutá-lo. Apreciávamos seus versos, e os de Cecília Meireles e Murilo Araújo, que nos recitava em aula com ar triste. Falava-nos do Modernismo e de sua face, – o Simbolismo, animado pelo grupo da revista *Festa*. Os poemas de Tasso sensibilizavam-me, não assim sua filosofia de vida.

O último nome de certo relevo a ocupar a cátedra foi Euríalo Canabrava (1908/1979), estudioso da Lógica Matemática. Saiu catedrático em 1953, após concurso. Reconhecido em centros culturais norte-americanos, onde proferiu conferências (anos 40). No Brasil não sobejou. Foi mais reparado pelo comportamento excêntrico, polêmico. No terreno filosófico, Euríalo começou vagamente espiritualista, alcançou o existencialismo e terminou neopositivista. “Sua trajetória parece percorrer todos os horizontes do céu filosófico”, sentenciou o Pe. Henrique Vaz, S. J. Em 1941, Alceu Amoroso Lima deu Canabrava como “discípulo autônomo de Heidegger”.

De sua autoria, publicou o Colégio Pedro II a *Introdução à filosofia da matemática*. A estréia de Canabrava na filosofia ocorreu com o livro *Seis temas do espírito moderno* (1941). Manteve durante anos a seção “Letras Estrangeiras” no *Diário de Notícias*.


Sem o simbolismo da cátedra, lecionaram Filosofia, depois de Canabrava, Eduardo Prado de Mendonça, já desaparecido, autor do livro *O mundo precisa de filosofia* (1968), e Tarcísio Meireles Padilha, que redigiu *Uma filosofia da esperança*; ambos em estreito vínculo com a Igreja.

* Em carta escrita por Euclides há 87 anos, e inédita de 1909 até 1996, o autor de *Os sertões* informa a um amigo ter iniciado o seu curso de Lógica “no ex-Ginásio Nacional (hoje Pedro II graças a um lance de histeria republicana)”. Pretende levar o curso “numa grande convicção pedagógica”. Transmitirá aos seus alunos “a simples e límpida Lógica de Stuart Mill, ao invés de transcendentais tolices metafísicas”. Diz-lhe a consciência que será “mais útil do que o funambulesco filósofo” (refere-se a Farias Brito, seu concorrente e que obtivera

o primeiro lugar no concurso); filósofo da *“Finalidade do Mundo*, que há 25 anos escreveu um livro que ninguém lê e estuda uma Lógica que ninguém entende”. É espantoso o ressentimento de Euclides com respeito a Farias Brito, – comenta José Geraldo Couto, em “Os descompassos de Euclides” (*Folha de S. Paulo*, 14/07/1996), onde vem estampada a carta referida.

** Aos interessados na personalidade de Filadelfo de Azevedo recomenda-se o livro de Pedro Nava – *Chão de Ferro* (memórias), 1976, e o estudo de Alberto Venâncio Filho, publicado na *Revista Forense*, vol. 300, 1987.

1991



LADAH
Laboratório de Digitalização
do Acervo Histórico



Nelson Romero, Apóstolo e Educador

*Há a verdade das coisas, e a verdade que
vai de nós para as coisas, e as verdades que
transcendem de nós e das coisas. Jackson de
Figueiredo, 1927.*

Nelson Romero nasceu e morreu no Rio de Janeiro (1890/1963). Excetuado o período vivido na Itália, como aspirante ao sacerdócio, a existência transcorreu-lhe na antiga capital da República. Descendia de Sílvio Romero, sergipano

(1851) desaparecido no Rio de Janeiro (1914) após intensa vida intelectual com base precípua no magistério. Sílvio praticou a advocacia, redigiu livros sobre diversos assuntos e notabilizou-se como historiador da literatura brasileira. Ascendeu ao Colégio Pedro II mediante concurso público, lecionando Filosofia. Distinguiu-se ainda como sociólogo, crítico literário e polemista.

Pai e filho conviveram durante um quarto de século. Nelson sempre se mostrou reverenciador de Sílvio, julgado agnóstico por muitos dos seus companheiros devido às sucessivas ideologias que adotou, havidas como escoadouros de materialismos. O filho revela-o enternecido a rezar com a família em horas canônicas. Sendo assim, nada a estranhar na conduta espiritual de Nelson. Por vocação ou por influência dos jesuítas, ele se transformou, de volta da Itália e após estudos no Colégio Anchieta, em assinalado tomista, com incursões pelo Centro D. Vital e na imprensa, em propaganda e defesa da doutrina básica da Igreja.

Se as convicções religiosas do pai não foram tão sólidas quanto o descendente as apregouou, – que teria Sílvio pensado da fé intensa do filho? Em verdade, ambos lidaram com fervor em defesa dos respectivos princípios. Sílvio, mais ruidoso, discordante e penitente. Nelson, menor em volume físico e mental, e falto do gosto amplo do progenitor, portou-se com menos agressividade em campo de ação restrito. Penumbroso e místico, ilustrou o pai revoltado e solar.

Religião e Lingüística

Pode incluir-se Nelson entre os bons filólogos do seu tempo. Deixou de notabilizar-se, acaso, por não querer. O divulgador religioso abafou o lingüista erudito. Data de 1921 – atingira 31 anos, após o malogro da carreira sacerdotal – a

primeira manifestação na especialidade, a *Lógica do Verbo*, obra destinada a concurso. Aspirando à cátedra no Colégio Pedro II, no rasto do pai, defendeu a tese *O VI Livro da "Eneida"* (ensaio de interpretação no ensino do Latim), publicada em 1933.

Fora outros, examinaram-no os professores José Cavalcanti de Barros Accioli e Hahnemann Guimarães, ambos do estabelecimento. Accioli entrara no educandário em 1903, após frustrada tentativa na carreira sacerdotal. Ostentava conhecimentos de Latim sorvidos entre os jesuítas. Ao seu influxo e de Floriano de Brito, outro catedrático da Casa, Hahnemann conquistou a cadeira no Internato do colégio-padrão em 1926, com 25 anos de idade. Aos 36 anos, iria desistir do magistério para desempenhar as sucessivas funções de consultor e de procurador-geral da República e de ministro do Supremo Tribunal Federal.

Morto Accioli, exerceram a cátedra de Latim, no mesmo instituto, Antônio dos Santos Jacinto Guedes (em caráter interino) e Vandick Londres da Nóbrega, este mediante concurso de provas e títulos; ambos a partir dos anos 40. Romero aprontara-se para o magistério no Colégio Anchieta, entre 1914 e 1915. Do Internato, para o qual fora nomeado em 1935, transferiu-se no ano seguinte para o Externato, de onde irradiou sua fama de filólogo e latinista.

Ocupa-se *O VI Livro da "Eneida"* das fontes do poema, da cultura de Virgílio, do confronto deste com Homero e da perfeição estilística da obra. Nelson demora-se em comentários gramaticais, literários, culturais e filológicos; interessa-lhe demonstrar a "vitalidade da língua latina". Da bibliografia constam, além de outros especialistas, J. Marouzeau, autor de *La Prononciation du Latin* (1931), A. Ernout, A. Meillet, Fustel de Coulanges, E. Brehier e Norden (E.), autor de obra similar – *P. Vergilius Maro Æneis Buch*

(1916). Das línguas francesa, italiana, inglesa e alemã extraiu Nelson ensinamentos de gramáticas, manuais, dicionários, histórias literárias, religião, mitologia, filosofia etc.

Outros trabalhos produziu na e fora da especialidade, v.g., *A Concordância e os Casos em Latim* (1938) e *Crítica Nova*, anterior (1931), em oposição à estética modernista. Muito antes (1918), redigira as *Notas Sobre Direito*, com prefácio de Clóvis Beviláqua. Temas desiguais, procura de caminho e afirmação.

Tesoura e Cola

Livro documentado e convincente é *O Argumento Histórico e a Pronúncia do Latim*, editado em 1947. Resultado de 15 anos de controvérsias entre “reformistas” e “classicistas”, – assim etiquetados os pesquisadores das matrizes latinas após centenárias transformações. Na Europa e no Brasil ocorreram no século XIX discussões calorosas por motivo irrelevante ou assim suposto: a exata pronúncia de nossa língua materna ao tempo de Cícero, período eleito como exemplar no uso do idioma. Devemos expressar-nos segundo o Latim de Virgílio, estáticos no passado, ou falar consoante os modismos das regiões influenciadas pelos romanos?

Definiu-se Nelson como reformista, contrário ao cisma prosódico. Traduz este livro o entusiasmo e a capacidade com que se entregou à tarefa de impugnar famosas autoridades estrangeiras e alguns nativos. Deixou de lado, ignorando-o, seu maior adversário, insigne latinista. Porém, os dois quase se engalinharam no gabinete do ministro Gustavo Capanema por causa dos programas escolares onde o ensino da pronúncia reconstituída era aconselhado. Chamava-se Ernesto Faria o professor que ousou enfrentar Nelson Romero e outros paladinos do Latim evolutivo.

Começou a pendência em 1933, quando da submissão de Nelson e Ernesto ao concurso para a cátedra de Latim no Pedro II. Nelson, 43 anos, aureolado pelo nome paterno e gozando das simpatias da Igreja, que o tinha como seguro expositor do tomismo. Ernesto, de origem modesta, 27 anos. A seu favor contava o fato de ser discípulo de Antenor Nascentes, mestre de Espanhol e Português e celebrado aluno da Casa. Intitulava-se a tese de Ernesto – *A Pronúncia do Latim (Novas Diretrizes ao Estudo do Latim)*. Fora elaborada na linha de Jules Marouzeau, impulsionador do assunto em França.

Assisti à argüição do magro e tímido candidato por José Accioli, seis lustros mais velho que ele. Accioli entrara a lecionar Latim no Pedro II ainda jovem. Iria salientar-se pela dureza das aulas e conseqüentes reprovações maciças. Temiam-no os alunos e ele os condenava. Ao ver à sua frente aquele moço de aparência frágil a sustentar, com angelical credulidade, preceitos que se lhe afiguravam heréticos, Accioli, de si emotivo, não se conteve. Voz embaraçada, pôs-se a divergir do candidato e dos seus mestres. Súbito, ergueu-se pelo meio na alta cadeira e atirou à mesa a tese. Explodiu: “Isto não passa de um amontoado de tolices. E V.S., de seu, usou apenas cola e tesoura”. Até ali vergado ao peso do abandono, o candidato disparou: – “Com tesoura e cola, o trabalho é meu. E V. Exa., – que faz? Desconheço, todos aqui desconhecem qualquer produção de sua lavra ao longo destes anos”.

De fato, Accioli, professor do Colégio desde 1903 e catedrático a partir de 1906, nada publicara até ali, nem depois. Ignoram-se de sua autoria, na memória do estabelecimento e cá fora, pesquisas, monografias, obras didáticas demonstrantes do valor que não lhe negavam de ler e falar Latim com facilidade. Mais tarde, seu filho, professor Roberto Accioli, confirmaria a idéia fixa do pai pela feitura de obra original. Informa Roberto que, aos 60 anos, José

Accioli pensava em escrever um trabalho definitivo, liberto da cola e da tesoura (“Um homem, um humanista”, *Studia*, ano IX, nº 9, 1979).

Aula de Sapiência

Nelson Romero parece concentrar no Colégio Pedro II o manancial de sua vivência. Princípio e fim ser-lhe-ia o instituto a cujo fausto estava atento e ele próprio cresceu na profissão magistral e em pronunciamentos sucessivos – palestras, conferências, congressos. Devotou-se ao ofício de ensinar quando o mestre ainda sobressaía na sociedade; no mestre sublimava-se o saber, o decoro e o altruísmo. Venerava-se o servidor público incorrupto e isento de subalternidade.

Durante 46 anos Nelson exerceu a profissão exclusiva, em educandários particulares, como a Faculdade de Educação e Letras Santa Úrsula, e no instituto-padrão; precisamente dos 26 aos 72 anos de idade. Lecionou Italiano, Latim e Filosofia no Pedro II, obtendo por concurso a cátedra servida outrora por Mendes de Aguiar e Floriano de Brito. Por esse tempo, já sabemos, ali pontificava Accioli, falante no idioma de Cícero, mas que não deixou obra à altura da fama. Mestre exigente, atemorizador de espíritos juvenis, sem discípulos que lhe propagassem o nome, à exceção de Hahnemann Guimarães, seu protegido, que atuaria como ministro do Supremo Tribunal Federal e não como professor de Latim, cadeira por ele obtida na mocidade após aplaudido curso de ciências e letras no Pedro II.

Reli para esta rememoração o retalho do *Jornal do Comércio* que reproduz a aula inaugural proferida por Nelson Romero no Colégio Pedro II, em março de 1936, – há mais de meio século! Assombro-me de ainda encontrar-me neste

mundo. Dos presentes ao recinto da Congregação, onde me sentei, somente continuamos vivos e a trabalhar Roberto Bandeira Accioli, José Carlos de Melo e Sousa e eu, todos então professores novatos. Os demais, tão capazes e renomados, já desapareceram. Dentre tantos, com saudade evoco Fernando Antonio Raja Gabaglia, filho e neto de professores da Casa e ele mesmo ilustre mestre de Geografia; Raul Leitão da Cunha, reitor da Universidade do Rio de Janeiro; o próprio Nelson Romero, orador magno do dia; Otacílio Alves Pereira, diligente secretário do Colégio; Almeida Lisboa, grande matemático; Oliveira de Menezes, químico; José Oiticica, filólogo; Waldemiro Potsch, naturalista; Pedro do Couto e João Batista de Melo e Sousa, lentes de história; George Sumner, físico; e Clóvis Monteiro, lingüista.

Extensa, repetitiva me parece hoje aquela aula de sapiência. Nelson não primava pela síntese. Retórico, alastrava-se insistente e cansativo. As quatro colunas compactas, em tipo diminuto do *Jornal do Comércio*, se redigidas por autor conciso, resultariam numa só, ou meia, com iguais arazoamentos e resultados.

Assenta a proposição central na hipotética espontaneidade dos bons intentos individuais e sua eclosão em ações superiores. Católico e instruído no humanismo, esforçava-se Nelson por demonstrar seu “hábito da ciência, o sério cultivo do espírito, a dedicação completa e irrevogável à verdade, à beleza, à bondade, num ingente e profundo desejo de compreender a harmonia da vida”. Sua teoria educativa assentava no lema: “sem bom professor não é possível educação boa”. Mensagem que apreciava transmitir: a educação do ser cifra-se “na exploração do mundo e na exploração cognitiva e aquisitiva de si próprio”.

“Pela hodierna falta de fé no Infinito, substituindo Deus pelo Estado”, a civilização ocidental periga, retroage. A *Estatolatria* “outra coisa não é senão cego resultado do orgulho e materialização que se apoderaram da sociedade”. Condene-se a “norma materialista”; no orgulho e na ambição do mando reside “a origem de todos os socialismos”. À “mecanização do homem”, à “desindividualização” opõe-se a prática educativa onde o indivíduo “possa conviver em colaboração com seus semelhantes em tranqüilo gozo de suas próprias tendências nas delícias da polidez e intercomunicação de criaturas sadias e finas”. Ao *nosce te ipsum* do oráculo de Delfos, manda o Evangelho que a criatura se domine – *vince te ipsum*. “Hoje todos os educadores repetem a verdade que, na educação, a parte ilustrativa, ou instrutiva, exterior, não é a principal”.

Inquietos e inquietadores são os tempos atuais; as condições sociais e a ausência de vida interior *americanizam* cada vez mais as pessoas; cabe aos “espíritos serenos e intrépidos” se oporem à “contaminação e dissolução do pensamento” [cristão, sem dúvida] e apontarem às gerações novas as riquezas desse mesmo pensamento, que se maravilha “na harmonia indefinível do mundo de sentimentos bons”. Há de o mestre “saber intrometer-se no templo que se edifica no coração do discípulo, para aí entoar os hinos sagrados da alegria de viver”.

Após tão doces devaneios, com citações de Dante, Bacon e Rui Barbosa – nenhum deles pedagogo profissional –, Romero passa a maldizer os que não cuidam do ensino. Pergunta: que tem feito, ou faz, o Estado para garantir ao professor lugar condigno na sociedade? Nada; tudo lhe tem negado. Dos catedráticos (atuais titulares) exige-se concurso de provas para demonstração de capacidade especial. Aos outros professores nenhuma coisa se pede. “Protegidos da

politiquice e naufragos de outros misteres”, juntam-se os últimos aos primeiros, com eles se confundindo.

Urgia elevar o magistério, mediante a formação do professor. Tanto o Governo quanto a iniciativa particular devem circunscrever o exercício educativo ao professor diplomado. A um “anônimo qualquer” [supõe-se tenha sido até ministro de Estado] verbera o poder de influir na legislação para vedar ao professor a apreciação das provas assinadas por seus alunos. Tal “anônimo” confundiu os educadores “com a ralé social de sua marca”.

“Vítima de caprichos de gratuitos inimigos”, foi o Colégio Pedro II amesquinhado com “retirarem a autonomia de sua congregação”. De preparo invulgar, os professores da Casa “são julgados ineptos pelos inovadores de todas as administrações, os quais, ávidos da glória efêmera de ligar seus nomes a mais uma reforma, entram a imiscuir-se em tudo, mal julgando todos”. “Não foi o Colégio que desmereceu de suas prerrogativas”. Os administradores é que tentam reduzir os departamentos de ensino a “zonas de sua influência, onde façam e desfaçam a seu talante”. “Ultimamente, até regimento interno lhe têm negado”.

A República não parece simpatizar muito com o Colégio Pedro II; “dificilmente o visitam os chefes do governo”. “Mesmo o eminente atual Senhor Presidente da República [referia-se a Getúlio Vargas], que a todas as festas dos estabelecimentos militares tem levado a graça de seu sorriso, em se tratando do estabelecimento civil padrão do ensino, não se dignou ainda visitar este órgão da dignificação nacional”.

Ao finalizar seu discurso, Romero conclama o Estado a exigir do professor ciência provada, retidão, assiduidade, zelo, colaboração, trabalho; do Governo pleiteia autonomia, honra, prestígio e remuneração condigna. Em mais uma referência ao Colégio increpa: “é vergonhoso, é quase criminoso o

descaso dos poderes federais pelo Colégio modelo”, cujo edifício já não preenche as formalidades, “nem satisfaz às exigências que o Estado impõe aos estabelecimentos particulares de ensino”.

Nomeado professor catedrático do Colégio Pedro II, por decreto de 11 de novembro de 1935, após concurso, Nelson tomou posse do cargo no dia 18 desse mês e ano. Em nome da Congregação, foi saudado pelos professores F. A. Raja Gabaglia e George Sumner. Três meses depois já saía a defender a respeitável corporação, conforme acabamos de recordar. Repetia-se nele o desassombro do pai, cujos exemplos o levaram também a desejar assento naquele cenáculo.

Estado e Educação

Membro do Instituto Brasileiro de Educação e Ciência (IBEC) da Unesco, Nelson Romero foi convidado a responder ao quesito – “Deveres do Estado em matéria de educação, ciência e cultura para a melhor compreensão entre os povos”. Além de professor, Nelson integrou o Conselho Nacional de Educação e dirigiu o Departamento Nacional de Ensino, órgãos superiores do Ministério da Educação e Saúde. Suas respostas foram divulgadas na revista *Studia*, ano I, nº 1, dezembro de 1950, editada pelo Colégio Pedro II.

Quarenta anos depois, as respostas de Romero soam apagadas. Vamos resumi-las para ter-se idéia do papel por ele exercido em época dominada, na seara do ensino, por Fernando Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Carneiro Leão, Venâncio Filho, Pascoal Leme e outros próceres da Associação Brasileira de Educação (ABE). Romero formava no lado conservador, combatente da escola religiosa e par-

ticular. Atuantes e aplaudidos em determinadas áreas sociais eram Everardo Backeuser e Jônatas Serrano. Romero não compunha a linha dos lutadores ostensivos; fazia-se presente na intimidade das lideranças contrárias à Escola Nova, – os cardeais Sebastião Leme e Jaime Câmara, o Pe. Leonel Franca, o escritor Alceu Amoroso Lima, o Centro D. Vital e outras organizações católicas.

Eis, em resumo, como encarava o objeto do inquérito. O indivíduo só será feliz se se tornar útil. “Educa-se o homem para possuir-se e tomar direção segura das próprias perfectibilidades e virtudes. Educa-se procurando realizar a própria perfeição”. Mais do que humanística, a educação seja humana. A pessoa humana viva, em si mesma é superior a qualquer outro bem da terra, superior à própria terra. Convivência dos cidadãos como pessoas amigas e colaboradoras da felicidade geral. Culto intransigente da liberdade. Predomínio do espírito sobre a matéria para obtenção e manutenção da vida digna de ser vivida.

Impõe-se ao Estado obter dos indivíduos e das nações que o mandamento cristão do amor ao próximo seja a medida pela qual se há de aferir o valor da educação social. Para tanto, deve o Estado utilizar o rádio, o cinema, a escola, o culto, diversões: “cruzada de amor”. Cumpre-lhe respeitar o direito dos pais e dos particulares na obra educativa, cultural e científica dos povos. As pátrias serão sempre cooperadoras, aliadas seguras. Devem todas as nações civilizadas concorrer para o afastamento dos males físicos e morais dos indivíduos.

Na conclusão deste assunto, permitimo-nos consignar: Nelson adverbial com fartura e extravagância: “valorizadamente”, “maximamente”, “finalizadamente”. Era seu feitio empolado, para melhor convencer...

Pronúncia do Latim

Livro meticoloso e entusiasta é *O Argumento Histórico e a Pronúncia do Latim*. Nelson elevou a extremos seu raciocínio na contestação aos tradicionalistas. Obra erudita, sem precedentes nem continuadores entre nós. Em homenagem ao empenho com que expôs suas idéias, condensamos em seguida a discussão por ele sustentada.

Professores e cientistas procuram “uma pronúncia que tenha sido a verdadeira falada por Cícero e César...” A língua literária, a despeito do desmembramento do Império Romano e sua ulterior desapareição, foi conservada e estudada. O Latim serviu como língua universal de alta cultura. Depois restringiu-se o núcleo dos tradicionalistas. Entre sábios, infelizmente, “se vieram a infiltrar sons regionais evidentemente espúrios”.

Os estudiosos do Latim se unem com filólogos e lingüistas procurando superar os regionalismos. Há quem afirme ser possível ler hoje Cícero, Virgílio e Horácio como eram pronunciados em seu tempo. “Outros declaram que é inatingível esse desideratum”; mortos certos autores, a língua prosseguiu modificando-se prosodicamente. “Não é possível restabelecer uma pronúncia que a língua falada já havia modificado no tocante à qualidade do acento”; a reconstituição é apenas teórica. Prefere-se a pronúncia tradicional “como natural prolação da vida continuada pelo Latim” nas línguas românicas e na língua dos doutos, “instrumento da disseminação da cultura greco-romana na Europa e no mundo”.

Capricho, incoerência e absurdo é querer Marouzeau “dividir uma língua em períodos literários tais e tais e decretar que só se há de tomar conhecimento da prosódia de um desses determinados períodos literários”. Para estudar o Latim do ano

200 a.C. a 600 d.C. “não é lícito murá-lo no limite apenas de um século, fechando-o prosodicamente na fase do seu classicismo”.

“Extranacionalizada, como a ciência, a língua latina teve sua pronúncia suficientemente fixada pela tradição, tornada intangível como a cultura verdadeira...”. “A expressão ‘pronúncia clássica’... só por mera extensão de sentido seria tolerável”. “Classicismo é notação ou categoria literária, não prosódica”. “A pronúncia latina do tempo de Cícero e de César é *irreconstituível* naquilo em que não é *comprovada* no *substratum comum dos sons românicos*.”

“Cientificistas céticos” são os que “sonham com a possibilidade de reconstruir-se a pureza na prolação dos sons originários dos grandes literatos do classicismo latino”. “Não sabemos por que não tentam refazer hoje a pronúncia lusitana do tempo de Camões, ou a pronúncia francesa de Descartes, por exemplo”. Aos inovadores nega-se “o direito que se arrogam de matar a língua latina pós-clássica”. Em Roma o povo “foi, no bom tempo, *a suprema lex* também na pronúncia e na grafia, tanto que Cícero as mudava para respeitar o imperativo das variações do meio”; todavia “reconhece no povo o direito de fixar a pronúncia e guarda para si as teorias!”

Com ardor, Nelson, no final do trabalho, critica Jules Marouzeau, o maior responsável pelo pleito que agitou o Brasil. A ele e aos que o secundam opõe as figuras celebradas de Prisciano, Cassiodoro e Quintiliano, – gramático reputadíssimo. Por exceção, elogia Marouzeau e reforça-lhe os reparos à “inacreditável *pronúncia francesa do Latim*, mas acusa-o de confundir “latinista” (conhecedor de Latim) e “latinista filólogo”, o anatomista das formas. Aprofundando o estudo, analisa-lhe as partes com saber e intensidade: história da pronúncia dos latinos, acento e quantidade, resumo das regras, vantagens da pronúncia reconstituída.

Neste ponto acusa Marouzeau de “grosseiro erro de ignorante primário”. Estava o mestre gaulês “obsedado pela visão do *Latim puríssimo* (70 antes a 70 depois de Cristo) e só via as incorreções da pronúncia francesa do Latim. Não admitia nem enxergava Latim vivo e real de 70 depois de Cristo em diante”.

Por último, aprecia a obra de Santi Consoli, defensor da pronúncia reconstituída (*Fonologia Latina*, 1887), repetindo constante juízo: “Nós, tradicionalistas, distinguimos a questão da grafia e da pronúncia”. Vicente de Sousa, o mais antigo pregoeiro no Brasil da pronúncia restaurada (*Restituição da Pronúncia Clássica*, 1902), encontra em Nelson violento censor. Ao mestre do Colégio Pedro II aponta “equívocos”, “enganos”, “impropriedades” e “insegurança”. Sousa não estuda os fatos e desconhece os gramáticos. O opúsculo de sua autoria “caiu no esquecimento por que, em verdade, não apresenta credenciais de preparo e erudição capazes de garantir-lhe perpetuidade”. E remata: “Vicente de Sousa é estudioso secundário, mal orientado, sem base científica sólida”. Essa não foi a opinião de Antenor Nascentes, que à memória de Fausto Barreto e Vicente de Sousa ofereceu o monumental *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (1932).

Razões de Ernesto Faria

Em 1938, Ernesto Faria teve editado o *Manual de Pronúncia do Latim*. Depois do malogrado concurso no Colégio Pedro II, voltou a propagar a pronúncia clássica. Foi a essa obra e ao livro *Pronúncia do Latim* (1943) que Nelson Romero replicou em 1947, sem referir o antigo concorrente. Era como se não existisse, – mas como incomodava... Deixando de acolher Ernesto, perdeu o Colégio. Aos 36 anos

conquistava, por concurso, a cátedra de Latim e Literatura da Faculdade Nacional de Filosofia, atingindo o topo da carreira iniciada, em 1936, como professor de Língua Latina na Universidade do Distrito Federal (UDF), a hodierna Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Volvidos alguns anos (1955), lançado pelo Ministério da Educação, sai o *Dicionário Escolar Latino-Português*, de préstimos relevantes, e cuja 6ª edição data de 1982. O *Dicionário* procura reproduzir a “própria pronúncia dos romanos cultos no período clássico”, – a chamada pronúncia restaurada. As demais são, como se sabe, a pronúncia tradicional e a pronúncia italiana, usada na liturgia da Igreja Católica. Antes (1941), tivera editado pela Casa Briguiet *O Latim e a Cultura Contemporânea* (I. A Questão do Latim. II. As modernas Diretrizes do Ensino do Latim).

Abre o *Dicionário* com a “Homenagem” do acadêmico Antônio Houaiss ex-aluno de Ernesto. Filólogo, admirativo, também, Houaiss recorda nesse preito Antenor Nascentes e Vicente Ferreira de Sousa, inspiradores de Faria. E opina: “...era evidente que a questão [da pronúncia do Latim] se alçava à categoria de questão necessária...”. Pois foi Ernesto, mestre e autor notável, que o Colégio-padrão imolou à intolerância e à soberba de uns poucos.

Tendo apresentado a réplica impulsiva de Nelson Romero à pronúncia reconstituída, arrolaremos os argumentos de Ernesto Faria vantajosos à mesma. Resumiremos o que ele escreveu em 1958, ao imprimir a *Gramática Superior da Língua Latina*. No século XIX desenvolveram-se os estudos sobre a pronúncia do Latim. Até então, ela era “praticada segundo os caprichos da adaptação do fonetismo latino aos hábitos glóticos locais, razão por que variava de país para país, havendo destarte uma pronúncia francesa, inglesa, portuguesa etc. do Latim.”

Reformador da instrução, tentou Alcuino, ao tempo de Carlos Magno, restabelecer a pronúncia verdadeira (*Tratado sobre a Ortografia*). De igual modo, na Renascença procuravam os humanistas bem recitar o idioma, “isto é, pronunciá-lo como o faziam os antigos romanos do período clássico”. Erasmo tratou do assunto.

Com o progresso da filologia clássica, passaram os estudos de fonética latina a ter base sólida. Observou o professor Marouzeau: “o advento da lingüística no século XIX, e particularmente a constituição da gramática comparada das línguas românicas, fizeram pouco a pouco perceber a incoseqüência que havia em pronunciar o Latim precisamente como se sabe que ele nunca foi pronunciado” (*La Pronunciation du Latin*, 1931).

Os trabalhos de filólogos e lingüistas acabaram por influir nos meios do ensino. Em países cultos, professores e alunos praticam a pronúncia reconstituída nos cursos secundário e superior. No Brasil, a pronúncia restaurada foi estabelecida na Reforma Campos (anos 30). Desde então, adotam-na instrutores da matéria nos mais altos graus do ensino.

Nelson e a obra paterna

Nelson fez republicar duas obras famosas do pai, – uma que desagradou quando do lançamento em 1897 (*Machado de Assis*) e outra que vem sustentando a celebridade de Sílvio há um século (*História da Literatura Brasileira*, 1888 e 1902/1903). Saiu aquela dos prelos da Livraria José Olímpio, em 1936; a outra, 10 anos depois pela mesma casa. Ambas têm recebido reparos rigorosos dos críticos. Nelson suprimiu-lhes sentenças, enxertou-lhes composições, alterando a feição real de Sílvio, além do que este já fizera em vida, por exigência de

sua índole. Nele, era comum a contrição das apreciações desordenadas. Divulgador de doutrinas adversas, não raro Sílvio, homem de aplausos fáceis e de extremas condenações, voltava sobre o que escrevera, emendando-se. Passional, injusto e exagerado, porém corrigível e arrependido.

Nelson, ao brunir a imagem paterna, aparou-lhe arestas e preencheu-lhe omissões deliberadas ou acidentais, traçando novo e embaraçoso perfil. Caíram-lhe em cima os apreciadores da obra primitiva, tal como concebida no auge dos embates. Sílvio não é propriedade exclusiva da família, mas patrimônio público; há de ser respeitado como foi e quis ser deveras.

Compreende-se o gesto filial de limá-lo, mas aí deforma-se a figura, desfia-se a lenda, instalando-se no firmamento literário um tipo duvidoso. Foi o que Nelson fez, visando à perenidade do pai tão marcante como louvado. Severos críticos da infeliz atitude são, entre outros, Wilson Martins (*História da Inteligência Brasileira*, vs. volumes) e Antonio Simões dos Reis (*Bibliografia da "História da Literatura Brasileira" de Sílvio Romero*).

Sílvio e Machado julgam-se

Antes de revelarmos as restrições de Wilson Martins à norma escolhida por Nelson para a reedição daquelas obras, convém lembrar o motivo que estimulou Sílvio a hostilizar um escritor do porte de Machado, consabido bom poeta e valioso romancista, pessoa amável e de convívio requestado.

Aos 19 anos, ainda na província, apreciou o Sergipano pela imprensa o livro *Falenas*, de Machado, atacando com veemência o romantismo, – escola a que estava filiado o poeta fluminense. Doze anos mais velho que o provocador, Machado não respondeu.

Em 1879, examinando livros de poesia para a *Revista Brasileira da Corte* (“A Nova Geração”), além de se estender em considerações críticas, Machado dá o troco a Sílvio Romero. “A nova geração – sai escrevendo – chasqueia às vezes do Romantismo. Não se pode exigir da extrema juventude a exata ponderação das coisas; não há impor a reflexão ao entusiasmo”.

A cauterização dos realistas vem a seguir: “V. Hugo produziu já entre nós, principalmente no Norte, certo movimento de imitação que começou em Pernambuco, a escola hugoísta ou Condoreira. Daí vieram os versos dos Srs. Castro Alves, Tobias Barreto e outros. Esse movimento, porém, creio ter acabado com o poeta das *Vozes d’África*. Distinguia-o certa pompa, às vezes excessiva, certo intumescimento de idéias e de frases, um grande arranjo de metáforas, coisas todas que nunca jamais poderiam constituir virtudes de uma escola; por isso mesmo é que o movimento acabou”.

Chegada a vez de Romero, Machado vai logo destacando que lhe falta a forma poética, a despeito de reconhecer-lhe certa terminologia convencional e metrificacão exatas. Falho de estilo. Tem idéias, mas logo que a expressão não as traduz, “tanto importa não as ter absolutamente”. “No livro do Sr. Romero (referia-se aos *Cantos do Fim do Século*) achamos essa luta entre o pensamento que busca romper do cérebro, e a forma que não lhe acode ou só lhe acode reversa e obscura: o que dá a impressão de um estrangeiro que apenas balbucia a língua nacional”.

Machado remata sua apreciação pondo de quarentena o movimento hugoísta, ao qual Romero “atribuiu uma importância infinitamente superior à realidade”. A leitura afetuosa e serena dispensada por Machado aos versos de Sílvio desencadeou neste uma reação “desagradabilíssima”, segundo

informe do filho, que acrescenta: “No opúsculo *O Naturalismo em Literatura*, Sílvio trovejou negações sem estudar a Machado”.

O livro *Machado de Assis* – depõe Nelson – foi escrito com o propósito de resguardar a causa literária do Nordeste, chefiada por Tobias Barreto e Castro Alves. Pensava o autor que Tobias, em confronto com Machado – “o mais representativo dos literatos do Sul” [N.R.] –, não sairia diminuído. Enquanto a poesia de Machado e dos românticos em geral traduzia, em 1862, um “misto de sentimentalismo piegas e de ceticismo banal, incolor”, Tobias e Castro Alves chamavam-na para “assistir às lutas do século” e “impressionar-se pelos problemas sociais e pelos destinos da pátria”. “Machado não foi um abridor de caminho”, antes “espírito submisso e continuador de trilhas conhecidas”.

Falto de sistema e escolha; ao revés, Castro estava “na altura de seu tempo”. No fundo e na forma poética, Machado mostrava-se inferior a Tobias e Castro. As obras poéticas saem-lhe “pálidas, frias, incolores”. Carecem de imaginação, emoção e forma fácil”. Como poeta – prossegue Sílvio –, Machado é águia sem pujança, versejador de salão, “gago e indeciso”. Na prosa, o pessimismo que alardeia “carece de espontaneidade, é imitado dos autores ingleses”. “A macaqueação de Sterne é palmar”. No estilo “reprise, repete, torce, retorçe”, – “perpétuo tartamudear”.

Não o reconhece como crítico literário nem teatrólogo. Decanta o romancista. Sobre o delírio de Brás Cubas decreta: “no gênero, em língua portuguesa, ninguém se elevou tão alto quanto Machado de Assis, nem no Brasil, nem em Portugal”. Repugna-lhe o personagem, – espécie de Basílio; Virgília é uma Luisa “muito reles”. O “Paraíso” transmudou-se na casinha da Gamboa. Dos amantes as entrevistas “não têm graça, nem poesia, nem aquela frágua de realismo que

se nos deparam nas páginas do romance português, evidentemente imitado pelo autor brasileiro”.

Prefaciando a 2ª edição de *Machado de Assis*, entende Nelson que Sílvio “forçou de quando em vez a nota ao comparar Tobias com o escritor fluminense. Adverte que o próprio Sílvio assim reconheceu ao confessar nas *Minhas Contradições* (1912) que “hoje eu não escreveria do estilista com a severidade de 1897”. Em consequência, Nelson reestampa a opinião do pai sobre Machado, “sem os acréscimos dos paralelos e cotejos em que mais sobressai o subjetivismo das preferências que Sílvio teve por Tobias”.

O texto da *História da Literatura Brasileira* organizado por Nelson teve a revisão de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, docente do Colégio Pedro II. No prefácio à 3ª edição (1943), Nelson conta como reorganizou em três volumes a matéria deixada por Sílvio. De início, eram dois volumes; em vida o autor anunciara mais um, que não chegou a publicar. O arranjo de Nelson resultou nos cinco tomos atuais da *História*, e é desses acréscimos que os exegetas de Sílvio resmungam.

Nelson revela como encaixou Machado na *História*. Reedita parte do estudo original, “sem a comparação (com Tobias Barreto) e sem o tom polemístico”. Aos que estranharam seu procedimento respondeu: “Não me parece que deva pedir lições sobre como haja de entender a meu próprio pai”. Cumpria “simplesmente” a promessa feita por Sílvio no prefácio aos *Vários Escritos* de Tobias Barreto: “espero dar uma edição escoimada do quadro comparativo”. Então Sílvio admitia como “desastroso” seu ensaio de 1897.

Em nota explicativa à 4ª edição da *História*, volta Nelson a ocupar-se de Machado e enfatiza a circunstância de o pai usar de tom “brando e cordial” em relação a

Machado no 2º volume daquela obra (1888). Denunciando o que lhes parecia uma *contradição*, “trêfegos e intransigentes adversários” de Sílvio injuriaram-no. Intervém Nelson para explicar: outrora Sílvio escrevera e polemizara contra “fatuidades”; tratando-se de um livro de *história*, pretendia “dar uma idéia geral do complexo da literatura do País”.

Melhor estudando e refletindo – acrescenta Nelson – o pai “vinha a modificar-se, não temia confessá-lo”. De 1882 a 1897 lera e apreciara mais “detidamente as obras de Machado de Assis, e, por que sentiu que lhe negara demais, resolveu voltar à publicidade sobre ele”. Reproduz o pensamento de Sílvio: “Estudo completo e longamente meditado de todas as obras do ilustre homem de letras, levou-nos a rejeitar as conclusões demasiado negativas a que tínhamos chegado nos idos tempos de nossa puerícia literária”.

Apesar das muitas impugnações levantadas contra Machado, algumas aberrantes – como a que registra inteligência morosa e instrução limitada –, Sílvio, no primeiro capítulo do seu *Machado de Assis*, proclama o escritor como o nosso “mais completo espécime de homens de letras”, estrênuo apaixonado da difícil arte da escrita, e reconhece-lhe a brasilidade da obra (romances, contos). Justiça final, em contrapartida aos erros interpretativos e à mácula dos arroubos imprudentes.

Emplastagem

Wilson Martins, continuador da crítica promovida por José Veríssimo e Sílvio Romero, discordou do processo usado por Nelson Romero no agrupamento dos trabalhos paternos. A seu ver, a *História da Literatura Brasileira* “apresentava (e continua apresentando depois do contestável emplastramento

de 1943 [refere-se à composição de Nelson] algumas lacunas clamorosas: o autor havia esquecido Joaquim Manuel de Macedo, José de Alencar, Martins Pena, para só mencionar os que não poderiam sê-lo numa história da literatura brasileira”.

Ante as críticas recebidas, Sílvio adiantara que esses autores seriam estudados no terceiro volume da obra, a circular em 1902. Martins imagina que Sílvio talvez considerasse aqueles escritores como secundários, dispensáveis na história literária. Na hipótese de se concretizar a promessa, verificar-se-ia “desordem estrutural” contrária à seriação cronológica adotada pelo autor. “Dissimuladamente” – prossegue o crítico – Sílvio foi reparando o extraordinário lapso, mediante artigos que escreveu sobre os referidos escritores entre os anos de 1897 e 1913. Mas não publicou o anunciado 3^o volume da *História*.

Só poderia fazê-lo com os estudos sobre Macedo, Alencar e Pena interpondo “os respectivos capítulos no lugar próprio dos volumes anteriores, o que seria evidenciar o engano e documentar a inadvertência”. “Foi esse o dilema confrontado por Nelson Romero, ao organizar a 3^a edição, em 1943, e ele o resolveu, precisamente, intercalando esses e outros capítulos na ordem que lhes cabia, embora negasse, ao mesmo tempo, que o estivesse fazendo”.

“Tanto no que se refere à *História da Literatura Brasileira* quanto ao que concerne ao ensaio sobre Machado de Assis – acentua Martins –, os livros que hoje conhecemos, nas reedições de 1943 e 1936, respectivamente, não são os que Sílvio Romero escreveu em 1888 (com as correções de 1902) e em 1897; num caso e noutro, não são tantas as alterações do texto (supressões num caso; acréscimos e deslocamentos no outro) que realmente importam, mas as distorções de perspectiva em que os devemos ver e que a estrutura original impunha por si mesma”.

Condenado foi o critério eleito por Nelson para aprimorar a imagem de um dos nossos maiores historiadores literários. Suas intenções teriam sido as melhores. Não lhe minguavam títulos: filho duplicado em colega do morto ilustre. Acalmada a consciência, entrou ele a operar como em causa própria. Quis refazer o passado, – proeza a que nem os deuses se atrevem... Por isso continua a ser visto como importuno, mal avaliado.

Revolucionário espiritual

Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde) comungava da ideologia de Nelson Romero. Juntos lutaram por tudo que lhes pareceu apropriado em filosofia, religião e política para a sociedade do tempo. Com a inteligência e a obstinação reconhecidas. Do confrade deixou Tristão enternecido depoimento num livro de 1971 – *Companheiros de Viagem*. Nelson desapareceu em 1963, e já no mês de julho desse ano Tristão sobre ele escrevia o artigo intitulado “Nelson Romero – Pai e Filho”.

A enfocação só podia ser a esperada, cuidando-se de importante liderança religiosa: louvores plenos ao morto e veladas diminuições a Sílvio. Dois motivos nos levam a resumir os conceitos de Tristão: reverência por Nelson, nosso mestre no Colégio Pedro II, e o reverso da medalha exposta por Wilson Martins, áspero crítico. Talvez Tristão lhe tenha exagerado as aptidões. Valha-nos o propósito superior de avaliar Nelson Romero no centenário de seu nascimento.

Herdeiro do espírito polêmico e revolucionário de Sílvio – escreve Tristão –, não obstante Nelson viveu separado do pai por suas convicções filosófico-religiosas. Atravessara Sílvio uma revolta ideológica e cultural; Nelson participou da “revolução espiritual” desencadeada no Brasil de 1920 a 1930.

Ele se bandeou para o campo fronteiro ao do pai, vindo associar-se ao movimento espiritual de 1922, – ano em que Leonel publicou *A Igreja, a Reforma e a Civilização* e Jackson de Figueiredo – *Pascal e a Inquietação Moderna*.

Recorda Alceu (ou Tristão) os estudos de humanidades feitos por Nelson na Universidade Gregoriana e no Colégio Anchieta com os jesuítas. Aí encontrou Leonel França, personagem que “iria exercer sobre ele profunda influência”. Não prosseguindo na função sacerdotal, todavia Nelson conservou “intangível o patrimônio de idéias e sentimentos que haurira durante essa fase de sua formação”.

Sílvio – acentua Tristão – supunha que a metafísica estava morta; “o jovem Nelson reconheceu que ela continuava viva, muito viva e que era mesmo o único caminho para chegar ao extremo do verdadeiro espírito científico, sem barreiras nem preconceitos”. “Não se tratava de repudiar as posições paternas, mas de levá-las à sua plenitude”, – sublinha estranhamente Alceu.

Finaliza o depoimento com o testemunho de ter sido “valiosíssima” a contribuição de Nelson à “revolução filosófica de renovação do espiritualismo”. Ele se firmou como tomista distinto e latinista emérito. E no seu Latim defendia com fidelidade a pronúncia tradicional...

Impressão pessoal

Os merecimentos de Nelson Romero estarão acima dos que vimos de computar. Falhas de avaliação ter-nos-ão obscurecido a capacidade de julgar. Antes do libelo de incompetência ou perjúrio, penitenciamo-nos de nossas limitações.

Cada vez mais se torna difícil a distribuição de valores, em face das mudanças sociais. Apreciar alguém por suas

crenças religiosas, científicas e, sobretudo, políticas sempre foi e será temerário. Diária é a troca das reputações. Perplexos e infelizes assistimos ao derruir de padrões e ao retorno dos que já supúnhamos sem valia.

Como graduar o mérito de quem agiu com retidão em favor de causas por outrem proclamadas ineficazes e peremptas? Regular como, se esses ideais estão redivivos ou nunca desapareceram e se impõem ao mundo em oscilações havidas como sepultas e irregressíveis? Em face de ocorrências que subvertem amadurecidos princípios, – quem pode arvorar-se em distribuidor de justiça?

Tentamos mostrar Nelson Romero conforme se nos afigurou ao longo de 30 anos de convívio dentro e fora do Colégio Pedro II. Muito lhe devemos por sua assistência quando aluno do educandário, por ele engrandecido com desvelo e saber, e quando, confrade menor, no tirocínio comum do magistério.

Benévolo por natureza, extrovertido, interessava-se pelos educandos, com eles se entretendo paciente. Conhecia de nossas dúvidas e procurava removê-las, mediante aulas fortuitas. Nunca o surpreendi apressado. Atendia-nos a sorrir, encorajando-nos. Lembrança de uma personalidade que jamais emurcheceu ao longo de nossa vida.

Também o Colégio Pedro II lhe está obrigado. Escolheu-o como lança e escudo da existência febril em meio mutável, diríamos insurgente, como são, afinal, todos os momentos em sociedade. Amou ao Colégio, – sua ambição, destino e mortalha.

Bateu-se por valores conquistados à custa de sangue e com sangue restabelecidos. Paladino da fé e da instrução, paixões do amanhecer e do declínio; honra do magistério, que dignificou pela consagração ao estudo e ao preparo de

almas. Imaginamos que o Colégio Pedro II te-lo-á na memória dos seus maiores, junto a tantos que o projetaram no cenário pátrio e nos incentivam a agir de igual modo.

1990

COLÉGIO PEDRO II

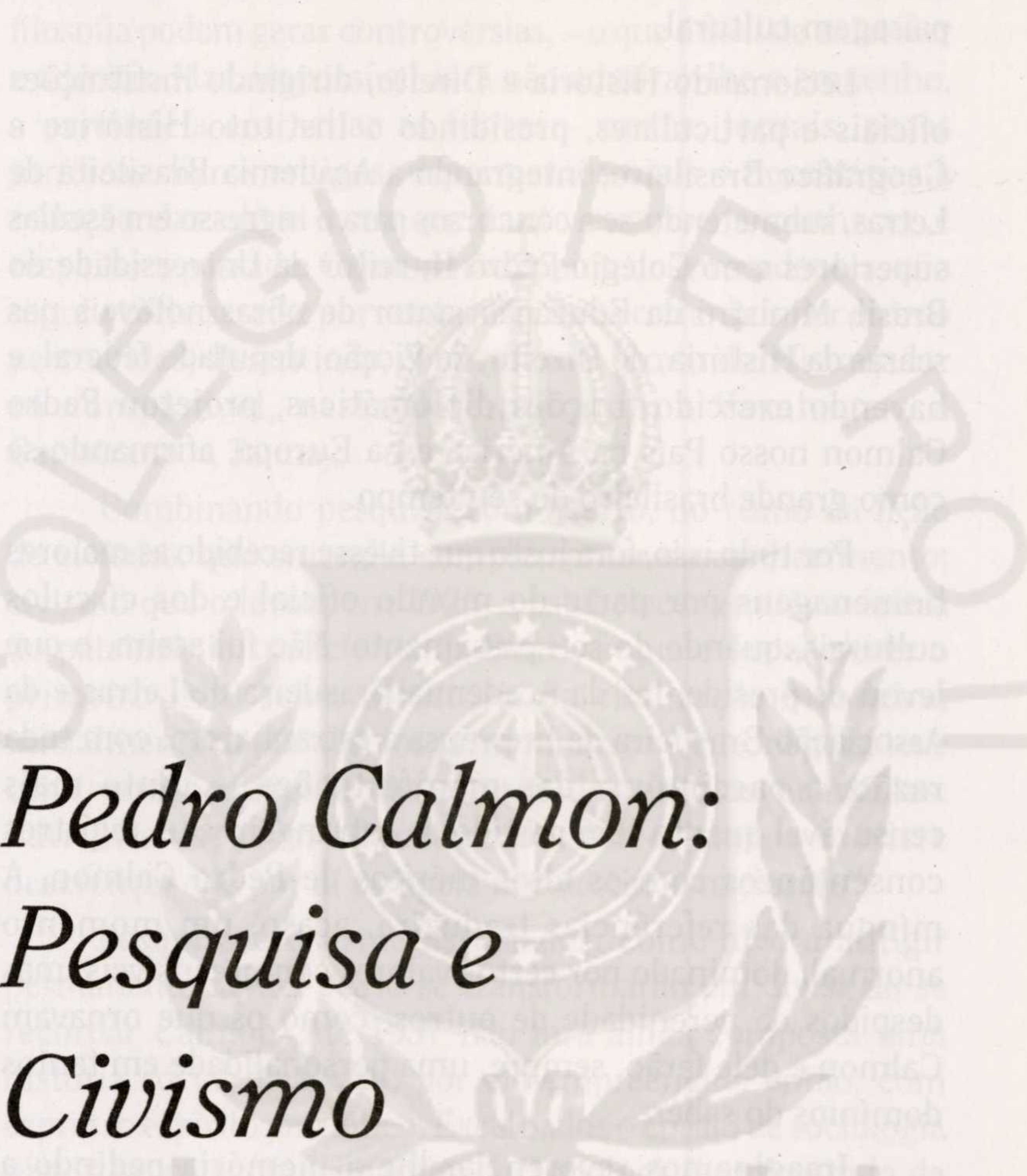


LABORATÓRIO DE DIGITALIZAÇÃO

Laboratório de Digitalização

do Acervo Histórico

do



Pedro Calmon: Pesquisa e Civismo

Pedro Calmon Moniz de Bittencourt (1902/1985) distinguiu-se no cenário brasileiro como professor, historiador, orador, escritor, administrador, acadêmico e figura humana. Perdendo-o, perdeu o País um cérebro privilegiado, um espírito cívico atento, um afirmador da verdade que buscou desde a juventude até o declínio físico. Seus sessenta anos de atividade pública preencheram de tal

sorte a vida nacional que sua morte abriu um vácuo na paisagem cultural.

Lecionando História e Direito, dirigindo instituições oficiais e particulares, presidindo o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, integrando a Academia Brasileira de Letras, submetendo-se a concursos para o ingresso em escolas superiores e no Colégio Pedro II, reitor da Universidade do Brasil, Ministro da Educação, autor de obras notáveis nas searas da História, do Direito, da Ficção, deputado federal, e havendo exercido funções diplomáticas, projetou Pedro Calmon nosso País na América e na Europa, afirmando-se como grande brasileiro do seu tempo.

Por tudo isso, fora justo que tivesse recebido as maiores homenagens por parte do mundo oficial e dos círculos culturais, quando do seu passamento. Não foi assim, o que levou os presidentes da Academia Brasileira de Letras e da Associação Brasileira de Imprensa a estranharem, com toda razão, a parcimônia das manifestações, – tanto mais censurável quanto têm partido de estrangeiros os registros consentâneos com os altos méritos de Pedro Calmon. A míngua das referências traduzirá, acaso, um momento anormal, dominado por certos valores compreensíveis, mas despidos da perenidade de outros, como os que ornavam Calmon e dele farão, sempre, uma personalidade em tantos domínios do saber.

Imaginamos reverenciar-lhe a memória pedindo a atenção geral, principalmente dos estudantes, da imprensa e dos centros históricos, para duas de suas atitudes constantes. Tais marcas invariáveis são a pesquisa e a verdade, – metas por ele infatigavelmente procuradas e que devem constituir-se hoje num compromisso das novas gerações.

Pode-se discordar das idéias de Calmon, nos vários terrenos em que foram lavradas. Seus princípios

conservadores, sua visão dos acontecimentos, enfim, sua filosofia podem gerar controvérsias, – o que é fácil de entender e admitir. Mas, impossível será não admirar-lhe o empenho, a pertinácia em achar as fontes – cartas, jornais, peças jurídicas, livros antigos, depoimentos orais – necessárias à redação das obras com que tanto ensinou a conhecer e respeitar o passado. Calmon não copiou dos precedentes, não seguiu trilhas; refez por conta própria os caminhos por outros percorridos, dissentindo, confirmando, inovando. Historiador só comparável, nessa determinação, a Varnhagen, a Capistrano, a Taunay.

Combinando pesquisa com acerto, no rumo da lição de civismo, que entendia complementar do conhecimento; civismo que o levou, em 1928, a estabelecer em lei a defesa do patrimônio tradicional da Bahia, e que o fez escrever o primeiro livro sobre a história da civilização brasileira, inicialmente destinado aos universitários e que, depois, teve uma versão dirigida aos alunos das escolas primárias. Patriotismo, “fim educativo do derrotismo e a triste descrença, que por aí campeia nos destinos nacionais”.

Pesquisa e civismo associados, como alvo a atingir permanentemente, acaso se transformarão em divisa ao se recordar Calmon. Até 1937 não fora ainda composta uma história social do Brasil, por ele empreendida então, com expresso espírito patriótico. Excetuados o ensaio de sociologia histórica, os acontecimentos, a cronologia e um estudo da vida intelectual, ele procedeu, nesse trabalho, ao balanço das forças econômicas, – o que não era freqüente nos círculos conservantistas. Reabilitar figuras sem arriscar nas interpretações, era-lhe moto ou epígrafe. “Repudiamos a caricatura histórica”, afirmou certa vez.

A seu modo, executou a revisão integral de nossa história, procurando conciliar a literatura de restauração

(fontes) com a de recuperação (coordenação). “Fora da cronologia e da onomástica, dos sincronismos e das tábuas dos velhos epítomes, dentro de um espírito científico”, – assim quis. E “longe do panegírico”, advertiu em muitas ocasiões. *A História do Brasil*, por ele iniciada em 1939 (quatro volumes) deu-se por concluída vinte anos depois, com sete volumes. Ao segundo monarca dedicou cinco tomos (*História de D. Pedro II*, 1975), em exuberante demonstração de empenho e competência.

A ânsia da verdade foi outra das tônicas de Calmon. Já em 1938 aspirava “aperfeiçoar a cada dia”. Por meio das reedições de muitas de suas obras visou ao “polimento oportuno da verdade mais recente, palpitante de novidade, imprevista e correntia...”. Ao publicar *Vida e Amores de Castro Alves* (1935), que escreveu pensando na mocidade, esperava transmitir-lhe “as origens sentimentais da velha liberdade”, segundo o idealismo do poeta. Esforçou-se para que essas páginas redundassem numa “sincera e tranqüila percepção da verdade”.

Em outra obra sobre o poeta (1947), consignou que sua originalidade consistia na “verdade documental”, manifesta em “notas de pé de página, insistentes, profundas, talvez excessivas”. Foram quatro os livros escritos por Calmon a respeito de Castro Alves. Um deles, versando o homem e a obra (1973), é biografia modelar, à luz do dia-a-dia da imprensa baiana, fluminense e paulista. Retornou ao poeta, reescreveu-o, “sem fantasia”, para ser verídico, e tendo em mira a identificação de Castro Alves com os sentimentos e os ideais coletivos.

Conciliador, amigo dos estudantes, fino, cultíssimo, de raciocínio rápido e levemente malicioso –, marcou Pedro Calmon sua presença no panorama cultural brasileiro, inclusive por meio de sua primeira atividade, – a jornalística.

Na administração Tito Urbano da Silveira (anos 80), Calmon presidiu a comissão incumbida de transferir os restos mortais de Bernardo Pereira de Vasconcelos, fundador do Colégio Pedro II, para Ouro Preto. Ao prefeito e vereadores de sua cidade natal juntaram-se professores do Pedro II e o grupo cuidou do programa cívico.

Ultimadas as providências com a Santa Casa da Misericórdia foram os restos exumados do cemitério de Catumbi e levados, primeiro, para Belo Horizonte, sede da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, onde foram expostos à visita pública, e, em seguida, para Ouro Preto, em cuja Prefeitura se acham guardados.

Calmon a tudo proveu, incansável. Só não viajou no avião que transportou a urna mortuária. Adoecera. Foi substituído pelo professor Fernando Segismundo, acompanhante do diretor-geral do estabelecimento num monoplane do Estado de Minas. Recordamo-lo mediante sua sentença: “Minha mania de pretender ensinar. Para isso nasci”.

1985



Melo e Sousa, Preceptor

João Batista de Melo e Sousa – professor, jornalista e escritor – nasceu em 1888, na cidade de Queluz, São Paulo, e faleceu no Rio de Janeiro, em 1969. Depois de freqüentar o curso primário na escola mantida por sua mãe no próprio lar, veio consagrar-se às humanidades no Colégio Pedro II (Internato), no bairro de São Cristóvão, na antiga capital do País, – ele e mais três irmãos, todos bacharéis em ciências e letras. Além de João Batista, chegaram ao magistério do estabelecimento Júlio César (Malba Tahan) e José Carlos, ambos na disciplina de Matemática. Mortos os dois primeiros,

José Carlos prossegue aos 80 anos lecionando na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro.

Após concluir os estudos no Colégio Pedro II (1900-1905), João Batista cursou aulas de Direito na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, bacharelando-se em 1910. Em seguida, submeteu-se a concurso para oficial administrativo do Ministério da Justiça, sendo aprovado. Nas férias retornava à terra natal, ajudando a progenitora no ensino das primeiras letras. Foi a sua iniciação ao magistério, começo de prolongada e vitoriosa carreira no ginásio-padrão, na antiga Escola Normal e na Universidade do Distrito Federal, depois Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

No Colégio Pedro II sujeitou-se a concurso de títulos e provas para a cátedra de História Universal (1926). Teve como concorrentes Jônatas Arcanjo da Silveira Serrano, Jaime Coelho e outros. Ele e Serrano conquistaram as cadeiras, sendo nomeados, respectivamente, para o Internato e o Externato. Melo e Sousa apresentou à Congregação do Instituto, defendendo-as de público, as teses *A idéia da Independência na América* e *O ensino da História na formação do caráter*. Revela a primeira seu interesse pelo nosso continente, fato incomum à época, encharcada a cultura brasileira de classicismo. Versava a segunda um tema que daí para a frente iria constituir-se em preocupação dominante do egrégio educador, contagiando confrades afinal convictos da importância dos valores cívicos no preparo dos educandos.

Antes e paralelamente ao exercício magistral, Melo e Sousa encaminhou-se para a imprensa. Completava a tribuna popular a da adolescência, na aspiração de fazer-se ouvir por gente madura, capaz de ultimar-lhe os sonhos de pedagogo. Escreveu para jornais expondo causas e tentando atrair seguidores de igual têmpera. Até que resolveu praticar o

jornalismo profissional, contínuo e apaixonante. Ingressou n'*O Imparcial*, fundado por José Eduardo de Macedo Soares no Rio de Janeiro, em 1912.

Então, circulavam *A Noite*, de Irineu Marinho, o *Correio da Manhã*, de Edmundo Bittencourt, *O País*, de João Lage, (prestigiado pelo caudilho Pinheiro Machado), e o *Jornal do Brasil*, o *Jornal do Comércio*, a *Gazeta de Notícias*. Famosos homens do meio, entre os anos 20 e 30, eram Gilberto Amado, Paulo Barreto (João do Rio), Leônidas de Resende, Mário Rodrigues, Bastos Tigre, Pedro Mota Lima, Alves de Sousa e Osório Borba, procedente a maioria da Província. Na década de 20 despontavam uns que seriam muito caros à Associação Brasileira de Imprensa (ABI), consolidando-a e dirigindo-a: João Melo, Hélio Silva, M. Paulo Filho, Heitor Beltrão, Costa Rego e Barbosa Lima Sobrinho. Exatamente há 70 anos (1921) este começava a exercer no *Jornal do Brasil* as funções de repórter político. Dentre os jornalistas literários notabilizavam-se Agripino Grieco, João Ribeiro e Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde).

N'*O Imparcial*, ao lado de Humberto de Campos e Leônidas de Resende (também professor), pôde Melo e Sousa semear seu idealismo com exultação. A campanha civilista de Rui Barbosa fê-lo vibrar e sofrer com a derrota do ídolo para Epitácio Pessoa. Contra este, já empossado na Presidência da República, voltaram-se *O Imparcial*, o *Correio da Manhã*, *A Noite*, *O País*, a *Gazeta de Notícias* e *A Vanguarda*, todos do Rio de Janeiro.

No governo de Artur Bernardes a folha continuou na oposição. A resistência aos dois mandatários iria gerar os movimentos tenentistas de 1922 e 1924. Apoiador dos militares insurgentes, foi *O Imparcial* subordinado a rigorosa censura. Esta e a suspensão dos direitos e garantias individuais liquidaram com a liberdade de imprensa. Muitos

jornais definharam e *O Imparcial*, minado, foi adquirido por João Lage, que o pôs a serviço do oficialismo. Só à custa do erário podia prosperar essa figura ilegítima da imprensa brasileira. No governo de Bernardes, chefiava a censura um fanático do conservantismo, Jackson de Figueiredo, sinistro vulto da inteligência brasileira, badalado por Tristão de Ataíde desde quando por ele convertido ao catolicismo.

Em 1928 J. E. de Macedo Soares funda o *Diário Carioca*, suporte da Aliança Liberal. Chefiava a redação o intrépido Leônidas de Resende. À frente do Gabinete do dr. Augusto Viana do Castelo, Ministro da Justiça de Washington Luís, manteve-se Melo e Sousa fiel a esses dois amigos. Não podia filiar-se à campanha que levou Getúlio Vargas ao poder central. Seria ignominioso trair Washington e Castelo. Já sofrera com o infortúnio de Siqueira Campos, Eduardo Gomes e Luís Carlos Prestes. Ligara-se ao antigo aluno do Colégio Pedro II – Washington Luís Pereira de Sousa –, nascido em Macaé, mas político paulista desde sempre, quando no Estado bandeirante iniciou a carreira pública, desempenhando as funções de promotor, prefeito, Secretário de Justiça e Presidente do Estado, filiado ao Partido Republicano Paulista (PRP). Melo e Sousa admirava em Washington Luís, também, a condição de historiador do passado nacional. Afonso de Taunay, Alfredo Ellis Jr., Alcântara Machado e Washington Luís ampliaram o conhecimento do bandeirantismo, graças às pesquisas pessoais que empreenderam no mesmo período.

Desaparecido Carlos de Campos, Governador de São Paulo, e trabalhada a candidatura precoce de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada à Presidência da República, processava-se nos bastidores o lançamento de Getúlio Vargas ao supremo posto. Melo e Sousa pensou em largar o jornalismo militante. Iria dedicar-se a atividades mais apropriadas às suas aspirações,

sobrepujante a educação. Ao triunfo dos insurgentes de 1930 seguiu-se a destruição de *O País*, *A Gazeta de Notícias*, *A Crítica*, *A Vanguarda*. Melo e Sousa não podia ajustar-se à nova ordem. Abandonou de vez o jornalismo.

Membro da ABI, assim continuou até a morte. Quando a Ordem dos Velhos Jornalistas entrou a funcionar, atraindo para encontros saudosistas antigos profissionais da pena, Melo e Sousa foi dos primeiros a ingressar no quadro social. Assisti-o durante anos a rememorar dias vencidos, em torno à mesa de almoços fraternais. Por sua iniciativa, ingressei na Ordem sem o tempo estatutário, exceção aceita por Herbert Moses, responsável-mor da entidade. Argumentou Melo e Sousa que, prestando eu serviços à ABI e ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais, devia a Ordem juntar a duração desse trabalho aos quase 30 anos de minhas reais lides de imprensa. Aceito o raciocínio, fui considerado *velho* temporão por um plenário afetoso.

Avizinhandose dos 80 anos, imaginou redigir a obra *Na caravana dos séculos*, para a qual traçou o plano. Culturalmente edificantes eram os objetivos: “exaltar as ações louváveis, os grandes fatores da civilização em todos os seus ramos, e lançar o protesto e a execração contra todos os males, crimes, tiranias e injustiças que têm causado, desde as mais remotas eras até os nossos dias, os sofrimentos da Humanidade”. Ainda uma vez afirmavam-se nele o educador e o jornalista, ansiosos da verdade e da justiça. Seria dádiva modesta, pensava. Urgia “salvar o patrimônio moral da civilização, cuja segurança vemos ultimamente comprometida por fatores sintomáticos da maior gravidade. Não se faz mister o dom da profecia para que se preveja o que resultará da corrupção, dos vícios, das torpezas e da moralidade que ora se preconizam e legalizam como práticas rotineiras da vida...”

Seu título para a construção da cathedral consistiria na *Caravana dos séculos*, por certo obra extraordinária, graças ao caráter e à cultura do Autor. As primícias do livro, constante de efemérides e de longa série de epanáforas (ocorrências que devem ser lembradas), foram oferecidas à Ordem dos Velhos Jornalistas pela Editora Aurora, em 1968, ao se comemorar o 80^o aniversário “do infatigável lidador das letras, do jornalismo e do magistério”. A certa altura o folheto denota as cores sombrias dos fatos humanos. Não que o Autor quisesse enfatizar a História ou a Filosofia. Desejava demonstrar um drama a que não faltassem “lances de tragédia esquilina e transitórias passagens de comédia”. Coisas jocosas temperando as sérias. Ou em Latim, como gostava de dizer: *Seriis joca misceantur*.

Fui aluno de João Batista no Externato do Colégio Pedro II, para onde se transferira. Alto, forte e alegre, comunicava-se paternalmente com os educandos. Suas preleções patenteavam elevado fundo moral. Missionário, presença, valor. Não se lhe percebia ambigüidade ou segredo: era franco, extrovertido, espontâneo. Hábil em motivar a turma, tinha sempre um fato divertido a transmitir, uma narrativa envolvendo heróis ou mulheres exemplares, como Cornélia, mãe dos Gracos. A mitologia greco-romana, a crença no Brasil, os libertadores da América – Bolívar e José Bonifácio à frente –, citações de Cícero, Virgílio, Horácio, Ovídio, Catão, Rui e o padre Vieira, tudo lhe valia para atrair-nos ao estudo da História, fortalecendo-nos o senso patriótico e a conduta moral. Irradiar conhecimentos, brunir caracteres constituiu missão de que jamais abdicou. Construtor de almas, – assim poderíamos sintetizar-lhe a personalidade.

Apreciando a trajetória do educador, Afonso Arinos de Melo Franco, seu ex-aluno, escreveu que, para ele e seus filhos, também discípulos de Melo e Sousa no Colégio São

Paulo (designação anterior do externato que acabou por levar o nome de sua família), o velho mestre se assemelhava ao sábio português André de Gouveia, professor de Michel de Montaigne no educandário da Guyenne. O autor dos *Ensaio*s qualificava Gouveia de *conducteur*, mais preocupado com os costumes e o entendimento que da ciência. Sem comparação – conclui Montaigne –, Gouveia foi o mais importante reitor da França (*le plus grand principal de France*). “Mais preceptor do que mestre, no verdadeiro e melhor sentido da palavra” – remata Afonso Arinos, com respeito a Melo e Sousa.

Entusiasta do escotismo, João Batista alcançou a presidência da União Brasileira de Escoteiros e recebeu o Tapir de Prata, distinção privilegiada. Às vezes chegava à sala de aula fardado e nós nos admirávamos ao vê-lo de calção, pernas nuas, com largo chapéu preso ao queixo guardando-lhe a cabeça. Ao se aproximar, abria dois dedos em V, em saudação grave: “Sempre alerta!”. “Uma vez escoteiro, sempre escoteiro”. Discorria sobre as excelências do escoteirismo, ressaltava a bondade dos seus filiados em relação aos animais e às plantas, ensinava como acender fogueiras e usar o telégrafo Morse, e armar barracas e fazer os nós básicos do adestramento. No final da exposição, recordava passagens d’*O livro da jângal*, de Rudyard Kipling, onde os “lobinhos” são o tema básico.

Também se ocupava do enxadrismo e do esperanto, idioma – dizia – destinado a empolgar os povos, unindo-os em fraternidade. Conheceu Lejzeu Ludwik Zamenhof, fundador da língua, e nos exibia o cartão que lhe fora enviado por ele no terceiro lustro do século. Melo e Sousa presidiu a Associação Esperantista e, perante a ONU, pleiteou a consagração do esperanto como língua universal. Os segredos do xadrez desvendou-os a muitos de seus discípulos em sala de aula ou em sua residência. Para seduzi-los, afirmava: os peritos no jogo raciocinam melhor que os não praticantes.

A par do jornalismo e do magistério, João Batista dedicou-se a escrever e foi membro da Academia Carioca de Letras. Algumas de suas obras merecem reedição, v.g. os *Meninos de Queluz* (1949), galardoada com o Prêmio Joaquim Nabuco da Academia Brasileira de Letras; as *Histórias do Rio Paraíba*, em dois volumes; *Majupira*, romance de atualidade, cerca de 600 páginas, editado em 1938; *O homem sem pátria e outras histórias*, contos para a adolescência, com ilustrações de Osvaldo Storni; e *Histórias famosas do Velho Mundo*, entretenimento e formação cultural. Livro que sempre agradará: *Estudantes do meu tempo*, crônica do antigo Colégio Pedro II, com ilustrações dos professores Jurandir Pais Leme, Saboia Barbosa e Sá Roris, e dos ex-alunos Horácio Rubens (filho do Autor) e Carlos Artur Thiré, primeiro marido de Tônia Carrero. Publicou livros didáticos de história pátria e latino-americana. Trabalho apreciável é o *Teatro Grego*, tradução direta de peças de Ésquilo, Sófocles e Eurípedes (1950).

João Batista de Melo e Sousa simboliza o educador. É preciso glorificá-lo na passagem do centenário de seu nascimento, e sempre. Acendeu a imaginação da juventude para as grandes causas nacionais e humanitárias. Mestre e perceptor, temo-lo como ressurgido, a alvitrar caminhos e prover esperanças. Terá sido ao pensar em homens como ele que Gustavo Jung escreveu: "Nunca perdi o sentimento da perenidade da vida sob a eterna mudança".

1988

Laboratório de Digitalização
do Acervo Histórico



Afonso Arinos e o Colégio

Afonso Arinos de Melo Franco (1905-1990) inteira o grupo dos mais distinguidos alunos do Colégio Pedro II neste século. Dentre tantos há que salientar Antenor Nascentes, Manuel Bandeira, Ugo Pinheiro Guimarães, Alceu Amoroso Lima, Hahnemann Guimarães, Pedro Nava, Prado Kelly e Prudente de Moraes, neto. Íntimos de Afonso foram Kelly, Nava, Prudente e Alceu. E somente um, Kelly, não deixou recordações escritas a respeito da célebre Casa de ensino, por eles freqüentada nos anos iniciais da centúria, ora no Internato, sediado na antiga Praça Marechal Deodoro, em São Cristóvão,

ora no Externato, na Rua Larga de São Joaquim, como até hoje é conhecida a Avenida Marechal Floriano.

No presente louvor de Afonso Arinos como aluno, memorialista e expressão cultural do Colégio, valer-me-ei das apreciações de Pedro Nava (*Balão Cativo* e *Chão de Ferro*) e dos livros do próprio Afonso (*Alma do Tempo* e *Diário de Bolso*). Estará guardado nessas obras o que de mais expressivo se compôs até aqui sobre a instituição fundada (1739) para abrigar órfãos e desvalidos, e afinal transformada em estabelecimento de humanidades (1837) graças à clarividência do ouro-pretano Bernardo Pereira de Vasconcelos, Ministro regencial. Celebrando estes escritores, não estaremos a esquecer as decisivas contribuições históricas de Joaquim Manuel de Macedo, Vieira Fazenda, Eugênio de Barros Raja Gabaglia, Escragnolle Doria, Manuel Bandeira, os irmãos Melo e Sousa (João Batista e Júlio César) e Prudente de Moraes, neto.

Dois nomes gostaria de juntar a esta constelação: Joaquim Nabuco e Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde). Não o posso fazer. Nabuco, das minhas raras admirações, é do século passado e quase nada escreveu sobre o Colégio. Da omissão, lamentável mas compreensível, se nos ativermos aos seus papéis íntimos e inéditos (por ele denominados *Foi Voulué* ou *Misterium Fidei*), salvam-se a abertura da *Minha Formação* e a estátua que modelou do Barão de Tautphoeus, mestre e amigo de toda a vida. No intróito desse livro, Nabuco atribui ao Colégio a camada nutriente do fundo hereditário do seu liberalismo. Tal reconhecimento faz-me elevá-lo. Alceu, pelas mesmas razões de Nabuco, nada enxergou de positivo no educandário, sempre se referindo a ele com restrições incômodas.

Quero justificar minha homenagem a Afonso Arinos neste 27 de novembro; vivo, alcançaria hoje 85 anos. Desde

aluno do Colégio Pedro II, há mais de meio século, seu nome era familiar a mim e a discentes interessados nas glórias da Casa. Dele me aproximei na associação dos ex-alunos, administrada por Maurício Joppert, Augusto Rademaker, Figueiredo Costa, Álvaro Dias, Prudente, Nava e outros expoentes da vida pública.

Alguns de nós, Afonso Arinos à frente, fomos premiados com o título de alunos-eminentes do estabelecimento, galardão que ainda mais nos uniu. Amiúde, visitava a velha Casa e oferecia-se para servi-la. Nos anos 50 compôs a banca examinadora do concurso de Literatura, cuja cátedra foi provida pelo futuro embaixador Álvaro Lins. Quantas vezes, animado, compareceu aos festejos anuais da Instituição! A última deu-se em julho de 1990. Sua presença está registrada nos jornais e na televisão.

Em outros lugares cruzamos nossos caminhos. No *Diário de Notícias*, onde me achava desde 1937, Afonso Arinos exerceu a crítica literária no final dos anos 40, antes de Mário de Andrade e Guilherme Figueiredo. Houve-se com o brilho atestado pelos livros *Mar de Sargaços* e *Portulano*. Ele me sabia leitor admirativo de trabalho tão árduo. Muitas observações trocamos na Associação Brasileira de Escritores (ABDE) e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual era orador oficial e ouvinte eu de sócios ilustrados. Também nos encontrávamos na Casa do Jornalista, que tanto deplora sua morte. Honravanos com a presença de sua nobre mulher. Ela o seguia por ocasião das eleições, e o arquivo da Casa guarda flagrantes fotográficos dos dois junto aos presidentes Danton Jobim, Prudente de Moraes, neto, e Barbosa Lima Sobrinho. Outro grande da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Drummond de Andrade, e amigo de Arinos, compartilhava conosco de alegrias e preocupações. A projeção intelectual de ambos contribuiu para o renome da agremiação.

Dirigia-me a ele nessas ocasiões recitando Montaigne: *Je suis de moi-même non mélancolique mais songereux*. Conhecia seu enlevo pela reflexão que talvez melhor lhe traduzia a personalidade. Devaneador: assim Afonso viu e sentiu a vida inteira, não obstante as borrascas de certas passagens dela e as múltiplas atividades cumpridas, – homem de imprensa, político, professor, literato, diplomata, jurista, revolucionário e crítico do movimento que o fez isolar-se, exilar-se em sua Pátria. Estou certo de sua aprovação ao meu procedimento. Sorria, comprazia-se. Ele mesmo confessou sua predileção pela leitura, pela reflexão e pelo sonho em lugar da Política. A Literatura era seu “mundo natural”.

Nascido em Belo Horizonte, Afonso Arinos foi aluno do Colégio Anglo-Mineiro da cidade, tendo como colega Pedro Nava (1915). A segunda escola que ali frequentou chamava-se Colégio Arnaldo, orientado pelos padres alemães da Congregação do Verbo Divino. Aí se fez amigo por toda a existência de Euríalo Canabrava, futuro catedrático de Filosofia do Colégio Pedro II. Canabrava e eu fomos companheiros de magistério nessa Casa e também no *Diário de Notícias*, no qual colaborava assiduamente. Naquele estabelecimento, Arinos teve como colegas mais quatro vindouras figuras expressivas: Carlos Drummond, Ivan Lins, Gustavo Capanema e Gabriel Passos. Algumas vezes escrevi sobre Ivan e ele me dispensava simpatia. A Drummond e Capanema servi no exercício do cargo de Técnico de Educação do Ministério da Educação e Saúde.

Vindo para o Rio de Janeiro (1916), Arinos matriculou-se no que, mais tarde, qualificaria de “o melhor colégio primário que então existia na cidade, o da família Melo e Sousa”. Era o Colégio São Paulo, em Copacabana. Nele ocorria “a integração do ambiente doméstico com o pedagógico”. Afeiçãoou-se aos irmãos Melo e Sousa: João

Batista, seu vindouro mestre no Pedro II, e Júlio César, que se particularizaria como escritor de temas orientais, sob o pseudônimo de Malba Tahan. No Colégio São Paulo teve por camarada a José Carlos, caçula da família e do qual foi amigo a vida toda. José Carlos praticaria o magistério da Matemática no Colégio Pedro II. Faleceu recentemente, aos 85 anos.

Impressionado com o educandário, Arinos legou-nos dele irretocável imagem. “O ambiente moral era amplo e leve como o ar das altitudes. Ali reinava a ordem sem avareza, a austeridade sem rigor, a simplicidade sem abandono”. E esta insígnia imperecível: “Eu nunca seria o pouco que sou, se não tivesse conhecido o sistema de ensino dos irmãos Melo e Sousa, antes de entrar para o Internato Pedro II”. Em várias passagens das memórias, Arinos falará de João Batista, por certo, de todos seus mestres, o que mais o marcou. E seus professores chamavam-se Carlos de Laet, João Ribeiro, Pedro do Couto, Silva Ramos... Não se exageraria ao afirmar que as páginas de Afonso Arinos consagradas a João Batista de Melo e Sousa equivalem às que Joaquim Nabuco dedicou a Hermann von Tautphoeus.

Tinha Afonso 12 anos quando se submeteu ao exame de admissão para o Colégio Pedro II. A prova de Português (leitura e análise gramatical) prestou-a perante Silva Ramos, notabilidade à época. Em Geografia e História o argüidor foi Coelho Lisboa, antigo deputado e pai da poetisa Rosalina Coelho Lisboa, autora da *Seara de Caim*, romance das aventuras de Antônio Siqueira Campos. Obteve as notas máximas. Matriculado, teve como professores Eduardo Gê Badaró (Latim), “bondoso e sábio”, Silva Ramos (Português), João Ribeiro (História), Floriano de Brito (Francês), Lafaiete Rodrigues Pereira (História Natural), Antenor Nascentes (Espanhol), Honório Silvestre (Geografia), Filadelfo Azevedo (Lógica e Psicologia), Inglês de Sousa (Italiano). O mais

ilustre foi João Ribeiro, que lhe revelou o poeta Ribeiro Couto; o de personalidade mais forte – Floriano de Brito, que lhe ensinou o amor aos clássicos franceses.

Arinos expõe o Internato com minúcia e precisão. Nele viveu durante cinco anos, até 1921. Destacou o trabalho de Quintino do Vale, inspetor de alunos, chefe de disciplina e catedrático de Português, sucessivamente. De “alto padrão” considerou o ensino do Colégio no seu tempo. “Saber” e “qualidades pedagógicas” eram atributos dos professores. Quanto aos confrades... Dos 80 matriculados no 1º ano, apenas 10 concluíram o curso. Condiscípulos ou contemporâneos foram Pedro Nava, Prado Kelly e Prudente de Moraes, neto. Kelly era um dos orgulhos do Colégio. Publicara aos 15 anos o livro de versos *Tumulto*, “que causara certa sensação no meio literário do Rio”. Prudente revelava-se, já, uma das figuras mais “raras e complexas da nossa geração”. “Inteligente, de conduta moral rigorosa, tolerante, boêmio de espírito, de opiniões inabaláveis”. Pedro Nava era “rico de íntimas tonalidades”, emotivo e de altitude moral.

E Afonso, como seria? Descreve-o Pedro Nava, o mais completo memorialista do Colégio, ao qual destinou centenas de páginas de sua obra portentosa. Professores, empregados, horários de estudos, recreios, refeições, uniformes, formaturas, dormitórios estão descritos em páginas de lirismo e de escatologia inapagáveis. Havia um recanto – o *areópago* – onde se reuniam os intelectuais da Casa. Afonso era um deles, “menino radioso de simpatia, de comunicabilidade, cheio de casos da Europa, de casos do pai, do tio Arinos, do avô Alvim, do avô Virgílio, do sertão, de Paracatu”. Quem lidou com o adulto Afonso concordará em que um traço fundo do seu caráter já se apresentava nítido na pré-adolescência, tal como se afirmaria no tempo corrido.

Sem o pendor da escrita nem o hábito da confidência, ou por outros motivos, há quem não exponha as lembranças de sua vida, perdendo, acaso, os circunstantes e a posteridade narrativas atraentes e nutridas informações históricas. No caso do Pedro II, objeto desta rememoração, é deplorável a ausência das vozes de tantos de seus alunos e mestres emudecidos para sempre. Francisco de Paula Rodrigues Alves, Nilo Procópio Peçanha, Hermes Rodrigues da Fonseca, Washington Luís Pereira de Sousa, bacharéis da Casa, chegaram à Presidência da República. Augusto Hamann Rademaker Grünewald integrou o Supremo Comando da Revolução de 1964 e a Junta de Ministros no exercício temporário das funções de Presidente da República. Todos se foram sem deixar relatos ou impressões do Colégio. E quantos e quantos mais de seus educandos e educadores fecharam os olhos sem assinalar as virtudes ou os defeitos da instituição!

Isto não sucedeu a Afonso Arinos. Pródigo em retribuições, ele alardeia a excelência do estabelecimento. A todo instante, no Brasil e no estrangeiro, tem motivos para recordá-lo e ressaltar-lhe o vigor moral. Exemplos à sorte: discorrendo sobre livros com dedicatória impressa – de que se lembra? Do *Dicionário de Nomes Próprios*, de seu antigo mestre Antenor Nascentes, que lhe havia oferecido um exemplar. Afonso não se confundia com a Casa; ele próprio era a Casa.

Viajando por Minas Gerais (1926), em companhia do irmão Virgílio, fez uma “excursão sentimental à sonolenta e bela Caeté”. Apreciou a nave da matriz, as ruas calçadas a pé-de-moleque e bordadas de beirais e gelosias. Ao se aperceber do conteúdo plástico e estético do passado, sentiu que o efeito favorável nascera nos “tempos de discípulo dos Melo e Sousa”. Um amigo – Clementino Lisboa – trazia-lhe à memória seu professor de Matemática, Almeida Lisboa, de “inteligência pronta e maliciosa”. Outro professor do Pedro II, Liger-Belair,

traduziu para o idioma francês as conferências proferidas por Arinos, em 1939, na Sorbonne, sobre os estudos que deram origem ao livro de sua autoria – *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa*.

Carlos Delgado de Carvalho, professor e ex-diretor do Colégio Pedro II, convidou-o a redigir um compêndio de História do Brasil para o curso secundário, a ser incluído na série didática da Cia. Editora Nacional. Delgado era amigo do presidente da empresa, Otalles Marcondes Ferreira, que ostentava entre seus editados o escol dos escritores contemporâneos. Moveu Delgado o fato de saber Arinos desempregado. Era em 1943 e Getúlio Vargas, em represália ao Manifesto dos Mineiros, de que Arinos fora um dos redatores, privara-o do cargo de advogado do Banco do Brasil.

Renovadas alusões ao Colégio repercutem nas memórias de Afonso Arinos. Em 1962, escrevendo sobre a travessia marítima do estreito de Gibraltar, – quem lhe acode à mente? João Ribeiro e seu curso de História no Pedro II. “Revejo o velho professor nos contando o triste fim de Boabdil, último rei mouro de Granada”. Viajando do Líbano para a Síria (1965), teve a companhia de um Secretário de Embaixada, seu discípulo no Instituto Rio Branco e sobrinho do professor Otacílio Rainho, colega e amigo – salienta – no Pedro II. Candidato ao Senado pelo Distrito Federal (1958), participou de numerosos comícios. Um realizou-se no Largo da Cancela, em São Cristóvão, logo lhe afluindo os tempos de menino como aluno do Internato. Em julho de 1966, leva para ler à noite o 2º volume das *Memórias de Além Túmulo*, apanhado ao acaso. E recorda-se que, já no Internato, lia os *morceaux choisis* da obra.


Eça de Queirós era seu mundo literário nos tempos do Colégio, – medita, ao percorrer a pé o centro de Lisboa e olhar a estátua do escritor (1968). Anos depois, na mesma

cidade, passeava à noite com o filho de um dos Melo e Sousa, aos quais – torna a acentuar – tanto devia da sua formação. Olha as ruas e as casas, pensativo. “A procura de Eça de Queirós fazia-me encontrar outra pessoa, um adolescente isolado no colégio interno (Pedro II), que, há quase meio século, descobria no grande escritor o que o mundo lhe negava: a vida, a comunicação, a alegre energia. Descobria, também, que a realidade da ficção literária era muito mais rica e absorvente de que o mundo de sonhos que o cercava, no casarão imperial de São Cristóvão”.

Invocações outras do Colégio ocorrem nessa década. Ressalta diversos acontecimentos: a morte de Prudente de Moraes, neto, em 1977; a ida ao Teatro Municipal, menino do Internato, “nas longas, tediosas noites wagnerianas”; o telefonema de velho amigo do Colégio a propósito de um relatório político divulgado na imprensa. Ao contrário dos companheiros que se extraviaram durante a jornada e não escaparam à maldição da falta de lembranças, Arinos saboreou sempre suas recordações. A paixão do Colégio perenizou-lhe o destino encantado. Não precisou procurar o tempo, que nunca estava perdido. Espaço e tempo compossuíram-se. Afonso pôde repetir com o seu inesquecível Nava: “Ao passado, ao passado! Vamos a essa prodigiosa abstração do Tempo, breve segundo continente do infinito, fabuloso País em que vivi (irreversivelmente) e até onde nem os automóveis, ou os tapetes mágicos, os trens, os navios, os ventos, os aviões, as nuvens, os módulos espaciais serão capazes de me fazer retornar. Só o pensamento mais rápido que os foguetes estratosféricos, só a saudade-minuto-luz podem me arrebataram nessa viagem para as distâncias siderais de mim mesmo”.

Ao velório de Afonso estiveram presentes alunos do Colégio, cuja bandeira lhe cobriu o caixão.

1990



Barão do Rio Branco

Em 1856, ao entrar José Maria da Silva Paranhos Júnior para o Colégio Pedro II como aluno semi-interno, recebia o educandário novo regulamento dispendo sobre os planos de estudos. Um era de quatro anos, outro de três, mas quem cumprisse os dois, isto é: sete anos consecutivos, obteria o grau de bacharel em letras, honroso título que abria as portas das escolas superiores e conferia ao distinguido relativa importância social.

A nova regra era um desdobramento do Decreto nº 1.331-A, de fevereiro de 1854, referendado pelo ministro Luís

Pedreira do Couto Ferraz, futuro Barão do Bom Retiro. Cogitava-se da reforma do ensino primário e secundário do Município da Corte. Nessa altura, o Colégio integrava o Conselho Diretor da Instrução Pública, responsável por essa e outras medidas.

Paranhos, vindouro Barão do Rio Branco (1845/1912), estava bem preparado. Seu primeiro professor foi o pai, conceituado lente de Matemática na Escola de Marinha e na Escola Militar. O Visconde iniciou-o no tirocínio das línguas, – portuguesa, francesa e inglesa, e acompanhou-lhe os estudos no Pedro II, notando-lhe predileção pela Geografia e pela História.

Devido aos afazeres políticos, incumbiu o Visconde ao seu cunhado Bernardo Figueiredo de Faria a orientação e a vigilância das atividades escolares do menino. A “preocupação pedagógica” do Imperador, assíduo freqüentador do educandário, também contribuiu para o excelente desempenho do estudante.

Formavam os educandos quatro categorias: pensionistas (ou internos); pensionistas de 2ª classe, meio-pensionistas e externos. Aos 11 anos de idade, Paranhos ingressou na escola no rol dos meio-pensionistas ou semi-internos.

A entrada era às nove horas e a saída às cinco da tarde, – um total de oito horas assim distribuídas: de manhã – aulas; do meio-dia às 13h – almoço; das 13h30 às 14h – repouso ou silêncio; das 14h30 às 15h – recreio (jogos); e das 15h às 17h. – aulas, prorrogáveis, se necessário, até as seis da tarde.

Paranhos pagou 12\$000 de matrícula e pensões trimestrais de 37\$500. Depois, despenderia quantias mais elevadas para atender à aprendizagem de matérias

facultativas, como o Italiano, p.ex.. As aulas se iniciavam em fevereiro e terminavam em outubro, seguindo-se as provas no mês de novembro.

Funcionava o Colégio na Rua Larga de São Joaquim (agora Marechal Floriano), junto à igreja desse patrono, cujo sino punha-se a chamar os alunos às 8h45. Igreja e Colégio ligavam-se, tendo a primeira gerado o segundo. Seus espaços serviam às práticas educativas do estabelecimento, primeiro que fosse absorvido pelo Colégio Pedro II em 1837.

Um ano antes de Paranhos – 1855 – matriculara-se na 2ª série, após exame preliminar, Alfredo D'Escragnolle Taunay, um dos maiores amigos do Barão pela vida fora. E dois anos após a entrada do futuro Rio Branco, chega ao Colégio o estudante José Carlos Rodrigues, que se notabilizará como jornalista e empresário, dono do *Jornal do Comércio*, em cujo gabinete Paranhos, já Ministro de Estado, ia redigir sua colaboração para a folha.

Vieira Fazenda, que viria a historiar o Rio de Janeiro e o próprio Colégio com fidelidade e bonomia, também transpôs as portas do educandário como aluno externo, ligando-se com fraternidade a Paranhos. Um ano antes deste se afastar do estabelecimento – 1860 –, Vieira é transferido – desterrado, escreveria ele – para o Internato na Rua São Francisco Xavier, perto do Largo da Segunda Feira (Chácara do Mata), em prédio adaptado ainda hoje de pé. De sua turma participava Francisco de Paula Rodrigues Alves, futuro Presidente da República. Para atingir o Internato, Vieira Fazenda servia-se de uma carruagem puxada a cavalos, partindo da atual Praça Tiradentes. “A maxambomba parecia-me a carroça da guilhotina”, – escreverá.

Tal como os companheiros de turma e demais estudantes, Paranhos vestia jaquetinha verde de botões amarelos com o símbolo *P II* e boné azul guarnecido de

estreito galão de ouro. Junto à escada de acesso, esperava-os o porteiro Viegas, antigo inspetor e factótum que em cada aluno tinha um amigo.

A comida era boa, farta e variada, segundo depoimentos unânimes. Feijoada, carne de aves, bacalhau, bifés, macarrão, verduras e frutas compunham os cardápios. Antes e após as refeições, rezava-se. À mesa não faltava o sacerdote, nem o circunspecto reitor que costumava passear entre os alunos a impor disciplina.

Chamava-se Manuel Pacheco da Silva o quarto reitor do Colégio, novato no cargo, porém médico prestigiado quando do ingresso de Silva Paranhos. Coube-lhe aplicar as recém-promulgadas diretrizes da Reforma Pedreira, causadoras de atritos entre a administração e o magistério.*

Viveria Paranhos a alvoroçada atmosfera que acabou por atingir os educandos. Malquistados os poderes, sofreram os alunos. Houve rigores e injustiças, – reconheceu Escragnolle Doria, cronista da primeira centúria do educandário.

Apreciável transformação resultou do orçamento oficial deferido à Casa a partir de 1856. De 1838 até ali era o instituto atendido com os recursos acumulados pelo extinto Seminário de S. Joaquim. Não lhe bastavam pequenos e eventuais auxílios do Governo. A conversão promovida pela Regência, ao influxo de Bernardo Pereira de Vasconcelos, dizia respeito apenas às partes didática e administrativa.

Cerca de vinte anos manteve-se o Colégio à custa de recursos provenientes de fontes diversas: o bolso de D. Pedro II, donativos arrecadados por Bernardo de Vasconcelos, subscrições voluntárias, rendas de prédios próprios, legados de benfeitores, cotas lotéricas, benefícios teatrais e retribuições dos discentes.

Em 1856, coincidindo com a chegada de Paranhos ao instituto, dá-se o primeiro leilão de prédios pertencentes ao antigo Seminário, doados por beneméritos. Feita a mudança, deles se apossara o governo imperial como se lhe pertencessem de direito. Houve protestos, entre os quais o de Joaquim Manuel de Macedo, parlamentar, jornalista e professor da Casa.

Alguns desses imóveis, cuja receita reverteu ao patrimônio público, localizavam-se na vizinhança do educandário: Rua Praia do Peixe, depois do Mercado, atual Praça Quinze; Travessa do Comércio, hoje Arco do Teles; Rua da Candelária; Rua das Violas (Teófilo Ottoni); Rua dos Ferradores (Alfândega); Rua Estreita de S. Joaquim (hoje Camerino); Rua do Sabão (General Câmara); Rua da Glória etc.

Durante os seis anos em que Paranhos cursou o Colégio (1856-1861), ali exerceram o magistério numerosos professores, dos quais nos ocuparemos com brevidade e cautela. O arquivo-morto do Pedro II está passando por reformas, impossibilitado, momentaneamente, de fornecer a documentação do período. Daí sermos forçados mais a presumir que afirmar com segurança.

Antônio Gonçalves da Silva terá sido um deles. Bacharelara-se em 1845 no estabelecimento, obtendo vários prêmios. Ingressou no magistério particular, foi professor de Francês na Escola de Marinha, e dessa matéria e de Latim na Escola Central, depois Politécnica. Disciplinador famoso, substituiu no Colégio Frei Camilo de Monteserrate, na cadeira de História.

Além dessas especialidades, o Bacharel Gonçalves, como o fixaram os fastos da Casa, lecionava Grego e Matemática. De inclinação artística, voltou-se para o teatro e a ópera, explicando a profissionais do meio Português e línguas estrangeiras. Morreu recém-casado aos 33 anos de idade.

Figura discutida: há quem o aponte como boêmio crônico; daí a tuberculose que o vitimou.

Sobre controvérsias: nem sempre as fontes consultadas afinam por igual diapásão. No geral, empresta-se ao professor Antônio Gonçalves da Silva fisionomia e tratos severos. Temiam-no os alunos. Escragnolle Doria retrata-o como “de subida força moral”. Visto por outros, é um farrista que se gasta em saraus e espetáculos, desaparecendo rápido de cena.

Sucedo o mesmo com outra figura famosa da época, — o porteiro Viegas, assinalado como domador de adolescentes. Uns têm-no como criatura moderada e incansável, havendo servido ao reitor Pacheco do princípio ao fim de seu mandato. Segundo Taunay, seu aspecto era marcial, de bigodes bastos e cavanhaque. E há quem o mostre como parceiro de Gonçalves em aventuras noturnas.

Havia mais de um professor de Alemão, destacando-se Bertoldo Goldschmidt, a quem o reitor Pacheco da Silva obrigou a submeter-se a concurso, de resultado auspicioso. Durante muito tempo, a admissão dos lentes resultava de livre escolha do Governo ou da seleção dos candidatos pelos títulos que os recomendassem para o ofício.

Londrino, Mr. Cumberworth encarregava-se do idioma inglês, e ao Barão Herman von Tautphoeus incumbiam as aulas de Grego. Estimado pelo Imperador, que o recebia em São Cristóvão, e indicado, com justiça, como das maiores culturas da época, Tautphoeus legou a Taunay a imagem de um ser “em tudo bonachão e demasiado condescendente”.

Das referências de Paranhos ao Colégio, lançadas do próprio punho ou transmitidas por via oral, nada consta a respeito de Tautphoeus, — o que é de lamentar-se, tenha ele sido ou não seu aluno. Por certo, os passos de ambos cruzaram-se nos corredores ou em salas de aulas.

Quem divinizou o Barão de Tautphoeus, como raras vezes aqui e alhures se o fez a algum mestre, foi Joaquim Nabuco, seu aluno em Friburgo, na casa de ensino pelo bávaro fundada e, depois, no Internato do Colégio Pedro II, para onde o transferiram ao iniciar-se no aprendizado das humanidades.

Paranhos e Nabuco foram amigos e as atividades profissionais que por largo tempo exerceram, a bem da Pátria, sobre serem idênticas, ainda mais os estreitaram. Paranhos contribuiu para o brilho de Nabuco, propiciando-lhe situações e feitos. Quis até lhe coubesse o Ministério para o qual o Presidente Rodrigues Alves reiteradas vezes o convidou, a ele, Paranhos.

Contemporâneos no Colégio, filhos de políticos notáveis, monarquistas fidelíssimos e dilatadores do território nacional, jamais esqueceram quanto deviam de sua formação cívica e cultural ao Colégio, protegido a vida inteira pelo monarca.

Todavia Paranhos nada escreveu ou falou sobre Tautphoeus. Valham-nos as impressões deixadas por Sílvio Romero e Nabuco, entre os muitos que reverenciaram a extraordinária figura desse mestre.

É provável que ao Barão haja adestrado Benjamin Constant Botelho de Magalhães, professor de Matemática a partir de 1860. Abaixo dos mestres titulares ou proprietários das disciplinas, como então eram considerados, seguia-se a categoria dos lentes repetidores ou suplementares, interinos ou transitórios.

Neste caso achava-se Benjamin Constant,** que seria um dos maiores mestres de sua especialidade em escola superior militar, além de consumado positivista e cidadão íntegro. Nos papéis da Casa há escassas informações sobre sua passagem pelo Colégio. Assim como silenciou a respeito

de outras eminências do ensino, Paranhos também se calou em relação a Benjamin Constant.

Já na terceira série do curso, o futuro Barão deve ter conhecido ou aprendido com os novos professores chegados ao instituto em 1858. Entre outros, sobressaíam Guilherme Henrique Teodoro Schieffler, hanoveriano naturalizado efetivo na cadeira de Grego; José Francisco Halbout, cuja *Gramática da Língua Francesa* alcançou múltiplas edições; e Francisco de Paula Meneses, que respondia pela cadeira de Retórica e Poética e foi um dos esteios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Na época, distinguem-se ainda o ex-aluno da Casa, bacharel Joaquim Mendes Malheiros, encarregado da disciplina de História Geral; Pedro José de Abreu, lente de Geografia e autor de um compêndio da disciplina que obteve edições sucessivas; José Ventura Bôscoli, português naturalizado, especialista em Matemática; Frei José (ou Francisco) de Santa Maria Amaral, baiano, professor de Filosofia; e Saturnino Meireles, professor de Física.

Em 1859, cursava Paranhos a quarta série ginásial. Tanto ele como os demais estudantes recorriam aos compêndios e temas recomendados pela Inspeção Geral da Instrução Pública, e que eram os seguintes: Português – *Cartas Seletas* do Padre Antônio Vieira, livros de gramática, sinônimos, poesias; Latim – trechos de Fedro, Cesar, Ovídio, Salústio, Virgílio, Cícero, Tito Lívio, Horácio e Tácito; Grego: trechos de Plutarco, Ciropédia, gramática, versos, raízes; Matemática: compêndio de C.B. Ottoni; História Sagrada: *Catecismo* do cônego Fernandes Pinheiro; História: *História do Brasil*, de Abreu e Lima, *História da Idade Média*, de João Batista Calógeras; Alemão: páginas de Schiller e Goethe; Italiano: excertos de Dante e antologias; outras matérias: apostilas dos professores da Casa.

Até 1857 o Colégio atendia os alunos na condição de internos, semi-internos e externos. Nesse ano foi instalada no Engenho Velho (Tijuca), início da Rua São Francisco Xavier, uma casa para o internato. As causas da separação foram o número excessivo de alunos matriculados na Rua Larga de S. Joaquim e persistentes atos de indisciplina ali praticados.

A seção do Colégio foi inspirada pelo Marquês de Olinda (Pedro de Araújo Lima), duas vezes presidente do Conselho de Ministros, antigo regente interino, em substituição ao Padre Feijó, e regente único (Decreto de outubro de 1857). Nunca será excessivo recordar que, ao tempo de seu Gabinete, que ficaria conhecido por Ministério das Capacidades, criaram-se, além do Pedro II, o Arquivo Público (depois Nacional) e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que veio a ter no Barão do Rio Branco, aluno daquela Casa, seu presidente perpétuo.

Podiam os professores do Colégio trabalhar nos dois estabelecimentos, sendo mais alta a remuneração dos que militavam no Internato. Havia-os como proprietários de cadeiras, repetidores ou suplementares e interinos ou transitórios, já referidos, sujeitos aos regimentos oficiais e às regras baixadas pelos reitores.

De sete anos continuava a ser o curso geral, com direito ao título de bacharel. Outro curso, de cinco anos, excluías certas matérias, concedia certificado de estudos. Fora as disciplinas que vimos discriminando, instituiu-se, a partir de 1860, a aula de dança ("arte de recreio e salão"), a pedido dos pais. Serviria de remate aos preceitos de cortesia proporcionados pelo educandário.

Em 1861, último ano freqüentado por Silva Paranhos, sempre no Externato, entraram para o Colégio os professores Antônio Maria Corrêa de Sá e Benevides, ex-aluno e

catedrático de Ciências Naturais, após ter lecionado Matemática; o cônego Félix Maria de Freitas Albuquerque, encarregado das aulas de Religião e confessor de D. Pedro e D. Teresa Cristina; e Felipe da Mota Azevedo Correia, lente de Inglês. De algum terá sido aluno Paranhos.

Ao se desprender da Casa, para entrar no curso preparatório da Faculdade de Direito de São Paulo, estava ciente Paranhos de que, no Externato, concluía estudos alguém que muito se distinguiria no Colégio; Benjamin Ramiz Galvão. Ali retornaria como professor de Grego. Lecionou também na Faculdade de Medicina e dirigiu a Biblioteca Nacional.

Sócio benemérito e orador do Instituto Histórico, Ramiz Galvão despediu-se, pelo soldalício, do Barão do Rio Branco, junto ao seu túmulo, em 13 de fevereiro de 1912. Nele viu o “astro mais fulgente de nossa Pátria”, “apóstolo insigne do trabalho e da paz”.

Já se estará a reparar no número de personalidades preparadas no Colégio Pedro II em reduzido espaço, e cujas vidas, entrelaçadas, tanto significaram para o Brasil: Rio Branco, Joaquim Nabuco, Rodrigues Alves, Ramiz Galvão, Vieira Fazenda. Outras desfilarão a seu tempo.

Retrocedamos ao período de 1856 a 1861, termos da entrada e da saída de Paranhos. Pela Reforma Pedreira Ferraz as matérias de estudo no Colégio Pedro II, dadas ao longo de sete anos, abrangiam duas cadeiras de Latim, duas de História e Geografia (partes antiga, média e moderna de ambas), com ênfase nos assuntos nacionais, e uma de cada matéria seguinte: Grego, Inglês, Francês, Alemão, Filosofia Racional e Moral, Retórica e Poética (inclusive o ensino da língua e da literatura brasileira), Matemáticas elementares, História Nacional, Elementos de Física e Química. Possibilitava o Colégio, ainda, aulas de Música, Desenho e Ginástica.

A estas e àquelas aulas – se não todas, a maioria (e chegaram a 21) –, submeteu-se Paranhos durante os seis anos em que esteve matriculado. Não absorveu a totalidade pelo fato de ter desistido do Colégio quando faltava um ano para obter o grau de bacharel. Explicação comum é a de que melhor se habilitaria ao curso de Direito estudando preparatórios na própria Faculdade. Mas a praxe permitia o ingresso nas escolas superiores mediante prova do bacharelato; foi desprezada.

Rio Branco não deu nunca mostras de pesar pela interrupção dos estudos no Colégio Pedro II, Casa a que assistia, com afeto, o Imperador, amigo do Visconde, seu pai, tão entrosado este com a política oficial, tendo sido um dos mais íntimos colaboradores do monarca.

Liberato Bittencourt veicula uma ocorrência acaso imaginária ou, se verdadeira, incompreensível. Paranhos teria virado as costas ao afamado estabelecimento, “sem saudades”.

Quem fornece alguma luz sobre o estudante Silva Paranhos é o filho, Raul do Rio Branco. O futuro Barão alimentava-se de galinha todos os dias. Bom aluno em ciências; apreciava os clássicos latinos e Lingüística; era-lhe familiar o Espanhol, talvez, imaginamos, por haver acompanhado o Visconde nas viagens ao Rio da Prata. Fez estudos sólidos de letras e Filosofia. “Repugnavam-lhe as Matemáticas, malgrado os esforços do pai” (Luís Viana Filho). E foi – suprema ventura – interrogado pelo Imperador em sala de aula.

Raul, nas *Reminiscências*, acrescenta um dado curioso para o conhecimento do Barão na juventude. Desvenda-lhe o físico: era magro, de tal sorte que os colegas pespegaram-lhe a alcunha de “caixa d’ossos”. Encorparia mais tarde. Atingiu 1m82, ombros largos, peito saliente, membros musculosos. Esbelto até os 50 anos. Começou a engordar nessa idade. De 75 quilos passou para 100, aos 55 anos.

Estranho: Escragnolle Doria, antigo professor do Colégio, não se ocupa na *Memória Histórica* do aluno Paranhos; sequer o menciona. O livro é de 1938. Mas em 1913, na *Revista Americana*, pouco depois da morte do Barão, cuidava de seu magistério na Casa.

Aludimos a um movimento de indisciplina dos alunos quando do reitorado do Dr. Pacheco. Na ocasião era sub-reitor Frei José da Purificação Franco, de celebrada severidade. Ambos recorriam aos recursos legais para conter os exaltados. Aplicavam repreensões; ordenavam tarefas de trabalho nas horas de recreio; prendiam os recalcitrantes na célula ou cafua, obrigando-os a atividades escolares; e expulsavam os incompatíveis com a ordem preconizada. Continuadas eram as demonstrações de inconformismo e rebeldia. Quanto a Paranhos, "cursou com distinção o Colégio" (Liberato Bittencourt).

Paranhos deve ter assistido a uma ou mais cerimônias de colação de grau, após os exames finais. A prova escrita durava duas horas, seguida de uma hora de perguntas e respostas orais. Na presença do Imperador recebiam os bacharéis prêmios em livros e coroas entretecidas de louros e café. A formatura constituía um espetáculo.

O salão nobre era atapetado de plantas aromáticas. Perfumes irradiavam de buquês. Professores e estudantes encasacados, e o público a observar atento o decorrer da festividade. Sucediam-se juramentos de obediência à religião e ao poder real. Um baile coroava a decisiva e preocupante jornada.

Outros acontecimentos marcaram a vida estudantil no período. Na Sociedade Recreativa dos Discentes efetuavam-se júris históricos, sendo absolvidos ou condenados personagens de fama. Datas relevantes, como o Sete de Setembro, eram comemoradas na presença de D. Pedro e da

Imperatriz. Alunos-atores representavam peças teatrais. Perto da meia-noite, era servida a ceia, com a participação dos monarcas.

Circulavam publicações manuscritas e impressas, censuradas pelo reitor Pacheco da Silva, “tenaz, laborioso e vigilante”. Não fossem os escritos animar a “radical desorganização disciplinar”, verificada por Alfredo D’Escragnolle Taunay em 1856, quando Silva Paranhos e ele cursavam o primeiro e o segundo ano ginasiais, respectivamente (*Memórias*). Os doidivanos eram postos de joelhos a um canto da sala.

Que tipo de leitura atraía os estudantes? Sob orientação de mestres e familiares, entretinham-se os bons alunos com livros de Cervantes, Chateaubriand, La Fontaine, Walter Scott. Mas esses mesmos (bem dirigidos) e outros, por indiscricção, atiravam-se aos romances de Macedo e Alencar, refertos de paixões.

Taunay e Vieira Fazenda recordam com emoção trechos da vida estudantil. Neles está presente Paranhos. Alguns alunos não iam direto para os lares ao término das aulas, como recomendado nos estatutos do Colégio. Num dia perambulavam pelas cercanias, como a Rua do Valongo, depois da Imperatriz, hoje Camerino.

Noutro dia percorriam as ruas da Conceição, do Senhor dos Passos, da Alfândega e Senado. Iam até o Campo de Sant’Ana, à procura de ... mulheres. No largo do Rocio Grande (atual Praça Tiradentes), como seguidores de Pantagruel, ingeriam peixadas, fritadas de ostras e camarões, frutas e sorvetes.

Venturosos e descuidados, dirigiam-se ao Passeio Público, subiam os morros da Conceição e S. Diogo, admirando o mar, chácaras, residências modestas ou ricas, transeuntes, crianças, aves e pequenos animais. Comiam amendoins, pés-de-moleque e biscoitos.

Tempos saudosos! Um dia, em 1902, estando o Barão no Instituto Histórico, eis que avista o antigo condiscípulo Vieira Fazenda. Rio Branco fora agradecer as homenagens que ali lhe prestaram por sua elevação ao Ministério das Relações Exteriores. Entretidos a conversar, retrocedem ao passado e detêm-se a rememorar fatos ocorridos no Colégio em 1860.

Que sucessos? O recreio dos meio-pensionistas, as “garotadas” num sebo da rua da Imperatriz, as impertinências do professor de latim, Jorge Furtado de Mendonça, “o respeito e a força moral do reitor Manuel Pacheco da Silva”, as badaladas dos sinos de S. Joaquim e a popularidade do inspetor Viegas, alcunhado de “pai da rapaziada”.

A conversa prosseguia ante a surpresa da assistência. As ilustres figuras tinham assumido a simplicidade da juventude e já estavam a ver-se jantar em casas de colegas. Fraternos e sonhadores, saíam depois a passeio, “todos de calças brancas e infalíveis cartolas”. Naquele instante, em local tão respeitável, o ano de 1902 valia menos que o remoto 1860.

Formado em Direito pela Faculdade de Recife, para a qual se transferira, Silva Paranhos tenta a advocacia, sem gosto. Atingira os 23 anos e os dias passavam “vazios e monótonos”. “Estou *blasé*, frio e descrente do mundo”, confessa, em carta, a Francisco Luís da Veiga, colega de estudos em São Paulo. “Ando em uma advocacia muito insípida – prossegue –, convencendo-me cada vez mais que não tenho vocação para isto”.

A carta desvenda velha dúvida sobre o magistério de Paranhos no Colégio Pedro II. Durante muito tempo (perto de 80 anos), desconhecera-se os motivos de seu ingresso e de sua curta permanência no professorado do estabelecimento. Graças à biografia do Barão, elaborada por Álvaro Lins, catedrático de Literatura do Colégio Pedro II, e vinda à luz em 1945, a questão foi elucidada.

Escragnolle Doria silencia a respeito. Por alto, alude ao magistério de Paranhos, dando-o como substituto do titular Joaquim Manuel de Macedo, seu antigo mestre na disciplina de História e Geografia. Por seu lado, Raul do Rio Branco, em lhe demarcando a atividade no Colégio entre abril e julho de 1868, comenta: “Não lhe pareceu que essa fosse sua vocação” (*Reminiscências*).

E concluiu: trocou o Colégio por um lugar de promotor público em Nova Friburgo, onde também não achou “sua predileção profissional”. Se assim fosse, permaneceria a impressão da volubilidade de Paranhos em fixar-se nas diversas ocupações escolhidas. Nem advogado, nem professor, nem promotor, nem deputado e jornalista, como viria a experimentar após aqueles malogros.

Em verdade, sabe-se que o Barão só aspirava à carreira diplomática, a princípio dificultada por sua fama de boêmio e, depois, em decorrência da íntima relação mantida com a atriz Marie Philomène Stevens, com a qual viria a casar-se. O Imperador, que tanto devia ao Visconde e dizia admirar-lhe o filho, nunca se dispôs a nomeá-lo para o cargo tão ansiado. Não fora a influência de Caxias e Cotegipe junto à princesa Isabel, nem a regente o teria escolhido para o consulado de Liverpool.

No Colégio coube-lhe lecionar História e Geografia do Brasil no 7º ano, a cinco alunos no Externato e outros tantos no Internato. Das nove às onze horas era ele assíduo e pontual três dias em cada casa. As duas matérias gozaram sempre da preferência de Paranhos, que de ambas viria a ser o maior conhecedor, sem contradição.

Por muito tempo acalentou a idéia de escrever a história militar de sua Pátria. Não lhe foi possível, mas, em apenas 17 dias, redigiu o *Esquisse de l'histoire du Brésil*, de largo uso

nas escolas, e as *Memórias* com que acrescentou ao País perto de um milhão de quilômetros quadrados. Em vez de somente escrever a história do Brasil, concorrera para fazê-la, justificou seu filho Raul. Em idêntica linha de pensamento diria Álvaro Lins: as obras de Silva Paranhos são os fatos. Deus *terminus* das fronteiras!

Tanto saber acumulou-o ao longo da carreira diplomática, tendo reunido e consultado milhares de volumes de Geografia e História. Contudo, foi no Pedro II que lhe proveio o gosto por essas disciplinas. A raiz de sua magnificência brotou e se fortaleceu ali.

Asseverou-o ele próprio, em visita a um Regimento, no início de suas atividades à frente da Pasta do exterior: “Desde os bancos do antigo Colégio Pedro II comecei a interessar-me pelas nossas glórias militares conquistadas na defesa dos direitos e da honra da antiga metrópole e suas possessões...”

Dívida tão honrosa com o educandário manifestou-a, também, Joaquim Nabuco ao revelar que o fundo hereditário do seu liberalismo ganhara no Colégio a camada que lhe serviu de alicerce.

A explicação do punho de Silva Paranhos, apreciada a partir do conhecimento da carta por ele escrita ao amigo Luís da Veiga, põe fim às especulações até aqui formuladas. O jovem professor não abandonou o emprego. Perdeu-o, pois o exercia em caráter interino.

Qual a causa? Com a dispersão da Câmara, o deputado Macedo, proprietário da cadeira, voltou a assumi-la, não havendo lugar para o outro. Como teria sido o destino de Paranhos se o tivessem efetivado no cargo de professor? Teria nele permanecido a vida toda, sem postular a diplomacia?

Suas ligações com a Casa foram permanentes, embora de maneira indireta. Grande, sôfrego coletor de documentos,

sobretudo de velhos manuscritos e mapas seculares, Paranhos, do estrangeiro, recorria ora a Capistrano de Abreu e ao Barão Homem de Melo, professores do Colégio, ora a Raul Pompéia, ex-aluno, e todos o abasteciam de originais e de cópias obtidas na Biblioteca Nacional e no Instituto Histórico. De tanto labor, derivou a “fama incontestada de ser o brasileiro que mais conhecia o seu País” (Álvaro Lins).

Na biografia que levantou a Paranhos por motivo do centenário de nascimento, assegura Álvaro Lins: no Itamarati “passou a apoiar, sob diversas formas, alguns de seus antigos colegas no Colégio Pedro II”. Junto com escritores e artistas eram recebidos em seu gabinete de trabalho expoentes do porte de Capistrano, Romero e José Veríssimo, todos professores do estabelecimento.

A Euclides da Cunha ajudou a entrar para o educandário. Primeiro, incumbiu-o de missões diplomáticas no País; depois, admirador que se tornara de seu talento e caráter, empenhou-se para vê-lo na cátedra do Colégio. A notícia de sua intervenção correu em março de 1909, após a carta por ele remetida ao referido condiscípulo Luís da Veiga.

Por sua relevância transcrevemo-la: “Decide-se agora a escolha do lente de Lógica para o Ginásio Nacional. Não dei até aqui um passo em favor de Euclides da Cunha por entender que ele não precisa disso. Agora, porém, que sei ter havido uma escandalosa cabala contra ele no seio da Congregação e que outros candidatos recorrem a padrinhos ou pistolões – como diz o povo –, sinto-me obrigado – sem pedido algum dele – a queimar cartucho em favor desse moço puro e digno que é uma inteligência de primor”.

Menos cálida não era a admiração de Euclides pelo Ministro. Tinha-o à conta de “o único grande homem vivo desta terra”. O Barão – proclamava – “traça na universal chateza destes dias uma linha superior e firme de estadista”.

Outro tipo de relação de Paranhos com o Colégio deu-se por motivo desafortunado. Em sua última enfermidade, coube tratar dele a um jovem médico, professor do Pedro II. Era Francisco Pinheiro Guimarães, bacharel de 1891, que acabou por alcançar no educandário a cátedra de Literatura. Filho de herói da Guerra do Paraguai, o esculápio e sua prole passaram a vida a decantar o magnífico antepassado.

Chamava-se Francisco José Pinheiro Guimarães o celebrado voluntário da Pátria. Médico e teatrólogo, salientara-se na Corte pelas peças românticas que fazia encenar. Delas, a *História de uma moça rica* trouxe-lhe fama, em 1861, no Rio de Janeiro. Nos campos de batalha sobressaiu no exercício da profissão. Comum era ter a seu lado um irmão do Barão, Antônio Paranhos, que muito se lhe afeiçoara.

Herdou-lhe o filho os dotes científicos e literários, e também os netos, — Ugo e Luís. O primeiro alcançou renome na clínica e na cirurgia; o outro foi clínico e professor de Química em vários estabelecimentos, incluído o Pedro II, do qual ambos eram bacharéis em letras.

Francisco Pinheiro Guimarães deu a Álvaro Lins extenso depoimento acerca do estado de saúde do Barão, atingido, no fim da vida, por doenças cujos sintomas passaram a preocupá-lo a partir de 1909: tonteiras, dores reumáticas e nevrálgicas, eczemas varicosos, crises de insuficiência renal. Por último, a cegueira e o delírio. Liquidou-o a arterioesclerose generalizada, como consabido.

Vínculos com o Colégio não faltavam ao Barão. Um deles foi a presença constante de Carlos Maximiano Pimenta de Laet, ferrenho tradicionalista e polígrafo notável. Bacharel de 1867, após sete anos de estudos regulares com notas distintas. Engenheiro-geógrafo, foi nomeado, por concurso, professor da cadeira de Português, Geografia e Aritmética (!) do Internato em 1873. Jornalista, deputado e acadêmico, Laet

manteve-se fiel à monarquia e ao catolicismo, instituições a cuja defesa consagrou a existência.

Coincidentes no tradicionalismo, muito agradava ao Barão o convívio com Laet. Este reconhecia em Paranhos um dos maiores vultos da nacionalidade. Penetrou bem a alma do amigo e ministro, revelando-lhe alguns lances de público, a exemplo do trabalho publicado na *Revista Americana*, em 1913, onde evidencia o golpe sofrido pelo Barão com a revolta dos marinheiros, em 1910.

Como que a escolha do colégio para seus filhos, em Paris, levou Paranhos a justapor-lhe o Pedro II, de sua formação inicial, tanto o antigo educandário estaria entranhado em seu espírito. Se não agiu o inconsciente, — como explicar a conexão flagrante? Após demorada procura, optou pelo Liceu Henri IV, onde estudara Justiniano José da Rocha e que servira de modelo ao Pedro II.

Primitivo convento dos frades de Santa Genoveva, o edifício ostentava aspecto do antigo regime, ainda um pouco monacal, — lembra-se Raul nas *Reminiscências*. Então, o educandário era o que se podia chamar “un établissement bien pensant”, “isto é: sem tendência clerical pronunciada, onde, ao lado do estudo clássico, profundo, se ensinava a moral católica de maneira razoável...”. Os filhos freqüentaram o Henri IV na condição de meio-pensionistas, tal como Paranhos no Colégio.

Realcemos: o Pedro II modelou-se pelo Henri IV. Justiniano da Rocha, seu aluno, com atuação brilhante na imprensa, foi o primeiro mestre de Geografia e História do Colégio. Ambos os estabelecimentos centravam a aprendizagem nas humanidades. Há ou não convergência?

Ligeira leitura do currículo observado no Colégio, na vigência da reforma Araújo Lima (Marquês de Olinda), a partir

de 1857, evidencia a concentração das humanidades em detrimento, até, do idioma nacional. O Latim, p.ex., era exigido nos sete anos do curso, tanto no Externato como no Internato. O Grego aparecia no 6^o e no 7^o anos, enquanto o Alemão era obrigatório nos três últimos anos. Francês, Inglês e Italiano vinham nas três séries iniciais, os primeiros com direito a dois anos de estudos, o último a um só.

A língua portuguesa não merecia atenção à parte. Sua aprendizagem devia decorrer, é de crer-se, do ensino de várias matérias: o Latim e o Grego mencionados, e Retórica (regras de eloqüência e composição); Retórica e Poética (análise e crítica dos clássicos portugueses, declamação, história da literatura luso-brasileira). As duas últimas disciplinas – Retórica e Retórica Poética – eram dadas no 6^o e 7^o anos, respectivamente.

Outras matérias do currículo: Doutrina cristã e História Sagrada, Filosofia, Lógica e Metafísica. A História do Brasil permanecia jungida à Corografia. Constava a História Geral das idades média e contemporânea. Ainda eram estudadas Matemáticas e Ciências Naturais.

José Maria da Silva Paranhos Júnior foi admitido no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1867, apresentado, entre outros, por seu mestre Joaquim Manuel de Macedo. Ofereceu, então, ao Instituto, como justificativa, o *Esboço biográfico do general José de Abreu, Barão do Sêrro Largo* (episódios das guerras no Rio da Prata).

Tomou posse em junho de 1868, ascendeu a sócio honorário em maio de 1875 e a benemérito em novembro de 1906. Atingiu a presidência em 1907 e foi eleito presidente perpétuo pela assembléia geral de 1909. Nessa ocasião, pronunciou um discurso declarando que um traço de seu caráter desejava lhe fosse reconhecido pela posteridade.

Ambicionava que dele se pudesse dizer um dia: amou sua terra e sua gente. Só isto, nada mais. Ainda uma vez, ao

ensejo do sesquicentenário, proclame-se que o amor de Paranhos à pátria e aos concidadãos foi o alvo inalterável de sua vida.


* “A reforma do Conselheiro Pedreira era demasiadamente aparatosa, principalmente no processo dos exames que tinham uma imponência já próximo do ridículo...”(E. de B. Raja Gabaglia).

** No regime republicano, sob o Governo Provisório, foi criada a pasta da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, para ela sendo nomeado Benjamin Constant Botelho de Magalhães, até então Ministro da Guerra. Desde abril de 1890 tomou o titular várias medidas em relação ao Colégio Pedro II. Em novembro, ao reformar o ensino, mudou o nome de Instituto Nacional de Instrução Secundária, trocado por aquele, para Ginásio Nacional, mantida a divisão em Internato e Externato. E antigo lente suplementar das duas seções da Casa extinguiu a classe dos substitutos.

BIBLIOGRAFIA

- 01 – ALFREDO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY – *Memória*, Edições Melhoramentos, s/d (1946?).
- 02 – ÁLVARO LINS – *Rio Branco (O Barão do Rio Branco)*, 2 volumes, Livraria José Olímpio Editora, 1945.
- 03 – ESCRAGNOLLE DORIA – *Memória histórica do Colégio Pedro II (1837-1937)*, publicação do Ministério da Educação, 1938.
- 04 – JOAQUIM MANUEL DE MACEDO – “O Imperial Colégio de Pedro II”. V. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, Edições de Ouro, 1946.
- 05 – LIBERATO BITTENCOURT e outros – *O Barão do Rio Branco*, s/d (Extratos de uma Revista do I.H.G.B.).
- 06 – LUÍS VIANA FILHO – *A vida do Barão do Rio Branco*, José Olímpio Editora/INL, 1959.
- 07 – RAJA GABAGLIA (EUGÊNIO DE BARROS) – *Anuário do Colégio Pedro II*, 1º ano, 1914, Tip. Revista dos Tribunais, 1914.
- 08 – RAUL DO RIO BRANCO – *Reminiscências do Barão do Rio Branco*, Livraria José Olímpio Editora, 1942.
- 09 – VANDICK LONDRES DA NÓBREGA (coordenador) – *Sesquicentenário de D. Pedro II*, Edição do Colégio Pedro II, 1979.
- 10 – VIEIRA FAZENDA – “Recordações”, 1913, *An.º do CP II*, de Raja Gabaglia, cit.; “O Barão do Rio Branco e o Instituto Histórico”, *O Barão do Rio Branco*, de Liberato Bittencourt, cit.

1995.



Vicente Tapajós

Na sessão de homenagem ao sócio emérito e ex-presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – Vicente Tapajós –, cabe-me discorrer sobre o antigo aluno e professor do Colégio Pedro II.

Contemporâneo de Vicente Tapajós no então educandário-modelo da República, ao iniciarmos estudos de humanidades, ali também, e pela mesma época, viemos a exercer o magistério de igual disciplina, a História.

Tapajós entrou para o Colégio Pedro II em 1928, dele saindo em 1931, por motivo imperioso: seu ilustre pai, renomado jornalista e professor, viu-se obrigado a deixar o Distrito Federal em decorrência da vitória aliancista que elevou Getúlio Vargas à chefia do Governo Provisório.

Seguindo o pai no exílio e nos dissabores da vida, Tapajós, aos 14 anos, foi viver em Porto Alegre, interrompendo os estudos e passando a trabalhar na imprensa. Melhor do que eu, ele dirá de suas inclinações, ou obrigações, nessa prática. Adiante-se, porém, que foi bom jornalista na adolescência, fato incomum.

Ao retornar ao Rio de Janeiro, concluiu o curso secundário no célebre Colégio Rezende, dirigido por distinguidos educadores, saliente Leônidas de Rezende, bacharel em ciências e letras do Colégio Pedro II e professor de Economia Política na Faculdade Nacional de Direito da extinta Universidade do Brasil.

Mas o Colégio Pedro II bordara a alma de Tapajós. Ao longo do tempo (e já se escoaram muitas décadas de sua passagem pelo estabelecimento), jamais nele se enfraqueceu a lembrança dos professores, dos condiscípulos e dos funcionários da instituição.

Tapajós não se sente como ex-aluno do Pedro II; vive com o sentimento de ser, ele próprio, parte do venerável Colégio; melhor dito: ele não foi somente do Colégio, ele é o Colégio Pedro II.

Assim se há de figurar para se entender seu fascínio pela Casa, sobrepostas frustrações e injustiças que o atingiram e ressalvadas outras paixões que até hoje o alentam como sua integração no outrora glorioso Instituto de Educação.

Tratando-se de Vicente Tapajós a sombra de Pedro II, o Imperador, como que lhe balizou os passos da existência benéfica. Instruiu-se em escola primária denominada Pedro II; estudou a maior parte do curso secundário no Colégio Pedro II, onde também lecionou com brilhantismo; presidiu o Instituto Histórico, patrocinado pelo Imperador. E nasceu em

Petrópolis, cidade dos Pedros, pai e filho. Legitima-se, pois, a plácida sentença de Tapajós: “Pedro II é meu nume tutelar”.

Do augusto Colégio de tudo se recorda, orgulhoso dos mestres que mais o marcaram. Com ternura relembra sempre funcionários do valor moral de Carlos Galdino Leal, chefe de disciplina, e Rizeiro Mauro, responsável pela Portaria. Dos professores que o cativaram assinalam-se Jaime Coelho, da cadeira de História e orientador nos estudos universitários; Jônatas Serrano, também da área de História; José Leite Rodrigues Oiticica, sábio da Lingüística e de cultura enciclopédica; Delgado de Carvalho, lente de Geografia, Inglês, História e Sociologia.

Formado em História na Universidade do Distrito Federal, UDF, entrou Tapajós a lecionar em colégios particulares e numa escola do Estado. Em 1952 submeteu-se a concurso para o Colégio Pedro II, saindo vitorioso. Convocado para a sujeição do magistério oficial, achou-a bastante suave após dez horas de aulas diárias. Ensinava e redigia compêndios muitíssimo bem recebidos pela confraria e pelo alunado.

Creio que uma das diretrizes do jovem educador deu-lha Georges Gusdorf. Ele a incorporou ao seu ideário. Ensinava Gusdorf: A missão do mestre faz dele um revelador da verdade. “Pois a verdade é sobretudo o caminho da verdade” (*Car la vérité est surtout le chemin de la vérité*).

Trabalhou Tapajós – ia dizer: mourejou – em três unidades do Colégio Pedro II: na do Centro (antigo Externato, manancial das demais), na do Engenho Novo e na do Humaitá. Ao todo, 13 anos de fatigante, mas consagradora carreira magistral. Ligou-se a companheiros que a admiração transformou em amigos: Joaquim Ribeiro, Cândido Jucá Filho, Osvaldo Serpa, Mecenas Dourado, Luciano Lopes, Roberto Macedo, Guy de Holanda e muitos mais.

Quando infante, visitou com o pai a Capistrano de Abreu em sua residência. Para o resto da vida, guardou vivíssimas imagens da intimidade do grande historiador, primitivo catedrático do Colégio Pedro II. Adiante, em igual Casa e talvez nas mesmas salas, repetiu os passos de Capistrano, tendo colaborado, ainda, em “Studia”, revista oficial do educandário.

Em 1965, Tapajós presta concurso para a cátedra de História do Instituto de Educação. Como Júlio César pôde dizer: “Vim, vi, venci (Veni, vidi, vici). No Instituto alcançou os postos mais elevados, realizou-se em plenitude. Perdeu o Pedro II notável pedagogo, doravante entregue por inteiro à didática especial da matéria, às aulas, à elaboração de apostilas e mapas, à chefia do Departamento de História.

Todavia, Tapajós continuou a sentir o influxo do “numen”, o espírito protetor de D. Pedro II. No Instituto atuavam antigos mestres seus, a exemplo de Fernando Antônio Raja Gabaglia, Francisco Venâncio Filho, Clóvis Monteiro, João Batista de Melo e Sousa, Delgado de Carvalho e muitos outros. Confundiam-se os dois estabelecimentos, integralizando-se mestres e discípulos.

O gênio inspirador era o mesmo, aquele que, um dia, proferira singela frase aclamada: “Se eu não fosse imperador, desejaria ser professor. Não conheço missão maior e mais nobre que a de dirigir as inteligências juvenis e preparar os homens do futuro”.

Estou a rever Tapajós nos longes da infância; muito o aplaudi na maturidade; e agora proclamo-lhe a magnificência da respeitável senectude. Se, em seu merecido louvor, me fosse permitido substituir uma palavra em imortal verso de Dante, eu não diria: “Honra seja ao altíssimo poeta”, mas “Onorate l’altissimo magister”!

Saudação no I.H.G.B., em 1^o de abril de 1996.

F. Venâncio Filho

(No cinquentenário de sua morte)

“História dos feitos realizados” – Salústio.

Francisco Venâncio Filho (1894-1946) nasceu em Campos e faleceu em São Paulo, sendo enterrado no Rio de Janeiro. Viveu pouco – 52 anos, porém multiplicou-se em atividades. Desaparecido há meio século, sua memória subsiste graças à concretização dos ideais porque se sacrificou.

Cursou humanidades no Colégio Aquino e engenharia na Escola Politécnica, ambos na capital da República. Formou-se em 1916. No primeiro, onde também se instruiu

Euclides da Cunha – seu ídolo –, teve como professor E. Roquete Pinto, amigo de toda a vida, e como companheiro F. A. Raja Gabaglia, futuro diretor do Colégio Pedro II, e também amigo dileto. Na Escola aprendeu com Nerval de Gouvêa, ao qual sucederia naquele Colégio (cadeira de Física), e foi colega de Euclides Roxo, futuro diretor do estabelecimento.

De constituição franzina e saúde precária, aos 35 anos – quando lidei com ele –, já perdera muito do viço. Padecia de asma; freqüentes acessos de tosse interrompiam-lhe as preleções. A cabeleira embranquecera de todo. Não obstante, agigantava-se na batalha da educação e no culto de Euclides. Era otimista, bem-humorado e irônico.

Ao magistério elegeu como profissão exclusiva. Iniciou-se nele em 1917, na Escola Normal (depois Instituto de Educação), como professor de Ciências Físicas e Naturais. Mediante concurso, lecionou ali como titular, até a morte, a cadeira de Física.

No início dos anos 40, voltou a sujeitar-se a provas, desta vez para a cátedra de História da Educação do mesmo Instituto. A saúde enfraquecida não mais lhe permitia freqüentar laboratórios. Em 1945, sendo Prefeito do Distrito Federal o professor Filadelfo de Azevedo, colega de magistério no Pedro II, accedeu em dirigir aquele educandário por alguns meses.

Da Física também se ocupou no Colégio Bennett, de 1924 a 1946, tendo sido professor de sua futura mulher, Dina Fleischer, que veio a dedicar-se ao ensino e acabou por exercer a decania nessa prestigiada instituição. No Bennett, acaso, despertou em Venâncio o gosto pela Pedagogia, inspirado no pensamento vanguardeiro do protestantismo.

No Colégio Pedro II ingressou em 1926 para lecionar Física, submetendo-se a concurso no ano seguinte. Antes, viajou à França para aperfeiçoar-se em cursos da Sobornne.

Concorreu à cátedra com duas teses: a de livre escolha – “Medidas Físicas” – e a obrigatória – “Tensão superficial”. Após as provas escrita e oral, classificou-se próximo do grau 10.

A Congregação deixou de ratificar as notas da banca examinadora e, dentro da lei, escolheu para titular o professor George Sumner, engenheiro civil. Como livre-docente, Venâncio, muito considerado pelos confrades, lecionou até 1937. Ao desacomular, por imperativo constitucional, optou pelo Instituto de Educação, onde era catedrático.

Sua passagem pelo colégio-padrão assinalou-se por ações inovadoras. Dentre tantas, registrar-se-ão a metodologia impregnada dos princípios da Escola Nova e a reorganização do laboratório de Física, privilegiados os métodos experimentais.

Venâncio teve a seu favor o incentivo de Henrique de Toledo Dodsworth, antigo catedrático da matéria, licenciado para exercer atividades políticas (acabaria Prefeito do Distrito Federal) e a concordância de George Sumner, mais dedicado à Matemática.

Secundando-o na renovação da didática, empenhou-se o preparador Walter Cardim, cuja modéstia ou desencanto não o fizeram transpor as etapas superiores da carreira. Além do mérito intrínseco, era irmão do influente Elmano Cardim, redator do “Jornal do Comércio”.

A par do exercício magistral em três casas de ensino, Venâncio inclinou-se para o estudo e a prática das modernas teorias educativas vigentes no Velho Mundo e nos Estados Unidos da América do Norte. Desse afã se originaria a Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, como efeito do apostolado de Heitor Lira da Silva, Everardo Backeuser, Edgar Süsserkind de Mendonça e do próprio Venâncio.

Desempenhou a ABE papel dos mais significativos na história cultural do País. Reunindo o escol dos educadores do tempo, promoveu conferências nacionais, congressos e cursos. Em seu seio gerou-se o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, conquista notável para a época e que agitou o ambiente educativo como jamais se repetiu.

Pormenor: além de um sem número de mestras, distinguiram-se na ABE dessa quadra as senhoras Heloisa Alberto Torres, Armanda Álvaro Alberto, Cecília Meireles, Ana Amélia de Queirós Carneiro de Mendonça, Alice Flexa Ribeiro e Berta Lutz.

Venâncio consumiu-se na ABE, que presidiu muitas vezes. Também se imolou à divulgação da obra de Euclides, coletando-lhe a correspondência, escrevendo livros a seu respeito e fomentando romarias a São José do Rio Pardo, berço dos "Sertões". Só ou em colaboração redigiu livros pioneiros sobre museus, cinema e rádio educativos. Monografia de sua lavra, dedicada à divulgação do ensino primário entre nós, obteve o prêmio da Academia Brasileira de Letras.

Nesse passo ocorre-me original pensamento de Alexandre Herculano atinente à História. Ela pode comparar-se "a uma coluna polígona. Quem quiser examiná-la deve andar ao redor dela, contemplá-la em todas as suas faces". A coluna simboliza a saga de Venâncio Filho. Tantos lados para se perscrutar e aplaudir!

Em 1930, com a ajuda de Jônatas Serrano, seu colega no Colégio Pedro II e famoso autor de livros didáticos, escreve e publica a obra "Cinema e Educação", trabalho precursor. Em 1938 e 1940 divulga "Euclides da Cunha e seus amigos" e "A glória de Euclides da Cunha", respectivamente. Em 1941 vem à luz a "Educação e seu aparelhamento moderno". De permeio, colaborações em jornais e revistas especializadas. Ainda em 1938 auxilia João Augusto de Matos Pimenta a

fundar o Instituto de Estudos Brasileiros, entidade das mais expressivas já criadas no País.

O interesse de Venâncio por Euclides da Cunha germinou na Escola Politécnica. Era o ano de 1914. Atraíram-no as atividades do Grêmio que ostentava o nome do escritor; Grêmio nascido no Colégio Pedro II, por diligência dos estudantes Murilo Araújo, futuro professor da Casa, e dos irmãos Edgard e Carlos Süssekind de Mendonça, um – renomado educador, outro – jurista aplaudido.

Ao saírem do Colégio em 1913, deliberaram fazer do Grêmio um organismo nacional. Venâncio une-se a eles e daí em diante, por mais de três décadas, vive empolgado com a missão de propagar Euclides. Firmou-se como seu maior divulgador e intérprete. Sem a sua promoção desmedida, empanada seria a celebridade do escritor.

Da observação dessa atividade infatigável, de mistura com outras voltadas para a ciência e o magistério, Fernando de Azevedo fez sobressair, como traços característicos de Venâncio, a ação pertinaz, refletida e firme e a alta probidade moral de que a mesma se revestia, acrescidas da devoção sem reservas aos amigos e dos ideais pacifistas. Roquete Pinto afirmou que, do culto à memória de Euclides, ele “fez surgir um movimento de educação cívica sem paralelo no Brasil”.

Distinguiu-se Venâncio como ativo participante das reformas educacionais dos anos 20 e 30. Nas do Rio de Janeiro – a de Afrânio Peixoto em 1922, e a de Carneiro Leão em 1924 –, exercitou entusiasmo e competência; na de Fernando Azevedo (1927 a 1930) e na de Anísio Teixeira (1931 a 1935) formou entre os mais arrebatados artífices dos êxitos por ambas colhidos.

Terá sido o ponto alto de sua aplicação ao povo e à Pátria, em tudo intervindo e deixando o sinal de entrega e compromisso. Consagrou-se à elaboração do Manifesto dos Pioneiros,

defensores da obrigatoriedade, da laicidade e da gratuidade do ensino, compreendida a co-educação dos sexos. Falharam as nobres aspirações do Manifesto; tolheu-as o conservantismo.

Aluno de Venâncio Filho no Colégio Pedro II, posso atestar a excelência da aprendizagem a que nos subjugou. Compunha-se nossa turma de 40 ignaros na disciplina, apreensivos quanto à possibilidade de apreendê-la. Tantos aparelhos, o professor sumido num guarda-pó branquíssimo, seu rígido auxiliar a um canto da sala, o silêncio imposto pelo inspetor – tudo nos predispunha à espectação e ao receio do desconhecido.

Venâncio dispensou-nos cuidados paternais, fez indagações, contou casos e, quando nos apercebemos, estávamos no mar da Física e – o que nos pareceu impossível – a nadar sem sobressaltos. A cada dia nos convencíamos da importância da matéria e da facilidade com que a entendíamos. A Física tinha a ver com o cotidiano de cada um, fato para o qual estivéramos cegos até então.

A luz, o telefone, o avião, a eletricidade, turbinas, dínamos, o telégrafo, as dimensões do Universo, o cinema, o rádio – tudo a Física abrangia e explicava. Aplicamo-nos a conhecer os feitos de Tales, Pitágoras, Arquimedes, Galileu, Copérnico, Volta, Newton e tantos outros gênios, suas heranças transmitidas pelos séculos fora.

Em particular Venâncio exaltava Diderot e D'Alembert, leitor que era da "Enciclopédia". Tycho Brahe e Johannes Kepler, em prosseguimento às observações de Galileu Galilei, concluíram que os planetas giravam em torno do sol, segundo trajetórias elípticas. A descoberta estarreceu os cristãos. A Bíblia garantia que o centro do mundo era a Terra e que os demais astros circulavam ao seu redor.

Francisco Bacon era outra de suas admirações. Foi dos primeiros a propor um método científico baseado na

observação e na experiência. “O espírito científico é conquista realizada por meio de repetidas experimentações”, pregou. Le Verrier, calculista, e Joseph Henry também lhe mereciam atenção. Notáveis foram os estudos desse último graças aos observatórios dos montes Wilson e Palomar (os milhões de anos-luz que separam as galáxias).

Enaltecia Michelson por ter apontado a base física do que viria a ser a teoria da relatividade de Einstein. Assombrava-o a geometria curvilínea do espaço-tempo, bem assim, mais tarde, a teoria dos quanta.

De Albert Einstein guardou impressão pessoal, direta. Fora um dos poucos brasileiros a ouvir conferências do sábio em sua visita ao nosso País. Esteve na capital federal em 1925 e falou no Clube de Engenharia, na Academia Brasileira de Ciências e na Escola Politécnica, além de visitar o presidente Artur Bernardes e entreter conversa com o futuro marechal Cândido Rondon. A última versão da Teoria da Relatividade – ensinava-nos Venâncio – datava de 1916; todavia, a confirmação da tese ocorreu em 1919, ao observar-se o eclipse de Sobral, no Ceará.

O conhecimento de Einstein, prêmio Nobel de 1921, marcou a vida de Venâncio. Por defender a ciência acima dos nacionalismos e por sua condição de judeu, Einstein era perseguido e discriminado na Europa. Agravava a situação o fato de pregar ideais pacifistas. Isso e a superioridade intelectual cativaram o jovem professor brasileiro, cuja carreira, no terreno social, muito o aproximaria do sábio alemão.

Afonso Arinos de Melo Franco, bacharel do Colégio Pedro II, deixou dito n’ “A alma do tempo” que “a reconquista do vivido não é somente um trabalho de restauração, mas sobretudo um esforço de renovação”. Assim entendemos, no cinquentenário da morte de Francisco Venâncio Filho.

Renovar implica melhorar, reformar, corrigir, e também restaurar, restabelecer, reiterar.

Revigoremo-nos à luz do eminente patriota; defendamos nosso patrimônio material e espiritual ameaçado pela “globalização” do neoliberalismo; eduquemo-nos para superar o atraso tecnológico. Venham a ciência e o progresso em socorro dos sem-teto nem terra, dos analfabetos, dos desempregados, das crianças abandonadas e dos velhos rejeitados, dos fracos e doentes, dos mal-pagos e explorados.

Seria esta a cruzada a empreender pelo humanista Venâncio Filho, se vivo fosse.

1996



**Laboratório de Digitalização
do Acervo Histórico**

Perfis

Gildásio Amado

Gildásio Amado, no trabalho, não confirmava o sobrenome. Arredio, melancólico, desagradara a poderosos companheiros de magistério. Chegava cedo ao Colégio, trocava o casaco pelo guarda-pó e, alheio aos palradores, sentava-se à mesa a despachar papéis. Apreciava um que outro de nós; a maioria deixava-o indiferente. Compenetrado, visitava salas de aula, sentando-se numa carteira dos fundos a ouvir preleções. Quando desgostava do professor ou achava a turma desatenta, pedia o comparecimento do colega – mais jovem, extranumerário – à Diretoria. Com franqueza, expunha sua opinião, suscitando mais um ressentido a maldizê-lo.

Procurava manter alto o conceito do Instituto, fiscalizando o funcionalismo e ouvindo os discentes. Escrupuloso na aplicação das verbas, não distribuía saldos no fim do ano, como de praxe. Recolhia-os aos cofres públicos. Assim rígido e sisudo era malquisto por muitos. Alguém mais íntimo dizia-lhe que fora melhor, para ele e para a Casa, manter convivência cordial. De rosto fechado, respondia: – “Como diplomata já chega o Gilberto”, aludindo ao irmão-embaixador. Ao cabo de algum tempo, tornou-se crítica sua relação com os confrades.

Certa manhã (década de 50), percorria o corredor do segundo pavimento (antigo Externato), em inspeção de rotina, quando Haroldo Lisboa da Cunha, companheiro de congregação, após breves palavras, empurrou-o contra a parede. Separados, cada um retomou seu caminho, em silêncio. O episódio, inédito em nossa história, agitou a Casa e Gildásio sentiu-se ainda mais hostilizado. Para afligi-lo, os adversários recorriam a um professor insignificante, porém treinado em astúcias. Sabendo-o deprimido, o fulano, logo de manhã, ia cumprimentá-lo – “Dr. Gildásio, o Sr. está passando bem? Está? Não parece. Noto-o abatido. E a pressão? Quer um médico?”.

Incrível: Gildásio, em pânico, ia até o espelho, observava o rosto, tomava o pulso e concluía: – “Você tem razão. Não estou a sentir-me bem. Vou pra casa”. Ajustava-se com um assistente, tomava o chapéu e descia a escada, aí sim, com ar doentio. Tal a influência do intrujão sobre um homem justo, tornado neurastênico por questões familiares.

Hábito que lhe surpreendi: a consulta ao discurso proferido pelo Ministro Bernardo Pereira de Vasconcelos na inauguração do Colégio, em 1838. Discreto, Gildásio

puxava a principal gaveta de sua mesa, deixava-a entreaberta e punha-se a ler trechos da peça. Em seguida, com a mesma cautela, fechava a gaveta, guardando a pequena chave no bolso. Tantas vezes o observei com os olhos mergulhados na leitura que me atrevi a indagar sobre a importância do documento para a sua administração. “Continua a ser a melhor norma já traçada para a direção do estabelecimento” – respondeu-me.

Sobressaltou-me a singeleza pedagógica, o peso da tradição no espírito de Gildásio. Na segunda metade do século, ater-se um educador a diretrizes velhas de cem anos na gerência do Colégio-padrão... Tal defasagem resultaria do isolamento em que mergulhara Gildásio, – de resto cauteloso, trabalhador e justiceiro.

Seu crime? Descontar faltas do professorado, – perdedor de pecúnia e vantagens como a licença-prêmio. Afinal, resolveram derrubá-lo. Como gozasse de prestígio – os Amados eram muitos e bem situados –, imaginaram arrumar-lhe uma situação elevada fora do educandário. Empurraram-no para a Diretoria do Ensino Secundário, influente órgão ministerial. Gildásio percebeu o golpe, mas, sem *chance* de continuar tranqüilo no Colégio, admitiu a permuta. Não podia haver expulsão mais honrosa.

Sisudo sempre, prestou relevantes serviços ao ensino, bastando recordar as caravanas anuais de mestres que, ao seu influxo, e partindo do Rio de Janeiro, atingiram numerosas cidades interioranas para regularizar, mediante aulas de conteúdo e didática, a situação de milhares de professores desprovidos de habilitação profissional. Percebia-se, todavia, que seu coração palpitava pelo Colégio, onde era titular de Química. Num e noutro cargo distinguiu-se como administrador probo e competente.

Paulo Rónai

O húngaro Paulo Rónai chegou ao Brasil durante a II Guerra Mundial, fugitivo do nazismo. De boa formação cultural e bafejado pela afeição que os exilados nos mereciam, teve boa acolhida e obteve logo empregos de professor de Latim e Francês nas áreas federal e estadual. Jornais franqueados, colaborador de escritores notórios, fez seu próprio público e adquiriu renome. Favoreceu-o a sorte na conquista da cátedra de Francês. Seu mais sério concorrente enredou-se numa questão sentimental e a balança dos julgadores pendeu para seu lado. Aliás, era bom candidato. Empossado, imprimiu novos rumos ao ensino da matéria. Reservado e exigente, nem todos os seus auxiliares o aplaudiram. Porém, a aprendizagem dinamizou-se e os resultados foram positivos.

Ao mesmo tempo, Rónai montava pequena fábrica de linhas numa ilha próxima do Rio e traduzia febrilmente contos dos melhores autores universais, reunidos afinal em antologias valiosas. Grande trabalhador! Muitas vezes vi-o debruçado em mesas da biblioteca da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a corrigir provas. Trocava o silêncio dessa instituição pelo bulício do Colégio. Entretanto, não integrou o quadro social da Casa do Jornalista.

Graças à Editora Globo, de Porto Alegre, que o incumbiu de superintender o corpo de tradutores da obra de Balzac, veio a alcançar seu momento glorioso nos anos 50. Empreendimento memorável, Rónai cumpriu à risca o importante encargo. Aposentado, foi viver na vizinha cidade de Friburgo, longe da dispersão dos centros urbanos, e aí dedicou-se a elaborar dicionários e livros didáticos.

No futuro, quando o País se reencontrar, voltando-se para os valores que o impulsionaram, descobrirá que o ensino

teve em Paulo Rónai um vulto incomum, da estatura de Tautphoeus, de Planitz, de Monat, enfim dos estrangeiros que, naturalizados ou não, excederam muitos autóctones no Colégio Pedro II.

Aurélio Buarque de Holanda

Aurélio Buarque de Holanda Ferreira não era ainda dicionarista famoso quando lidei com ele nos anos 50, nem fora eleito para a Academia Brasileira de Letras. Encorpado, cabeleira escura e revolta, apressado sempre, carregava pesada pasta de livros e papéis. Atencioso com os alunos, benquisto dos funcionários e protocolar com os colegas. Para estes, parecia não dispor de tempo. Sabia-o produtor cultural ocupadíssimo. Com Paulo Rónai revolvía antigos tomos literários à procura de obras-primas que divulgava em antologias repletas de informações biobibliográficas.

Não atingiu a cátedra nem renunciava o especialista em que viria a celebrar-se. Ascendeu à Academia Brasileira de Filologia, sendo reconhecido como autoridade em matéria onde brilharam Morais e Silva, Caldas Aulete e Antenor Nascentes, e hoje pontificam Silveira Bueno, Francisco Fernandes e Mata Machado. Consumido pela doença, Aurélio converteu-se na sombra do gigante que trabalhara no Colégio Pedro II nas décadas de 40 e 50.

Faleceu em 1989, com a satisfação de saber que cinco milhões de exemplares do *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* foram vendidos em poucos anos, para crianças e adultos. Além de lexicógrafo, secundado por centenas de cooperadores especiais, legou-nos traduções de Hafiz, Saadi, Amaru, Franz Toussaint e Charles Baudelaire. Livros seus exclusivos são *Dois Mundos* (contos, 1942) e *Território Lírico* (ensaios, 1958). Para a comunidade do Pedro II não escreveu

nenhuma obra, interrompendo a norma criada por Fausto Barreto e Carlos de Laet e seguida por José Oiticica, Antenor Nascentes, Clóvis Monteiro, Rocha Lima e outros.

Álvaro Lins

Mantive bom relacionamento com Álvaro Lins, chegado à Casa em 1941, como professor extranumerário, e confirmado dez anos após, ao conquistar a cátedra de Literatura mediante concurso de títulos e provas. Era seu leitor desde que chegara à capital da República, tido como vigoroso jornalista em Pernambuco. Recordo-me de um sábado, mal ele se instalara no domicílio novo. Conversávamos alguns camaradas à porta de uma casa de chá na Av. Rio Branco. De estatura baixa e cabeça desproporcionada, Álvaro aproximava-se do nosso ponto, a passo lento. Josué Montello reconheceu-o: – “É o Álvaro Lins, novo crítico literário do *Correio da Manhã*. Preciso apresentar-me a ele”. E correu ao seu encontro.

Não me movi. O que sabia dele mal o valorizava aos meus olhos. Fora integralista, pertencia ao grupo dos católicos radicais e seu livro sobre Eça de Queirós me parecia ruim. Fazia o panegírico da Igreja e apostolava o absenteísmo político do escritor. Sem analisar *Os Maias* em profundidade, concluíra pelo desvalimento do romance. *A História Literária de Eça de Queirós* resultara infiel. Superior seria o livro de Clóvis Ramalhete, escrito pela mesma época.

No Colégio fui professor de um filho dele, circunstância que acabou por aproximar-nos. Havia ainda outro contato: o *Diário de Notícias*, do qual eu era redator e Álvaro responsável pelo suplemento literário, em verdade entregue ao jornalista Raul Lima, que ia paginá-lo na oficina. Faltava tempo a Álvaro para coordenar o trabalho semanal; no *Diário* ele publicava

seus artigos de crítica e colaborações de amigos e conhecidos, como Aurélio Buarque de Holanda, Manuel Diégues Jr., Manuel Bandeira, Augusto Frederico Schmidt e outros.

Seguindo a tradição dos expoentes coevos, não se distinguiu no magistério. Sua paixão era a política, vivida através da imprensa, sobretudo no *Correio da Manhã*, e nos cargos a que o elevou o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Chefe da Casa Civil e Embaixador do Brasil em Portugal são os títulos de sua tumultuosa carreira pública. Estava em Lisboa quando o Colégio pediu sua presença como examinador do concurso de Francês. Embora atarefado, pegou o avião, aqui desembarcando no mesmo dia das provas.

Então, cercava-o muita curiosidade. Tomara posição ostensiva em defesa dos perseguidos pela polícia portuguesa, PIDE, e se rumorejava o propósito salazarista de afastá-lo de Portugal. No Colégio, onde tinha inimigos desejosos de vê-lo tombar, articularam-se para lhe surpreender o que acreditavam ser o mau domínio dos idiomas estrangeiros. A serviço dos desafetos, um dos julgadores, antigo catedrático de Italiano, sem alunos, propôs que aos candidatos se dirigissem os examinadores na língua francesa.

Na platéia, entre os intelectuais ansiosos, achava-se João Guimarães Rosa. Percebendo a astúcia de seus adversários, Álvaro aceitou o desafio, debatendo em francês com os concorrentes. Estes primavam pela correção gramatical e profundidade literária. Eram Paulo Rónai, que professara a matéria na Hungria, e Raul Penido Filho, antigo lente do Colégio com diversos cursos de aperfeiçoamento em Paris.

Retornando a Portugal, Álvaro incompatibilizou-se em definitivo com o fascismo lusitano. Juscelino chamou-o ao Brasil e ofereceu-lhe a Embaixada do México. Por admirar-lhe a inteligência e as atitudes – já agora – de firme, conseqüente democrata, desejou arredá-lo da ditadura

salazarista e abrir novas perspectivas ao seu humanismo. Assim não entendeu Álvaro, voltado contra o amigo e benfeitor, ao qual denegriu pela imprensa.

Apesar de sua vida turbulenta, e ao mesmo tempo que se entregava à política e cumpria árduas funções públicas, Álvaro Lins escreveu importantes livros, – seu grande legado para a cultura nacional. São eles a biografia de Rio Branco, em dois volumes, e os ensaios sobre Marcel Proust e Roquete Pinto, – este o mais extenso discurso já pronunciado na Academia Brasileira de Letras. A respeito de sua experiência diplomática e da política luso-brasileira, redigiu *Missão em Portugal*.

Os últimos anos de vida devotou-os à luta pela confraternização dos povos e ao polimento de sua obra literária. Viajou e presidiu congressos no estrangeiro. Consagrara-se ao socialismo. Porém, a doença corroía-o, e conjuntamente os desgostos e a mórbida campanha contra ele sustentada desde muito por um rival truculento. Faleceu renomado como seus antecessores no Colégio e na crítica literária, fora a admiração de quantos pugnam pela Pátria livre e progressista. De sua passagem pelo Colégio haverá de lembrar-se a erudita página evocadora de quando nele entrou, – Colégio que “honra e humilha” quantos lhe atravessam as portas pela primeira vez.

LADAH
Laboratório de Digitalização
do Acervo Histórico

Sobre o autor

Fernando Segismundo Esteves é bacharel em ciências e letras do Colégio Pedro II. Ingressou no magistério da Casa na década de 30. Foi técnico de educação do MEC, mediante concurso de provas e títulos, de 1939 a 1960. Retornou ao Colégio em 1952, aposentando-se em 1985, por imperativo constitucional. Lecionou as disciplinas de Geografia, História, Comunicação e O.S.P.B. Integrante de bancas examinadoras de concursos para o magistério da Casa. Membro da diretoria de Studia, revista oficial do Instituto. Chefe do Departamento de História. Membro da Curadoria do educandário. Aluno Eminente do Colégio. Professor da Faculdade de Humanidades Pedro II (1973 - 1993), desde sua criação pelo MEC até ulterior manutenção pela SEPE, que presidiu de 1991 a 1994. Tem três livros publicados pelo estabelecimento: *Trabalhos manuais no currículo secundário (tese)*, 1939, João Francisco Lisboa, historiador, 1983, e *Grandezas do Colégio Pedro II*, 1993 e 1996. *Sobre o Colégio* publicou *Memória de estudante (C.P.II)* e *Colégio Pedro II: tradição e modernidade*, 1987.

ESTE LIVRO FOI COMPOSTO E DIAGRAMADO
EM ESTAÇÃO DE TRABALHO MACINTOSH

DEZEMBRO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS

UNIGRAF EDITORA E PLANEJAMENTO LTDA
RUA MARECHAL AGUIAR, 72 - SÃO CRISTÓVÃO
FONE (021) 284-0303 - FAX (021) 284-9018
RIO DE JANEIRO, RJ

LADAH
Laboratório de Digitalização
do Acervo Histórico

COLÉGIO PEDRO II



LADAH
Laboratório de Digitalização
do Acervo Histórico

E há também a biobibliografia de alunos eminentes como o Barão do Rio Branco e Afonso Arinos de Melo Franco. Leves mas incisivos perfis revelam professores da estirpe de Aurélio Buarque de Holanda, Gildásio Amado, Paulo Rónai e Mecenas Dourado.

As disciplinas mais estudadas são História, Filosofia, Física, Francês, Literatura e Português. O Colégio Pedro II, cujas raízes datam de 1739, já mereceu do Autor dois outros livros:

“Memória de estudante” e “Tradição e modernidade”.

Depois de Escragnole Doria, cuja *“Memória histórica do Colégio Pedro II”* é de 1938, a presente obra é a segunda na ordem cronológica e de importância.

GRANDEZAS

DO COLÉGIO PEDRO II

*Professores de História, Filosofia,
Literatura, Português e Física;
alunos como o Barão do Rio Branco
e Afonso Arinos de Melo Franco;
diretores e funcionários do Colégio
Pedro II são estudados neste livro
por Fernando Segismundo.
Ao Colégio-padrão dedicou o autor
outras obras, esgotadas, nos setores
da pesquisa e da memorialística.*

ISBN 85-7179-005-1



9 788571 790056

LADAH
Laboratório de Digitalização
do Acervo Histórico

unigraf